



CADERNO DE PROPOSTAS

2018

ÍNDICE

Introdução	05
Agronegócio	07
Cidadania e Responsabilidade Social	11
Desenvolvimento de Mercado	17
Educação	23
Gestão Pública	37
Infraestrutura	49
Inovação e Tecnologia	65
Meio Ambiente	71
Saúde	79
Segurança	89
Radar de Áreas Temáticas	97
Lista de Voluntários e Entidades 2018	98

O RIO GRANDE DO SUL DA SOCIEDADE GAÚCHA

Edição 2018

O Caderno de Propostas da AGENDA 2020 traz os anseios e as necessidades da sociedade. Nele constam as prioridades, ou seja, aquilo que não pode mais ser adiado e que tem forte impacto no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, tanto no curto prazo quanto no longo prazo.

Nas próximas páginas, encontram-se as 10 principais prioridades do Estado eleitas pelos gaúchos. Estão distribuídas em 10 áreas temáticas: Agronegócio Gestão Pública, Infraestrutura, Inovação e Tecnologia, Desenvolvimento de Mercado e Empreendedorismo, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Segurança e Cidadania e Responsabilidade Social.

As propostas detalhadas a seguir resultaram da mobilização de mais de 900 voluntários da AGENDA 2020 – profissionais de diversas áreas, estudantes, pesquisadores, lideranças empresariais e sociais, entre outros. Eles participaram de mesas de discussão realizadas em todas as regiões do Rio Grande do Sul, ao longo do ano de 2018.

A partir desta ação, foram geradas 837 propostas de todo o Rio Grande do Sul, levando em consideração a realidade e as especificidades de cada região. Para garantir a precisão e confiabilidade do processo de captação das informações e análise da situação do Estado, os trabalhos contaram com a aplicação de reconhecidas metodologias.

A última fase ocorreu em Porto Alegre, no início de setembro, quando voluntários de todo o Estado organizaram as demandas captadas anteriormente e elegeram a principal prioridade de cada uma das 10 áreas temáticas. Esta etapa teve a orientação e supervisão dos integrantes e coordenadores dos Fóruns Temáticos da AGENDA 2020.

Por fim, entregamos o resultado deste trabalho coletivo aos próximos legisladores do Estado. Com uma visão de futuro compartilhada, acreditamos em uma organizada e efetiva rede de ações para o enfrentamento das questões que freiam a competitividade da economia e comprometem a condição de vida dos gaúchos. Juntos conseguiremos transformar o Rio Grande do Sul no melhor lugar para se viver e trabalhar e no ambiente ideal para realização dos nossos sonhos.

AGRONEGÓCIO

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA MANTER E AMPLIAR A COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO

Fomento ao uso de hidrovias através do desentrelaçamento de legislações ambientais e regulatórias e concessão ou delegação das mesmas

Dragagem urgente do Porto de Rio Grande para manutenção do calado melhorando assim sua competitividade ;

Posicionamento firme em relação ao descumprimento de contrato da concessionária de ferrovias no Estado;

Extinção da EGR e concessão das estradas estaduais e de gestão estadual para iniciativa privada, para que se pague por serviço prestado;

Proposição de Projetos de Lei que incentivem a abrangência de telecomunicações no meio rural;

Maior abrangência de delegacias especializadas em segurança rural;

Tributação inteligente, onde as alíquotas sejam determinadas através de estudos que visem a maximização da arrecadação e não da alíquota;

Fomento da estrutura de defesa sanitária animal e vegetal do estado privada;

Maior investimento em ensino técnico profissionalizante em áreas com alta demanda pelo agronegócio e menos em ensino superior;

Reduzir os entraves burocráticos e o tempo de liberação das licenças ambientais

É incontestável o impacto do Agronegócio no desempenho da economia do Estado. Isto é, seu comportamento influencia sensivelmente os resultados dos indicadores econômicos do Rio Grande do Sul.

O setor tem um significado estratégico não somente para geração de renda e emprego no campo, mas também para a evolução e para o desenvolvimento de todo o Estado. Pela pertinência do tema, os voluntários do Fórum Temático do Agronegócio da Agenda 2020 destacaram dois objetivos a serem priorizados:

- Potencializar a competitividade sistêmica das cadeias produtivas do agronegócio eliminando ou minimizando os gargalos que diminuem a eficiência e limitam os resultados.
- Intensificar a integração da produção agropecuária à rede de inovação e tecnologia existente.

TRADIÇÃO NO AGRONEGÓCIO

O Rio Grande do Sul é um estado com diferenciais competitivos para produção de produtos do agronegócio, o que o faz com alta tecnologia e valor agregado. Nesse sentido, vale destacar a necessidade de viabilizarmos um sistema de irrigação que reduza a dependência da agricultura aos fatores climáticos e aumente a produtividade das lavouras. Também é essencial para ampliar a competitividade do agronegócio no Estado que se reduzam os custos de produção. Nessa matéria, existem ações que devem ser realizadas "dentro da porteira" e outras "fora da porteira" dos empreendimentos gaúchos.



Exemplo de prática, no primeiro caso, é a profissionalização de todas as etapas do agronegócio, trabalhando com foco em resultados e avaliando o desempenho do negócio. No segundo caso, melhorias na infraestrutura como energia, estradas, irrigação e alterações tributárias são demonstrações de ações que contribuiriam para o Estado dispor de um agronegócio moderno e competitivo.

O QUE QUEREMOS

Manter e ampliar a competitividade do agronegócio do Estado

SITUAÇÃO ATUAL

O agronegócio gaúcho tem aumentado sua produção e produtividade, conforme Tabelas 01 e 02. Porém, é necessário continuar com os esforços para eliminar ou minimizar os gargalos que diminuem a competitividade do setor.

Tabela 01 - Evolução da Área e Produção de Grãos no RS

	1990	2016	CRESCIMENTO
ÁREA	7,3 milhões de ha	8,4 milhões de ha	15%
PRODUÇÃO	15 milhões de ton	31,4 milhões de ton	109%

Fonte: IBGE

Tabela 02 - Evolução da Produtividade das Lavouras do RS – 1990 a 2017

CULTURA	VAR. %
MILHO	204%
SOJA	88%
ARROZ	74%
FEIJÃO	112%
TRIGO	51%

Fonte: IBGE

Alguns dos gargalos existentes que travam a expansão das atividades do setor são:

- Carências em infraestrutura logística, tanto hidroviária, como ferroviária e rodoviária;
- Dificuldade do Governo do Estado em conceder para iniciativa privada ações de infraestrutura, mesmo com as grandes dificuldades financeiras que se encontra;
- Exigência de Nota Fiscal eletrônica no meio rural, que é um grande avanço, porém sem a devida cobertura de telecomunicações, causa grandes dificuldades comerciais;
- Visão fazendária de que apenas aumentando impostos que aumenta-se a receita, quando há diversos casos concretos do contrário;
- Elevada tributação sobre os custos de produção, fretes e tributação interestadual superior aos produtos importados (vantagem para fora);
- Entraves burocráticos para a liberação de licenças ambientais, onde os produtores aguardam anos por uma licença

“O setor tem um significado estratégico não somente para geração de renda e emprego no campo, mas também para a evolução e para o desenvolvimento de todo o Estado”

O QUE FAZER

Edição 2018

- Fomento ao uso de hidrovias através do desentrelhe de legislações ambientais e regulatórias, e, concessão ou delegação da manutenção das mesmas;
- Dragagem urgente do Porto de Rio Grande para manutenção do calado melhorando assim sua competitividade;
- Posicionamento firme em relação ao descumprimento de contrato da concessionária de ferrovias no Estado;
- Extinção da EGR e concessão das estradas estaduais e de gestão estadual para iniciativa privada, para que se pague por serviço prestado;
- Proposição de Projetos de Lei que incentivem a abrangência de telecomunicações no meio rural;
- Maior abrangência de projetos que visem a segurança rural;
- Tributação inteligente, onde as alíquotas sejam determinadas através de estudos que visem a maximização da arrecadação e não da alíquota;
- Fomento da estrutura de defesa sanitária animal e vegetal do estado privada;
- Maior investimento em ensino técnico profissionalizante em áreas com alta demanda pelo agronegócio e menos em ensino superior;
- Reduzir os entraves burocráticos e o tempo de liberação das licenças ambientais

RADAR DE PRIORIDADES

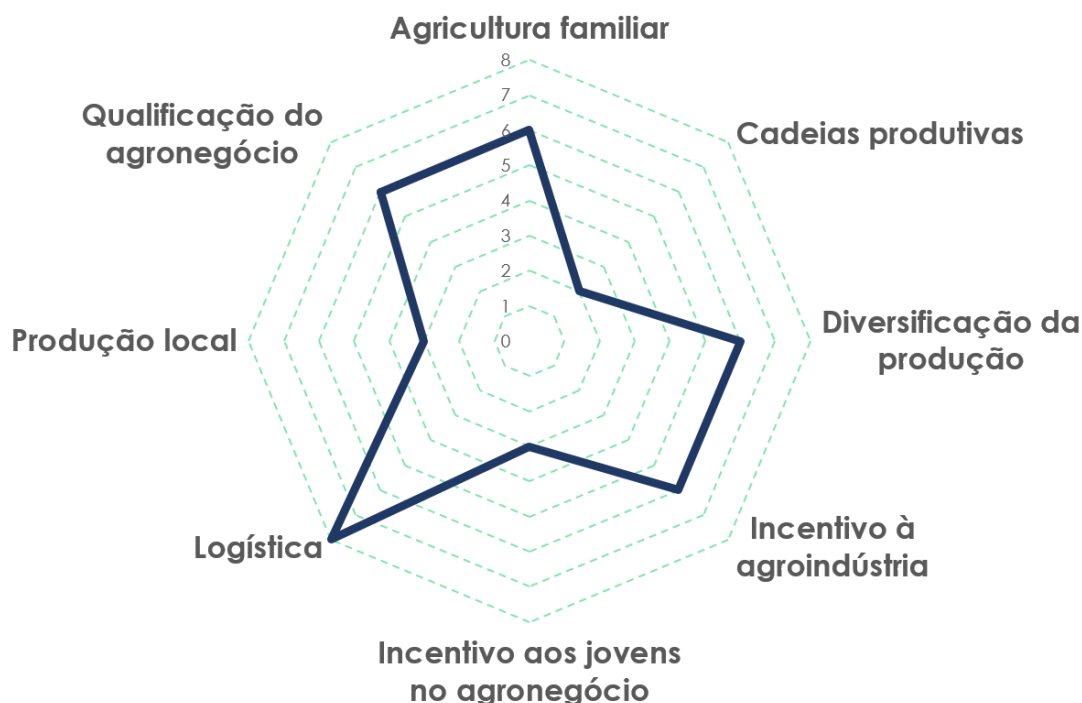


Gráfico elaborado com base em 40 propostas relacionadas ao tema Agronegócio, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018



CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA MOBILIZAR O PROTAGONISMO SOCIAL

Constituir um ambiente estruturado numa rede colaborativa de inovação social, envolvendo atores da sociedade civil (universidade, pesquisadores, operadores do direito, trabalhadores sociais, organizações sociais, usuários e patrocinadores) para um processo de cocriação centrada no usuário.

Fazer uso de novas tecnologias e metodologias para dar agilidade e alcance às soluções proporcionando resultados na transformação social

Promover o voluntariado especializado.

Construir alternativas inteligentes para a realização de Parcerias Públicas e Privadas.

Garantir capilaridade regional para os investimentos públicos e privados de forma a diminuir as desigualdades regionais

Adotar um modelo de gestão inovador e intersetorial

Retomar o Programa Estadual de Apoio à Inclusão e Promoção Social – Rede Parceria Social.

Incentivar, através da criação de novos mecanismos, investidores privados a aplicarem recursos em projetos direcionados às causas propostas pelas políticas públicas estaduais.

O Rio Grande do Sul, como consequência inevitável da crise econômica e sobretudo do esgotamento do modelo de Estado provedor e garantidor do desenvolvimento socioeconômico, vem apresentando insuficiente capacidade para atender às demandas por serviços de proteção e promoção das populações em situação de vulnerabilidade social. Observa-se, nessa direção, um agravamento nas condições de vida da população que se expressa pela ampliação dos processos de exclusão, aumento da pobreza, retração nos programas voltados à garantia dos direitos sociais; bem como é notório o clamor da sociedade pela reversão deste quadro.

FATORES QUE GERAM DESENVOLVIMENTO

Há que se reconhecer que nos últimos 20 anos o Brasil experimentou um processo crescente de oferta de políticas sociais, tanto pela ação dos aparelhos públicos (decorrente da inclusão dos direitos sociais na carta magna de 1988), bem como das iniciativas de organizações da sociedade civil. O fato é que, o aumento da cobertura de serviços contribui para a melhoria das condições de vida da população. Logo, **a oferta de serviços de proteção e, sobretudo de promoção social é fator estratégico para o desenvolvimento social.** Portanto, não haverá desenvolvimento econômico sustentável sem que haja consistência e continuidade nas políticas de desenvolvimento social.

O entendimento da Agenda 2020 é que o desafio de criar condições para a promoção do desenvolvimento social não é uma atribuição exclusiva do estado, mas sim, uma responsabilidade que deve ser compartilhada com toda a sociedade. Isto não diminui o papel do estado na condução estratégica das políticas sociais, mas inclui a colaboração e parceria dos demais entes no cumprimento desta tarefa pública.



A realidade neste tema se impõe: o fato é que a sociedade brasileira, em seu atual estágio de desenvolvimento, não permite dotar o Estado (nas suas três esferas federativas) de condições necessárias para garantir direitos e dar cobertura ao vasto elenco de mazelas que nos impedem de melhorar o padrão de vida da população. Para isso é preciso contar com o protagonismo da sociedade civil organizada no enfrentamento dos problemas que emperram o desenvolvimento com equidade, justiça e inclusão.

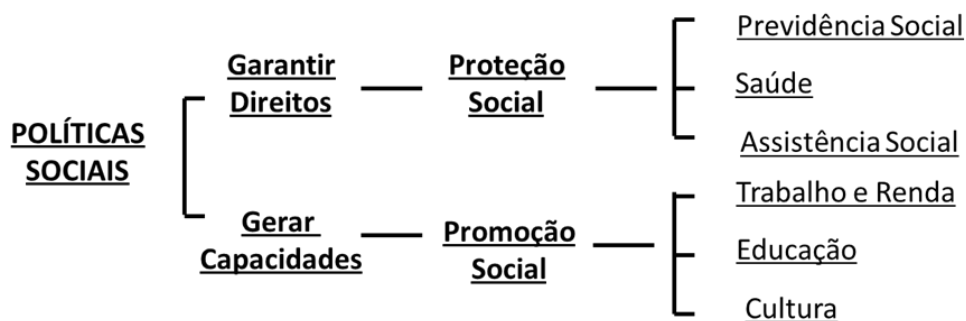
Onde a sociedade é capaz de atuar ofertando produtos e serviços que atendam as necessidades das pessoas e comunidades, o Estado deve incentivar e realizar parcerias. Portanto, **fortalecer os ativos da sociedade (capital social) é também fator central de desenvolvimento.**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A arquitetura institucional do sistema de proteção social, tal como previsto no Plano Nacional de Assistência Social, propõe ao ente público estadual um papel estratégico de coordenação da política de desenvolvimento social, fixando sua atuação no apoio técnico, capacitação, monitoramento e avaliação das ações, fornecendo mecanismos de fomento e cooperação financeira à execução das políticas no âmbito municipal, tanto das organizações públicas, como da rede de atendimento não governamental.

No RS a estrutura do Estado, se organiza de forma abrangente para garantir direitos por meio de sistemas de proteção (previdência social, saúde e assistência social), de promoção social (trabalho e renda, educação e cultura) e, finalmente, na defesa dos direitos humanos e da justiça (igualdade de gênero, igualdade racial, LGBT, criança e adolescente, pessoas com deficiência, idosos, e criança e adolescente).

“É preciso contar
com o protagonismo
da sociedade civil
organizada no
enfrentamento dos
problemas que
emperram o
desenvolvimento
com equidade,
justiça e inclusão”



Tal estrutura tem seu impacto no orçamento do estado conforme quadro demonstrativo abaixo:

QUADRO 1: DESPESAS EXECUTADAS DO RS COM AS FUNÇÕES RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Rubrica		Valor	Participação
Proteção Social	Previdência Social	R\$ 14.404.043.236	28,7%
	Assistência Social	R\$ 353.310.345	0,7%
	Saúde	R\$ 5.611.373.369	11,2%
	Habitação	R\$ 4.631.711	0,0%
	Proteção (subtotal)	R\$ 20.373.358.661	40,6%
Promoção Social	Desporto e Lazer	R\$ 2.149.953	0,0%
	Trabalho e Renda	R\$ 52.425.485	0,1%
	Educação	R\$ 3.976.489.676	7,9%
	Cultura	R\$ 86.406.710	0,2%
	Inclusão (subtotal)	R\$ 4.117.471.824	8,2%
Proteção + Inclusão (total)		R\$ 24.490.830.485	48,8%
Orçamento Estadual		R\$ 50.185.236.859	100%

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2017.

A distribuição dos valores apresentados neste quadro permite concluir que se a capacidade de oferta de serviços públicos pelo Estado é insuficiente para fazer frente às demandas da sociedade gaúcha, o impacto destes serviços no orçamento do governo não é desprezível percentualmente, sendo que o custo da previdência social é disparado a principal rubrica de despesa fixa.

O QUE QUEREMOS

Ampliar a participação esfera pública não estatal e **mobilizar o protagonismo social** para uma estratégia comum de promoção do desenvolvimento social.

Promover a participação da sociedade nas discussões das políticas públicas a partir do fortalecimento dos espaços de cidadania

SITUAÇÃO ATUAL

Os principais problemas do Estado no campo das políticas sociais referem-se ao aumento da população em situação de risco social devido a fatores econômicos (diminuição da renda, aumento da pobreza e desemprego), perda de vínculos sociais (identidade cultural e comunitária) e perda de referências (valores éticos, morais e autoridade).

Estes problemas manifestam-se ao cidadão comum das seguintes formas:

- déficit habitacional nos centros urbanos;
- o crescimento de moradias irregulares e aumento da população de rua;
- mercado de trabalho cada vez mais restrito, sobretudo às pessoas com baixa escolaridade e que carecem de capacidades para gerar renda. Isso é agravado no tange as pessoas com deficiência ou necessidades especiais, que demandam maior acessibilidade e atendimento ocupacional especializado;
- Aumento da intolerância, desrespeito e violência, que impede o rico exercício da diversidade, permitindo pessoas compartilharem suas diferenças no contexto de uma sociedade que garante o direito à igualdade.

Frente a esta realidade, nossa proposição de **PRIORIDADES** para o governo neste tema são:

- Fortalecer a rede de proteção social, pública e privada, de modo a garantir a inclusão da população mais vulnerável;
- Desenvolver projetos alternativos para o enfrentamento do déficit habitacional envolvendo os ativos das comunidades em uma perspectiva de desenvolvimento local e fortalecimento dos vínculos sociais comunitários;
- Gerar capacidades para ampliar o trabalho e a renda, buscando alternativas para o desenvolvimento do empreendedorismo popular mediante ações de formação, assessoramento, incentivo ao crédito e desburocratização;
- Fortalecer programas de acessibilidade e ações afirmativas de inclusão social;
- Incentivar programas de educação complementar para crianças, jovens e adultos, integrando a escola, a comunidade e o empresariado.

“Os principais problemas do Estado no campo das políticas sociais referem-se ao aumento da população em situação de risco social ”



Priorizando estes 5 eixos estratégicos, o estado deve convocar a sociedade para compartilhar deste desafio buscando projetos inovadores que possam agregar às práticas tradicionais em complemento ou mesmo em substituição às mesmas. A principal estratégia do governo deve ser **ativar o protagonismo da sociedade em favor dos desafios sociais** definidos pela estrutura estatal, com ênfase para o campo da promoção social.

O QUE FAZER

- Constituir um ambiente estruturado numa rede colaborativa de inovação social, envolvendo atores da sociedade civil (universidade, pesquisadores, operadores do direito, trabalhadores sociais, organizações sociais, usuários e patrocinadores) para um processo de cocriação centrada no usuário, visando construir soluções complexas, em múltiplos contextos da vida real aos serviços socioassistenciais. Desenvolver, validar e testar novos conhecimentos, conforme a tipificação nacional de serviços socioassistenciais;
- Fazer uso de novas tecnologias e metodologias para dar agilidade e alcance às soluções proporcionando resultados na transformação social;
- Promover o voluntariado especializado;
- Incentivar, através da criação de novos mecanismos, investidores privados a aplicarem recursos em projetos direcionados às causas propostas pelas políticas públicas estaduais;
- Construir alternativas inteligentes para a realização de Parcerias Públicas e Privadas;
- Garantir capilaridade regional para os investimentos públicos e privados de forma a diminuir as desigualdades regionais;
- Adotar um modelo de gestão inovador e intersetorial.

AÇÃO IMEDIATA

Retomar com maior amplitude o **Programa Estadual de Apoio à Inclusão e Promoção Social** vinculada a Lei da Solidariedade que criou o **Projeto Rede Parceria Social***.

**A Rede Parceira Social é uma plataforma colaborativa, emulada e coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, que estabelece um processo virtuoso de sinergia entre o governo, a sociedade civil organizada e empresas cidadãs em torno da causa pública de promoção do desenvolvimento social.

“A principal
estratégia do
governo deve ser
ativar o protagonismo
da sociedade em
favor dos desafios
sociais definidos pela
estrutura estatal, com
ênfase para o campo
da promoção social.”



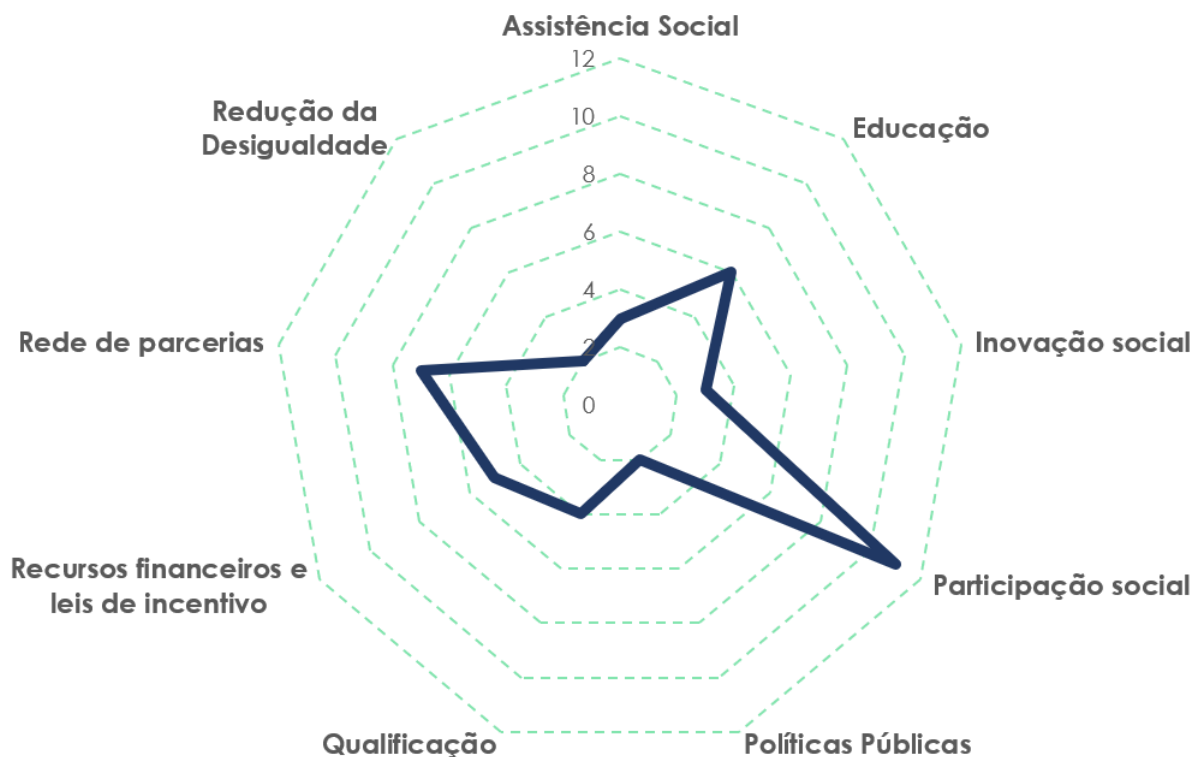


Gráfico elaborado com base em 45 propostas relacionadas ao tema Cidadania e Responsabilidade Social, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018



DESENVOLVIMENTO DE MERCADO

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE MER- CADO NO RS

MELHORIA DO AMBIENTE NO RIO GRANDE DO SUL

- SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA
- REDUÇÃO DA BUROCRACIA
- PREVISIBILIDADE DE NORMAS E SE-
GURANÇA JURÍDICA

MELHORIA DA COMPETITIVIDADE

- ESTÍMULO A UM ECOSSISTEMA DE
INOVAÇÃO
- DIRECIONAMENTO DE RECURSOS À
OBRAS DE INFRAESTRUTURA
- COMPETITIVIDADE TRIBUTÁRIA

DESENVOLVIMENTO DE CONDIÇÕES PARA MAIOR AGREGAÇÃO DE VALOR ÀS CADEIAS PRODUTIVAS GAÚCHAS

- FOMENTO A NOVOS SETORES, SETO-
RES PRIORITÁRIOS E PORTADORES DE
FUTURO AGREGANDO PROCESSOS E
PRODUTOS INOVADORES
- SISTEMA DE INFORMAÇÕES COM-
PETITIVAS
- EXPORTAÇÕES COM MAIOR VALOR
AGREGADO

Frente aos importantes temas abordados pelo **Fórum Temático de Desenvolvimento de Mercado** da Agenda 2020, destaca-se o seu objetivo principal de fomentar oportunidades de mercado em nível nacional e internacional através de três focos primordiais: a **melhoria do ambiente de negócios internos**, o **aumento de competitividade da economia gaúcha** e o **desenvolvimento de condições que propiciem maior nível de agregação de valor nas cadeias produtivas estaduais**.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Dentro da primeira dimensão, que visa a **melhoria do ambiente de negócios internos**, observam-se ações a serem realizadas a nível macroeconômico, e que afetam diretamente a competitividade das empresas gaúchas.

Neste contexto, reformas estruturais como a simplificação tributária, a redução da burocracia e a previsibilidade de normas, segurança jurídica são itens indispensáveis à melhoria do ambiente de negócios, e a expansão da atividade produtiva, assim como, o estímulo ao investimento privado no Rio Grande do Sul.

Compreende-se, também que um ambiente de negócios adequado para o desenvolvimento de mercado é aquele que garanta previsibilidade de normas, segurança jurídico-institucional e governança com foco na eficiente gestão dos recursos públicos. Adicionalmente considera-se fundamental a eficaz alocação de investimentos em infraestrutura logística, energia e telecomunicações, entre outros. Não obstante, incentivos transversais e setoriais, além da disponibilidade de financiamento são instrumentos primordiais para a melhoria da competitividade sistêmica do Estado.



MELHORIA DA COMPETITIVIDADE

Referente à **melhoria da competitividade** entende-se que se faz necessário um trabalho a nível institucional público e privado. Neste sentido, os principais tópicos a serem trabalhados tanto pelo governo como pelas entidades privadas são:

- Estimular a constituição de um ecossistema de inovação
- Direcionamento de recursos à obras de infraestrutura
- Implementação de um projeto de competitividade tributária ao estado do Rio Grande do Sul

A abordagem sobre um projeto de competitividade tributária refere-se à revisão da legislação do ICMS estadual, de forma a simplificar os processos e implementar princípios de Inteligência Tributária, o que pode melhorar sensivelmente o ambiente de negócios. O planejamento do modelo tributário é fundamental para o Estado estimular atividades e ao mesmo tempo aumentar a base de arrecadação. Por conta da falta de inteligência competitiva do sistema vigente, algumas atividades migram para os estados vizinhos para evitar as distorções da legislação do ICMS do Rio Grande do Sul. Além disso, tramitam em âmbito nacional propostas para realizar uma Reforma Tributária. Um ponto em comum, entre as que encontram-se em estágio mais avançado de análise, é a criação de um Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA). O Fórum de Desenvolvimento de Mercado da Agenda 2020 sugere que o estado crie um grupo de estudos para entender melhor as reformas em discussão e antecipar as oportunidades que possam surgir a partir do atual sistema tributário. Esta transição é uma oportunidade para o RS se antecipar, de forma a atrair investimentos para aproveitar seu grande mercado consumidor e desenvolver novos mercados.

No caso das empresas de menor porte, que têm na flexibilidade e agilidade as suas principais vantagens competitivas, muitas vezes a elevada burocracia acaba por limitar essas características. Portanto, é importante propiciar um canal mais fluido na relação dessas empresas com os diversos órgãos do estado. As pequenas e médias empresas são as que mais se beneficiariam de uma postura orientativa, e não somente punitiva, dos órgãos fiscalizadores.



A melhoria da competitividade é fundamental para o fortalecimento das Cadeias Produtivas, visando estimular e apoiar a organização setorial já existente, além de promover o desenvolvimento de novos setores dinâmicos em distintas regiões do RS.

A educação é a base para competitividade das empresas e de sua capacidade de inovar. A qualificação profissional através de programas com foco no empreendedorismo e inovação, são condições fundamentais para elevar a produtividade nas empresas, agregando valor com aplicação de novas tecnologias e processos.

“Reformas estruturais como a simplificação tributária, a redução da burocracia e a previsibilidade de normas e segurança jurídica são itens indispensáveis à melhoria do ambiente de negócios”

AGREGAR VALOR ÀS CADEIAS PRODUTIVAS

Edição 2018

O terceiro aspecto refere-se ao **desenvolvimento de condições para propiciar maior agregação de valor às cadeias produtivas gaúchas**. Esta dimensão abrange os seguintes objetivos:

- Sistema de Informações Competitivas
- Fomento a novos setores, setores prioritários e portadores de futuro agregando processos e produtos inovadores
- Exportações com maior valor agregado

As estratégias voltadas ao crescimento de mercado interno e ao acesso de mercados externos serão definidas através da cooperação técnica e econômica entre os atores públicos e privados com base na estruturação de projetos orientados ao aumento da eficiência das cadeias produtivas e ao desenvolvimento local. Esta estrutura institucional também permitirá atuar de forma significativa na atratividade de investimentos diretos.

Por fim, cabe salientar que se fará necessário realizar uma priorização de projetos dentre as três dimensões relacionadas acima de modo a proporcionar uma melhor objetividade e o cumprimento das metas estipuladas pelo Fórum Temático de Desenvolvimento de Mercado.



“A qualificação profissional através de programas com foco no empreendedorismo e inovação, são condições fundamentais para elevar a produtividade nas empresas”

O QUE QUEREMOS

- a melhoria do ambiente de negócios internos
- a melhoria da competitividade
- desenvolvimento de condições para maior agregação de valor às cadeias produtivas gaúchas

SITUAÇÃO ATUAL

- Problemas estruturais que levam a perda de competitividade das empresas no RS, como:
- altos custos de produção e de logística
- pouca mão de obra especializada
- sistemas de comunicação deficitários
- juros e elevada carga tributária, excesso de taxas e de burocracia
- falta de efetividade nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento e educação



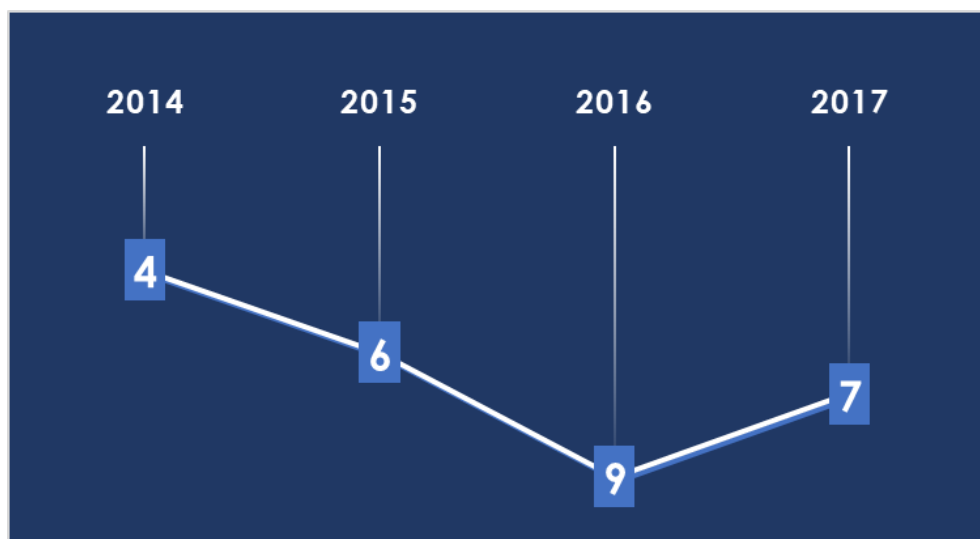
RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS 2018

ESTADO	RANKING	PONTUAÇÃO
São Paulo	1º	89,1
Santa Catarina	2º	76,6
Distrito Federal	3º	73,6
Paraná	4º	69,8
Rio Grande do Sul	5º	60,4
Minas Gerais	6º	60,1
Mato Grosso do Sul	7º	58,0
Espírito Santo	8º	56,3
Paraíba	9º	52,7
Goiás	10º	52,6

Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP) - 2018

RETROSPECTIVA DO RS NO RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

“O Ranking de Competitividade dos Estados contribui para a transparência dos governos, uma vez que ele se configura como uma poderosa ferramenta de controle da gestão pública”



Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP)

O Ranking de Competitividade dos Estados contribui para a transparência dos governos, uma vez que ele se configura como uma poderosa ferramenta de controle da gestão pública.

Aberto à população, a plataforma do Ranking oferece diversas possibilidades de interação e o retrato de cada estado em cada um dos 66 indicadores avaliados.

Desde que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, muito se evolui na transparência fiscal dos governos, mas a falta de ferramentas de acompanhamento por parte da população ainda é um empecilho que precisa ser vencido e assim, potencializar o poder da Lei.



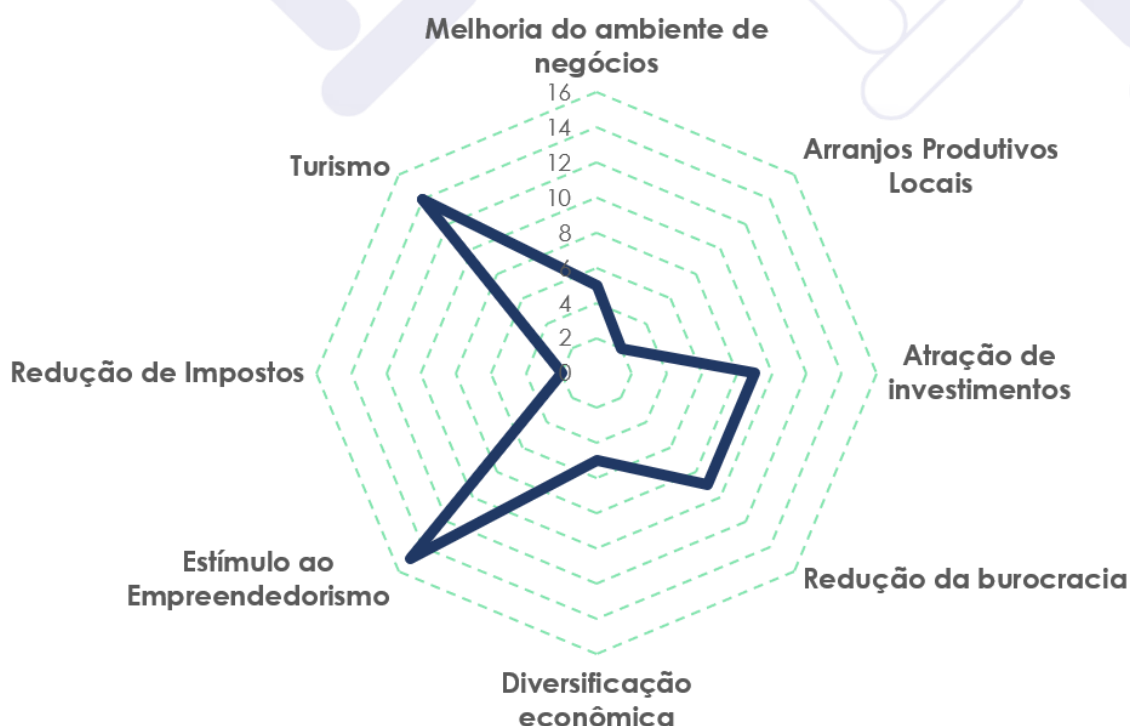


Gráfico elaborado com base em 71 propostas relacionadas ao tema Desenvolvimento de mercado, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018

O QUE FAZER

PROPOSIÇÕES PARA O TEMA DESENVOLVIMENTO DE MERCADO

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS INTERNO: + COMPETITIVIDADE - NÍVEL DE ESTADO / GOVER-

Simplificação tributária

Redução da Burocracia

Previsibilidade de normas e segurança

MELHORIA DA COMPETITIVIDADE: NÍVEL INSTITUCIONAL PÚBLICO E PRIVADO (GOVERNO E

Estímulo à criação de um ecossistema inovador de maior valor

Direcionamento de recursos a obras de infraestrutura

Competitividade tributária

DESENVOLVIMENTO DE CONDIÇÕES PARA PROPICIAR MAIOR AGREGAÇÃO DE VALOR ÀS CADEIAS PRODUTIVAS GAÚCHAS

Fomento a novos setores, setores prioritários e portadores de futuro

Sistema de Informações Competitivas

Exportações de maior valor agregado



EDUCAÇÃO

Edição 2018

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE NO RS

GARANTIA DE **ACESSO, PER-
MANÊNCIA E QUALIDADE** DA
EDUCAÇÃO PARA O
SÉCULO XXI

MODERNIZAÇÃO DO MODE-
LO DE **GOVERNANÇA E GES-
TÃO** DO SISTEMA ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO

GESTÃO EFICIENTE DE
RECURSOS

O **Fórum Temático de Educação** da Agenda 2020 vem trabalhando com o objetivo de definir e implementar um modelo de educação básica com foco na qualidade no Rio Grande do Sul.

Formulados em 2006, os objetivos da Agenda 2020 em relação à educação básica vêm se atualizando à medida que avança no país o debate e as iniciativas do poder público e da sociedade em defesa de uma educação de qualidade para todos.

Em 2007, os três objetivos estratégicos da Agenda foram articulados com as metas do Movimento Todos pela Educação, também iniciado em 2006, e com o debate então em curso sobre a valorização do magistério e a educação em tempo integral.

EDUCAÇÃO BÁSICA COM FOCO NA QUALIDADE

Assim, definir e implementar um modelo de **educação básica com foco na qualidade** implica:

- Incentivar a ampliação do atendimento educacional dos 0 aos 3 anos
- universalização da pré-escola, ensino fundamental e médio
- conclusão no ensino fundamental e médio na idade correta
- alfabetização das crianças até os 8 anos de idade
- níveis apropriados de aprendizagem no ensino fundamental e médio
- investimento em educação garantido e bem gerido

VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES

Da mesma forma, **investir na valorização e qualificação dos professores**, é uma medida entendida como fator estratégico à qualificação da educação e deve levar a:

- salários compatíveis com a função exercida
- carreira com progressão funcional articulada à avaliação do desempenho profissional dos professores
- melhoria da qualidade da formação inicial dos professores
- formação continuada vinculada à sala de aula e melhoria da aprendizagem

REDE DE ESCOLAS COM FORMAÇÃO INTEGRAL

Por fim, o objetivo estratégico de **ampliar a rede de escolas com formação integral** deve começar por:

- ampliação progressiva do número de escolas em tempo integral (ao menos 7 horas diárias de permanência na escola)
- oferta de atividades complementares no contraturno, inclusive para esforço e recuperação escolar.

O Fórum Temático de Educação da Agenda 2020 vem acompanhando a evolução da educação no Estado nos últimos doze anos.

12 ANOS DE PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO

Com base nesses objetivos, o **Fórum Temático de Educação** da Agenda 2020 vem acompanhando a evolução da educação no Estado nos últimos doze anos. Foram elaborados documentos com diagnósticos e propostas para a gestão da educação gaúcha. Em 2010, para a gestão da educação estadual no período de 2011 a 2014. Em 2012, para a gestão da educação municipal de 2013 a 2016. Em 2014, para a gestão da educação estadual no período 2015-2018.

Mais uma vez, em 2018, trata-se de formular propostas para a gestão 2019-2022, agora articuladas também com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 2014 a 2024.

Infelizmente, apesar dos esforços empreendidos pelo poder público e por amplos setores da sociedade do Rio Grande do Sul, em especial pelos professores, ainda não foi possível recuperar a posição de destaque da educação básica gaúcha no contexto nacional. Em parte, isso pode ser explicado pela descontinuidade das políticas educacionais, quando em educação os resultados se colhem no médio e longo prazo.

A reversão deste cenário depende em primeiro lugar da aplicação de mais recursos na rede estadual de ensino, o que somente pode ser viabilizado com soluções para a situação fiscal do Estado, em particular para as despesas com a previdência dos servidores estaduais. Mas depende também de melhoria dos padrões de gestão educacional e da continuidade das políticas educacionais, o que exigirá mobilização e esforço articulado de toda a sociedade rio-grandense.

Para a elaboração das propostas para o período 2019-2022, o Fórum Temático da Educação reuniu um conjunto de especialistas na sede da Polo RS. O texto que segue constitui o produto das formulações do fórum, cujo ordenamento parte de um diagnóstico da educação básica gaúcha, passando por uma série de proposições sugeridas para o próximo período de governo, as quais objetivam atingir o objetivo final de universalizar a Educação Básica de qualidade no Estado do Rio Grande do Sul.

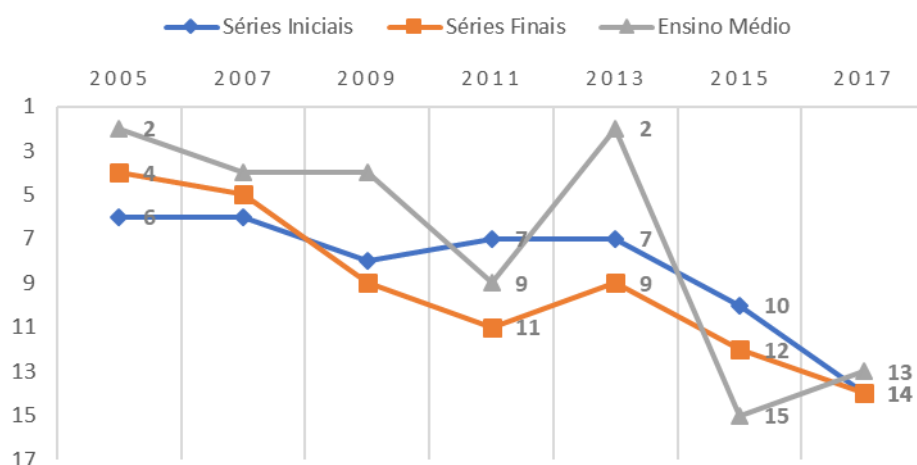


Universalização da Educação Básica de qualidade

SITUAÇÃO ATUAL

O Estado do Rio Grande do Sul perdeu posições na maioria dos níveis no contexto nacional, e o desempenho da educação do Rio Grande do Sul no IDEB tem deixado a desejar. A rede estadual não tem atingido as metas estabelecidas fixadas nacionalmente e as notas ainda estão longe de um mínimo aceitável, por exemplo, de 6,0, nos anos iniciais do ensino fundamental. Na rede privada de ensino o Rio Grande do Sul tem apresentado melhora em relação ao seu posicionamento inicial no contexto nacional.

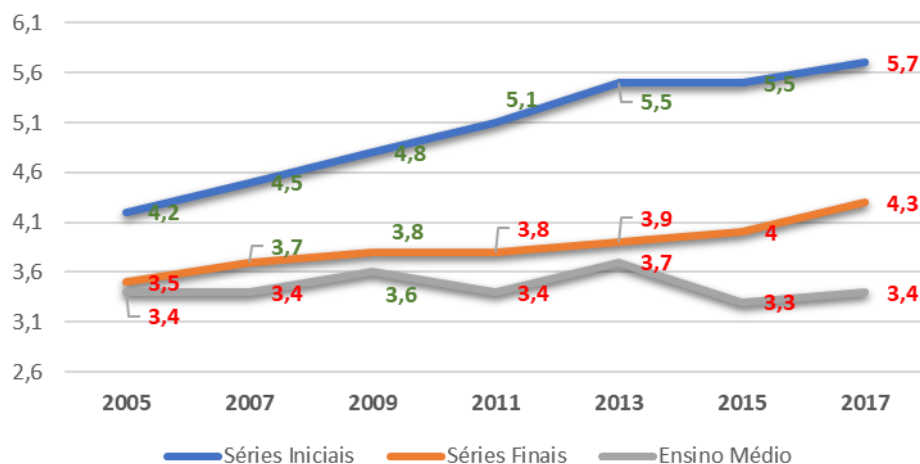
REDE ESTADUAL DE ENSINO



Fonte: INEP/MEC

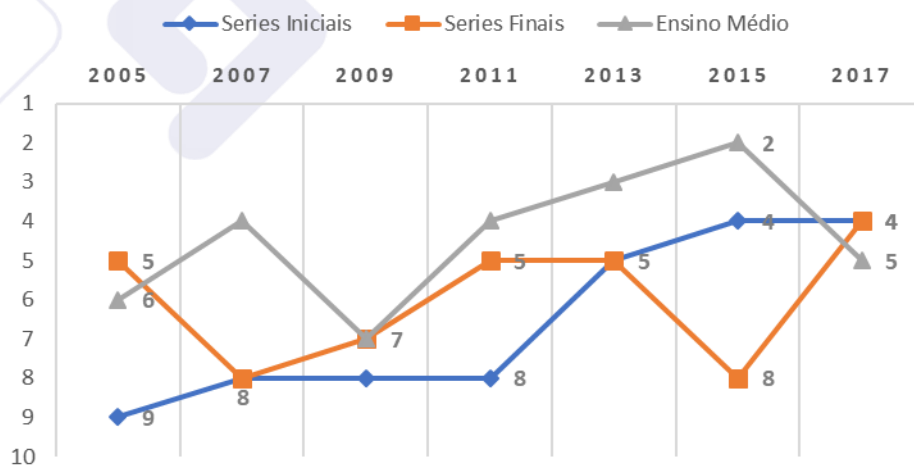
A rede estadual não tem atingido as metas estabelecidas fixadas nacionalmente e as notas ainda estão longe de um mínimo aceitável,

IDEB - Rede Estadual*



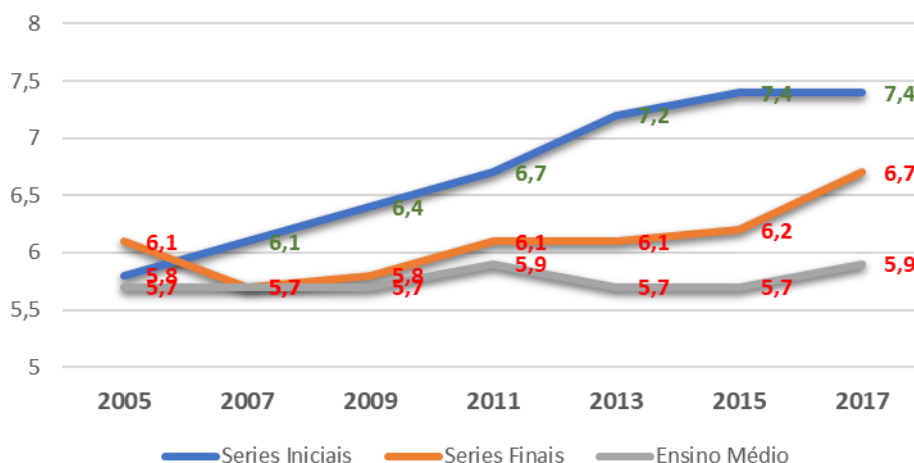
Fonte: INEP/MEC *Verde – Atingiu a meta. *Vermelho – Não atingiu a meta.

REDE PRIVADA DE ENSINO



Fonte: INEP/MEC

IDEB - Rede Privada*



Fonte: INEP/MEC *Verde – Atingiu a meta. *Vermelho – Não atingiu a meta.

“A reversão deste cenário depende em primeiro lugar da aplicação de mais recursos na rede estadual de ensino, o que somente pode ser viabilizado com soluções para a situação fiscal do Estado”

ALGUMAS CAUSAS PELA SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO

A atual condição da educação gaúcha tem variadas causas, dentre as quais podemos elencar:

1- INFLEXIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO

Reduzida capacidade de aplicação de recursos em Educação devido ao orçamento do Estado apresentar sistematicamente insuficiência de recursos frente ao crescimento das despesas previdenciárias

Despesas com Educação e previdência em relação a despesa total do Governo Estadual

Período	Educação	Previdência
1975-1978	26,5%	13,1%
2003-2006	12,3%	29,6%
2007-2010	10,7%	29,1%
2011-2014	9,8%	27,6%
2014-2017	9,4%	29,7%

Fonte: Balanços Gerais do Estado.

Período	Educação
1979-1982	2,11%
2003-2006	1,30%
2007-2009	1,12%
2011-2014	1,10%
2015-2016	1,08%

Fonte: Balanços Gerais do Estado.

Despesa do governo estadual com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

ANO	2014	2015	2016	2017
TCE/RS	32,79%	33,68%	29,28%	28,92%

Fonte: RREO e Balanço Geral do Estado.

2- NÃO PAGAMENTO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

- Impossibilidade de pagamento do piso nacional do magistério devido à dispersão salarial da carreira e ao critério de reajuste do valor do piso
- Geração de passivo trabalhista pelo não pagamento do piso nacional
- Plano de carreira de 1974, com mais de 40 anos, anterior à Constituição Federal de 1988, LDB de 1996, Fundef de 1996, Fundeb de 2006 e Lei do piso de 2008
- Grande diferença entre níveis da carreira e mais de 80% dos professores nos níveis superiores
- Vencimentos insuficientes compensados por adicionais e gratificações
- Remuneração por tempo de serviço, frequência a capacitações, gratificações, mas desatrelada do desempenho profissional
- Insustentabilidade da previdência devido às regras de incorporação aos proventos dos valores da ampliação da jornada semanal de trabalho e gratificações

“O passivo
trabalhista já
está em 22 bilhões
segundo
estimativas
calculadas
pela
Secretaria
da Fazenda”

Passivo trabalhista potencial pelo não cumprimento do piso nacional do magistério - (R\$ mil correntes)*

Ano	Folha Pagamentos		Diferença	Juros (6% a.a.)	Correção (IGP-M)	Total Passivo
	Piso Nacional	Piso RS				
2011	3.483.000	2.430.000	1.053.000	220.996	276.669	1.550.665
2012	6.149.942	3.803.206	2.346.736	360.354	433.632	3.140.722
2013	6.641.598	4.381.331	2.260.268	198.010	224.685	2.682.961
2014	7.194.179	4.980.411	2.213.768	61.304	63.697	2.338.769
Total	23.468.719	15.594.947	7.873.772	840.664	998.683	9.713.118

Fonte: Darcy Francisco Carvalho dos Santos

*O passivo trabalhista já está em 22 bilhões segundo estimativas calculadas pela Secretaria da Fazenda – Zero Hora -Edição 02/04/2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/04/passivo-do-rs-com-piso-do-magisterio-chega-a-r-221-bilhoes-cjfhg3h2p040f01ph16fsnbkn.html>

Índice do Vencimento Básico do Magistério Estadual

Ano	1985-86	1991-94	2003-06	2007-10	2011-14	2015-17
	100	33,7	43,5	45,5	56,8	64,5

Fonte: Sefaz

Tabela CNTE – Valores de março de 2014			
	Para jornada de 40 horas		Posição da CNTE
	Venc. nível médio	Venc. nível superior	
SC	R\$ 1.697,37	R\$ 1.706,88	Paga o piso
RS	R\$ 1.040,52	R\$ 1.924,96	Não paga o piso

Fonte: CNTE

Devido à proporção de professores com formação superior, a remuneração média no RS é maior do que em SC

Inadequação do critério de reajuste do piso nacional

ANO	Valor do Piso	Reajuste do piso	INPC
2011	R\$ 1.187,00	15,84%	6,47%
2012	R\$ 1.451,00	22,22%	6,08%
2013	R\$ 1.567,00	7,97%	6,20%
2014	R\$ 1.697,37	8,32%	5,26%
2015	R\$ 1.917,78	12,99%	7,13%
2016	R\$ 2.135,64	11,36%	11,31%
2017	R\$ 2.298,80	7,64%	5,44%

Fonte: Ministério da Educação e IBGE

3- INADEQUAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR ÀS EXIGÊNCIAS DO SÉCULO XXI

Práticas educativas pouco inovadoras, em especial nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio

4- CONFLITO PERMANENTE ENTRE SINDICATO DOS PROFESSORES E GOVERNOS DO RS

Ausência de pauta mínima de negociação entre governo, magistério e sociedade

PORTANTO, as ações necessárias para a retomada da qualidade da educação são de caráter ESTRUTURAL e envolvem o compromisso do Poder Público e da Sociedade, incluindo as representações da sociedade civil organizada e do setor privado.

Objetivos Estratégicos – 2006	Objetivos específicos articulados com metas do TPE – 2007
Definir e implementar um modelo de educação básica com foco na qualidade	Ampliação do atendimento educacional dos 0 aos 3 anos
	Universalização da pré-escola, ensino fundamental e médio
	Conclusão do ensino fundamental e médio na idade correta
	Alfabetização das crianças até os 8 anos
	Níveis apropriados de aprendizagem no ensino fundamental e médio
Investir na valorização e qualificação dos professores	Investimento em educação ampliado e bem gerido
	Salários compatíveis com a função exercida
	Carreira com progressão articulada à melhoria das taxas de aprovação e níveis de aprendizagem dos alunos
	Melhoria da qualidade da formação inicial dos professores
	Formação continuada vinculada à sala de aula e melhoria da aprendizagem
Ampliar a rede de escolas com tempo integral	Cumprimento das quatro horas diárias obrigatórias de trabalho escolar
	Escolas com tempo integral (ao menos 7 horas diárias)
	Oferta de atividades complementares no contraturno, para reforço e recuperação escolar

“Não basta corrigir os problemas da educação que temos de hoje. Temos que resolvê-los pensando nas necessidades das crianças e dos jovens do Século XXI”



Gráfico elaborado com base em 137 propostas relacionadas ao tema Educação, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018

O QUE FAZER

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Garantia de acesso, permanência e qualidade da educação para o século 21

Modernização do modelo de governança e gestão do sistema estadual de educação

Gestão eficiente de recursos



GARANTIA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

“Ampliar a oferta de educação em tempo integral (no mínimo 25% dos alunos até 2022), especialmente para alunos em situação de vulnerabilidade.”

METAS DO PNE	DIAGNÓSTICO (DADOS 2015)	METAS GESTÃO 2019-2022
No mínimo 50% de 0 a 3 anos na creche até 2024. Programas de apoio e orientação às famílias	0 a 3 anos (BR = 30,4% / RS = 35,2%)	No mínimo 50% de 0 a 3 anos na creche até 2024. Programas de apoio e orientação às famílias
Todos de 4 a 17 anos na escola até 2016 (EC 59/2009)	4 e 5 anos (BR = 90,5% / RS = 79,6%) 6 A 14 anos (BR = 97,7% / RS = 98,4%) 15 a 17 anos (BR = 84,3% / RS = 82,7%)	Todos de 4 a 17 anos na escola até 2016 (EC 59/2009)
Escolaridade líquida no ensino médio de no mínimo 85% até 2024	15 a 17 anos no ensino médio (BR = 62,7% / RS = 60,2%)	Escolaridade líquida no ensino médio de no mínimo 85% até 2022
Universalizar a educação especial para a população de 4 a 17 anos, preferencialmente na rede regular de ensino	Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos e altas habilidades ou superdotação em classes comuns (BR = 82% / RS = 82%) (2016)	Universalizar a educação especial para a população de 4 a 17 anos, preferencialmente na rede regular de ensino
Ampliar a oferta de educação em tempo integral (no mínimo 25% dos alunos até 2024)	Matrículas da rede pública na educação básica em tempo integral (BR = 11,5% / RS = 11,4%) (2016)	Ampliar a oferta de educação em tempo integral (no mínimo 25% dos alunos até 2022), especialmente para alunos em situação de vulnerabilidade.
Alfabetizar todas as crianças na idade certa (até o final do 3º ano do EF)	(BR = leitura = 77,8% / escrita = 65,5% / matemática = 42,9%) (RS = leitura = 84,1% / escrita = 74,6% / matemática = 48,8%) (2014)	Alfabetizar todas as crianças na idade certa (até o final do 2º ano do EF). De acordo com a determinação da nova Base Nacional Comum Curricular.
Melhorar a qualidade da educação básica, com melhoria da aprovação conclusão e aprendizagem	Aprovação E.F (BR = 89,5% / RS = 86,7%) Aprovação E.M (BR = 78,7% / RS = 75,6%) Conclusão E.F (BR = 76% / RS = 81,3%) Conclusão E.M (BR = 58,5% / RS = 57,6%) (2015)	Aprovação E.F (97%) Aprovação E.M (94,6%) Conclusão E.F (95,8%) Conclusão E.M (90,6%)

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

Edição 2018

1 - Formação inicial e continuada e qualificação de professores para conecta-los com novas metodologias, tecnologias disponíveis e sistemas de avaliação inovadores, com foco na aprendizagem de competências e habilidades para o cidadão do século XXI, em parceria com as instituições de ensino superior.

2 - Formação inicial e continuada e qualificação de gestores para garantir qualidade e melhoria contínua, revitalizando a gestão dos ambientes escolares e proporcionando programas de gestão.

3 - Fortalecer a educação profissional e técnica, conectando-as às demandas do mercado para com novas profissões, baseada em tecnologias exponenciais e educação 4.0.

4 - Implementar o Referencial Curricular Gaúcho a partir das competências e habilidades previstas em todos os níveis da educação básica previstos na BNCC de forma a atender às expectativas das comunidades, mas principalmente as demandas da sociedade do século XXI. Funcionando como um mecanismo que sustente as propostas pedagógicas escolares.

5 - Fortalecer o Processo de Avaliação Externa da qualidade da aprendizagem, para que ocorra de forma sistemática com o objetivo de detectar defasagens de aprendizagem e estabelecer a correção dos desvios.

6 - Melhorar a conectividade e infraestrutura tecnológica pedagógica e administrativa disponível, incrementando plataformas digitais de aprendizagem e gestão de forma a resultar em serviços mais ágeis e eficazes.

MODERNIZAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Metas do PNE	Diagnóstico	Metas Gestão 2019-2022
Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.	Municípios do BR Indicação Política= 21,7% Somente eleição= 19,9% Seleção e eleição= 3,2% Outras formas = 45,2% Rede estadual RS = somente eleição.	Aperfeiçoar a gestão democrática do ensino, com escolha de diretores por critérios técnicos de mérito e desempenho, além de participação na comunidade escolar
Construir uma base nacional comum curricular para a educação básica	BNCC - Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental aprovada pelo CNE e homologada pelo MEC em 22/12/2017. A BNCC - Ensino Médio está em processo de debate no âmbito das audiências públicas nas 5 regiões do país.	Estabelecer um processo contínuo de implantação e acompanhamento da aplicabilidade da BNCC.



1 - Construir Processos com Diretrizes e Orientações com procedimentos para acompanhamento das atividades educacionais, valorizando instituições mais eficazes em termos de processos de gestão.

2 - Utilizar Sistemas Informatizados de apoio à gestão, com ferramentas para planejamento e operação, com sistemas integrados para os gestores, professores, estudantes e pais, contendo estatísticas em tempo real, indicadores para metas do PNE, monitoramento de escolas/turmas para gestão de ociosidade e uso de Inteligência Artificial para interpretar os indicadores.

3 - Coordenadorias Regionais de Educação com perfil de GESTÃO, com corpo técnico plural e carreira própria para os cargos, aperfeiçoando os Sistemas de Informação para agilizar a digitalização de documentos e a comunicação, aumentando a eficiência e organização.

4 - Diretores escolhidos com base em critérios técnicos de mérito, desempenho e participação junto à comunidade escolar, e que pactuem um conjunto de processos de gestão com vistas à autonomia da escola e melhoria dos resultados educacionais.

5 - Coordenação pedagógica realizando uma atuação orientativa sobre o processo pedagógico, a fim de resgatar a qualidade da educação nas escolas gaúchas, buscando referências em metodologias inovadoras de aprendizagem e acompanhamento de indicadores de aprendizagem e parceria com conselhos escolares.

6 - Revisar a Lei Estadual de Ensino (1969), incluindo a revisão da composição do Conselho Estadual de Educação e seus critérios de indicação, reforçando a concepção de um sistema estadual de educação constituído de uma rede heterogênea composta por escolas públicas e privadas voltadas para uma estratégia comum.

7 - Aperfeiçoar o regime de colaboração entre Estado, Municípios e IEs públicas e privadas, usando modelos como os Arranjos de Desenvolvimento da Educação com a finalidade, por exemplo, de apoio mútuo e construção de política de formação de professores atuais e futuros.

“Resgatar a
qualidade da
educação nas
escolas gaúchas,
buscando referências
em metodologias
inovadoras de
aprendizagem e
acompanhamento
de indicadores de
aprendizagem”

MODERNIZAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Edição 2018

Metas do PNE	Diagnóstico	Metas Gestão 2019-2022
Assegurar aos profissionais do magistério da educação básica formação em curso de licenciatura	Professores com formação superior na educação básica (2016) (BR = 77,5% RS= 80,5%)	Professores com formação superior na educação básica (95%)
Garantir formação continuada para todos os profissionais da educação básica e no mínimo 50% dos professores com pós-graduação até 2024	Professores com pós-graduação (2016) (BR = 34,6% / RS = 42,3%)	Ampliar a participação dos professores com pós-graduação para 48%.
Equiparar o rendimento médio dos professores da educação básica ao dos demais profissionais com mesma escolaridade até 2019	Rendimento médio dos professores com relação aos profissionais de outras áreas com mesma escolaridade (2015): (BR = 52,5% / Região Sul = 65,1%)	Incrementar o rendimento do magistério estadual de forma a alcançar, em 2022, uma proporção de 90% entre a renda dos professores com os demais profissionais de mesma escolaridade.
Planos de carreira para os profissionais da ed. Básica pública, sendo referência o piso salarial nacional previsto na CF. Valorização do mérito do corpo docente e direção das escolas que melhorarem o IDEB	Entre 27 UF's, o RS é o único com carreira anterior à CF / 1988, LDB/1996, Fundef/1996 e Fundeb/ 2006 e Lei do piso/ 2008. Ao menos 4 estados adequaram a carreira após 2008 para pagar o piso.	Adequação do plano de carreira do magistério, com base na legislação federal hoje vigente.
Ampliar o investimento público total em educação, para atingir 7% do PIB em 2019 e 10% em 2024	Em 2014, BR = 6% do PIB para a educação, sendo que, 4,9% direcionados à educação básica. RS = 1,1% do PIB no período 2015-2017, porém com tendência de investimento decrescente do % PIB estadual em educação.	Ampliar progressivamente as despesas orçamentárias estaduais com educação, de forma a atingir 15% da despesa total em 2022.
Aperfeiçoar a gestão de recursos financeiros, materiais e humanos da educação básica	Ainda há escolas com prédios e equipamentos deficitários. Recursos insuficientes da autonomia financeira. Redução da matrícula e nº de alunos por professor.	Aperfeiçoar a gestão de recursos financeiros, materiais e humanos da educação básica

PROPOSTAS PARA A GESTÃO 2019-2022

1 - Construir um Projeto de Estado para a educação de longo prazo, com visão de futuro crítica, holística e de valores coletivos, com adequação do recurso orçamentário e modernização da legislação da educação.

2 - Adequar o Plano de Carreira do Magistério com nova legislação de pessoal, construindo critérios objetivos e qualitativos de evolução e que atentem para o pagamento do piso nacional.

3 - Qualificar as estruturas física e de pessoal da rede estadual de ensino, considerando o bônus demográfico, não como forma de redução de custos, mas sim de otimização dos recursos físicos, humanos e financeiros.

4 - Modernizar a infraestrutura e serviços da rede através da racionalização da rede estadual de ensino, inclusive por meio de municipalização de escolas ou matrículas, principalmente dos anos iniciais do ensino fundamental.

5 - Alterar os critérios de distribuição da cota de participação municipal do ICMS, através da criação do Índice de Qualidade Educacional, utilizando como modelo os procedimentos adotados pelo Ceará (Lei nº 14.023 de 17.12.2007, Decreto nº 29.306 de 05.06.2009, Decreto nº 29.586 de 19.12.2008, Decreto nº 29.881 de 31.08.2009 e Decreto nº 30.796 de 29.12.2011).

6 - Implementar medidas em relação à previdência estadual, respeitando os recursos da educação com a retirada das aposentadorias do mínimo constitucional de 25% da receita resultante de impostos vinculados a despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

“Quando se fala em educação para o Século XXI estamos falando em olhar ao nosso redor e ver como a sociedade mudou, principalmente os jovens. Todos foram influenciados pela tecnologia”

EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO 21

Educação, ensino e aprendizagem está assentada em teorias e metodologias diversas que muito ajudaram a humanidade chegar até onde chegamos. Este conhecimento não pode ser abandonado, deve sim ser aprimorado. Educação para os tempos atuais não significa apenas dotar as salas com computadores em nuvem ou de facilidades trazidas pela tecnologia da informação. Quando se fala em educação para o Século XXI estamos falando em olhar ao nosso redor e ver como a sociedade mudou, principalmente os jovens. Todos foram influenciados pela tecnologia. O que livro impresso tornou possível, colocando o conhecimento acumulado pela humanidade ao dispor de todos, os computadores em rede possibilitam dinamizar os processos de ensino e aprendizagem daqui para frente.

Não basta corrigir os problemas da educação que temos de hoje. Temos que resolvê-los pensando nas necessidades das crianças e dos jovens do Século XXI. Para tal, basta olhar o modelo da sala de aula de hoje onde o professor(a) é o(a) grande protagonista. Muitas tecnologias hoje existentes e outras que estão surgindo, propiciam ensinar e aprender sem estar em sala de aula. Por exemplo: Como fazer a transição das salas de aula convencional para os chamados espaços de aprendizagem?

É necessário planejar a introdução das novas formas de ensino e aprendizagem. Isto não pode ser feito da noite para o dia. Uma necessidade básica, quem sabe o mais fácil para fazer, que é o acesso à “nuvem” em todos os estabelecimentos de ensino público do Rio Grande do Sul, requer tempo e recursos financeiros.



Não basta apenas substituir uma aula de matemática aos moldes atuais por uma aula de matemática "digital". Precisa-se fazer muito mais e levar em conta:

- O perfil dos jovens de hoje que estão sempre conectados – como usar esta conexão para ensinar?
- A capacitação os professores para poder exercer o papel que lhe é devido junto a esta criança ou jovem altamente influenciado pela tecnologia e pelos novos padrões da sociedade contemporânea.
- A possibilidade que a tecnologia traz para o reagrupamento de saberes. No passado recente usamos como blocos base para ensinar a matemática, o português, a física, a química, a biologia, a filosofia. Agora os blocos base são de natureza diversa como energia, ecologia, criatividade empreendedorismo, inovação entre outros.
- A necessidade de equilibrar os avanços tecnológicos com as competências humanas.
- A necessidade de dotar a Secretaria da Educação uma estrutura que possa planejar, implantar, acompanhar ações que visem dotar a rede pública estadual destas novas metodologias, tecnologias que objetivem prover nossos jovens de uma educação adequada ao seu tempo e às necessidades da sociedade gaúcha.



GESTÃO PÚBLICA

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA REDUZIR OS GASTOS E AUMENTAR A ARRECADAÇÃO DO ESTADO

ALTERAÇÃO NA IDADE MÍNIMA E NO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A APOSENTADORIA

ADESÃO AO **REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL** ACOMPANHADO DE GRANDE AJUSTE NAS CONTAS

REVISÃO DO **ACÚMULO DE PENSÕES**

FIM DA INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA NA APOSENTADORIA

ALTERAÇÃO DO **PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO**

MUDANÇA DO INDEXADOR DO **PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO**

REDUZIR/LIMITAR OS ALTOS SALÁRIOS INICIAIS DE CERTAS CATEGORIAS

EXTINÇÃO DA **LICENÇA-PRÊMIO**

EXTINÇÃO DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DE REAJUSTES A SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

AUMENTO DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

REDUZIR A TAXA DE REPOSIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

EVOLUÇÃO POR MÉRITO NA CARREIRA

PUBLICIZAÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS NAS ATIVIDADES NÃO EXCLUSIVAS DO ESTADO

PROGRAMAS QUE ENVOLVAM A SOCIEDADE NA **FISCALIZAÇÃO**

REVISÃO DA METODOLOGIA DE CÁLCULO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FPE – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS

MUDAR OS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA DEFINIR OS **REPASSES** AOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO E À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.

É conhecido que o Estado apresenta grandes dificuldades em suas contas públicas. No entanto, independentemente das causas que nos levaram a essa conjuntura, para modificar o ambiente crônico de crise fiscal serão necessárias medidas que promovam alterações estruturais nas finanças públicas do Estado Rio Grande do Sul. Apesar da dificuldade política de implementação, a contrapartida será a interrupção do ciclo de desequilíbrio fiscal que acompanha o Estado há décadas, permitindo que o Rio Grande do Sul volte a se desenvolver.

Entre os objetivos da Agenda 2020 para o tema Gestão Pública estão o aumento da capacidade de investimento do Estado, através do equilíbrio fiscal, a redução da carga tributária, a modernização e o aumento da eficiência da gestão pública com adequação do tamanho do estado e, por fim, a garantia da transparência na gestão pública através de um sistema de monitoramento pela Sociedade.

Para atingirmos tais objetivos é essencial que os gestores enfrentem o desequilíbrio nas contas públicas reorientando a estrutura das despesas e receitas e reorganizando a forma de gestão. O Fórum Temático de Gestão Pública destacou algumas proposições que, uma vez adotadas, alterarão a conjuntura de crise fiscal que o Estado atravessa.



O QUE QUEREMOS

Equilibrar as contas do Estado

Retomar a capacidade de investimento

SITUAÇÃO ATUAL

O descompasso entre o comportamento das receitas arrecadadas e das despesas geradas resulta em um desequilíbrio estrutural nas contas do Estado.

Para equilibrar as contas estaduais e formarmos margem para investir, precisamos vencer certos obstáculos, eliminando o déficit estrutural ou a denominada inequação orçamentária tratada a seguir.

“Para equilibrar as contas estaduais e formarmos margem para investir, precisamos vencer certos obstáculos, eliminando o déficit estrutural ou a denominada inequação orçamentária”

INEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – 2018*

A formação da despesa estadual é constituída pela soma das **despesas vinculadas**, que variam em função da receita corrente e pelas **despesas fixas**, cuja variação independe do comportamento da receita. A tabela abaixo faz essa demonstração para o exercício de 2018.

Inequação orçamentária do Estado para 2018					
Em R\$ 1.000,00					
Descrição	Receita líquida de impostos e transf.(RLIT)	Receita proveniente do SUS	RCL Critérios LRF	Receita corrente com Fundeb	% da receita corrente
1. Bases de incidências de vinculação	32.126.210	845.505	39.622.512	50.863.302	100,0
Vinculações				25.519.456	50,2
Educação (MDE) *	35%			11.244.174	22,1
Transferências aos municípios				9.757.349	19,2
Saúde (EC 29/2000 - Federal) (**)	10%			3.212.621	6,3
Deduções: Folha pagamento saúde (fixo)				(728.868)	(1,4)
Aplicação receita do SUS		100%		845.505	1,7
Precatórios judiciais e RPVs			3,0%	1.188.675	2,3
2. Recursos livres de vinculação (3-4)				25.343.846	49,8
3. DESPESAS FIXAS (Não dependentes de vinculação)				31.707.757	62,3
4. DESPESA TOTAL				57.227.213	112,5
5. DÉFICIT POTENCIAL (1-4)				-6.363.911	(12,5)
(*) Esta vinculação não vem sendo cumprida e a despesa cresce sem depender da receita.					
(**) Parte complementar dos 12% tem comportamento independente de variação da receita.					
(Inequações estaduais do RS_SP/Ineq.orçam./B-5).					

Fonte: Proposta Orçamentária 2018. Elaboração: Darcy Francisco dos Santos. *A metodologia do cálculo está apresentada no Apêndice, ao final do caderno.

Conforme se observa na tabela, o **déficit potencial do Estado em 2018 é de R\$ 6,3 bilhões**, ou 12,5% da receita corrente.

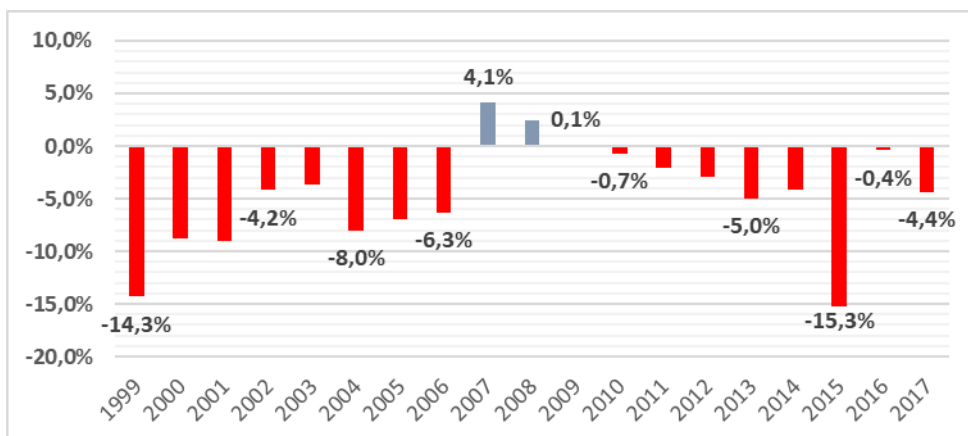
Tendo em vista que ao incrementar as receitas ocorrem mais despesas vinculadas automaticamente, considerando o cumprimento de todas elas, na atual estrutura de despesas fixas, para chegar ao equilíbrio orçamentário o estado precisaria aumentar a receita em cerca de 25%. Isso é o que chamamos de **inequação orçamentária** ou **déficit estrutural**. Na realidade, as vinculações com a educação não vêm sendo cumpridas integralmente, por isso o déficit será menor do que o projetado. Da mesma forma ocorre com a despesa decorrente da dívida, que está suspensa em razão de decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

Esse desequilíbrio estrutural é que tem formado os **déficits orçamentários históricos e a falta de margem para investir**, que a partir de 1999 estão demonstrados nos gráficos seguintes:

**Resultado Orçamentário;
Margem para investir e investimentos.**

a) Resultado orçamentário 1999-2017:

O resultado orçamentário é a diferença entre a receita total e a despesa total. No gráfico abaixo ele está expresso em proporção da receita corrente líquida (RCL).



Fonte: Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

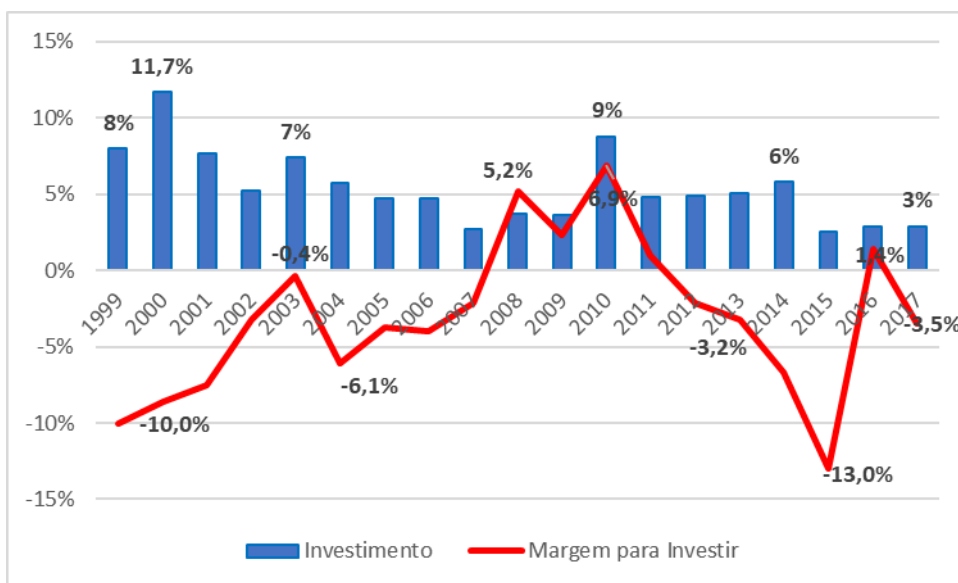
Elaboração: Darcy Francisco Carvalho dos Santos

Margem para investir e investimentos 1999-2017*:

A margem para investir (MI) é a diferença entre a receita corrente líquida (RCL) e a despesa total (DT), exceto os investimentos (I) em sentido amplo (incluindo as inversões financeiras). Logo:

$$MI = RCL - DT + I.$$

O gráfico seguinte faz essa demonstração desde 1999, em proporção da RCL.



*Todos os investimentos realizados desde 1999, foram com recursos de terceiros, oriundos do caixa único ou financiamentos.

Fonte: Dados brutos dos balanços do Estado. Elaboração: Darcy Francisco Carvalho dos Santos.

“O descompasso entre o comportamento das receitas arrecadadas e das despesas geradas resulta em um desequilíbrio estrutural nas contas do Estado”

O QUE FAZER

ALTERAÇÃO NA IDADE MÍNIMA E NO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A APOSENTADORIA

A tabela abaixo mostra que pelo menos 81,1% dos servidores da Administração Direta são contemplados com aposentadorias especiais. Na educação, os professores aposentam-se com 30 anos de contribuição e com 55 anos de idade mínima, e as professoras, que são quase 90% do quadro, têm um benefício de 5 anos a menos, tanto na idade mínima como no tempo de contribuição.

Na segurança pública, o tempo de contribuição é também de 30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres, sem exigência de idade mínima. A exigência que existe é de 25 anos para os homens e 20 para as mulheres de exercício na atividade fim. Considerando que dos restantes, a metade sejam mulheres, as aposentadorias especiais alcançam mais de 90% dos servidores da Administração direta.

SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS CONTEMPLADOS COM APOSENTADORIAS ESPECIAIS (1) EM DEZEMBRO/2017:

ORGÃOS	SERVIDORES ATIVOS	Participação (%)	IDADE MÍNIMA
Brigada Militar (2)	19.962	14,0%	Sem Exigência (4)
Demais	10.693	7,5%	Sem Exigência (4)
EDUCAÇÃO (3)	84.767	59,6%	50 e 55
SOMA	115.422	81,1%	
MULHERES (50% estim.)		9,5%	55
SUBTOTAL		90,6%	
ADM. DIRETA	142.236	100%	

Fonte: Boletim de Pessoal da Fazenda.

1) Com aposentadoria aos 25 ou 30 anos de contribuição, sem idade mínima ou com 50 ou 55 anos de idade mínima.

2) Coronéis: 21 na ativa e 497 na reserva (96%)

3) Exceto os contratados.

4) Tempo efetivo no cargo: 25 anos (H) e 20 anos (M)

Proposição: Alterar a idade mínima de aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres, tanto para os servidores público como para o regime geral de previdência social (RGPS). O valor do benefício será calculado pela média dos rendimentos em todo o período laboral. Estipulando o tempo de contribuição no serviço público para 35 e 32 anos, respectivamente para homem e mulher. No regime geral, o tempo de contribuição passará a ser de 25 anos para ambos os sexos, podendo o segurado receber o benefício proporcional ao tempo de contribuição, caso não tenha o atingido ao chegar na idade mínima.

Justificativa: A maioria dos países já adota 65 anos (até 67) para homens e mulheres, indistintamente. Acresce-se a isso o acelerado envelhecimento da população no processo de transição demográfica pelo qual estamos passando. As diferenças propostas no tempo de contribuição entre os trabalhadores do serviço público e privado decorrem de os trabalhadores do primeiro estarem contemplados com a estabilidade no emprego, o que não ocorre com os do segundo.

Como fazer: Alteração da Constituição Federal.

“A maioria dos países já adota 65 anos (até 67) para homens e mulheres, indistintamente. Acresce-se a isso o acelerado envelhecimento da população no processo de transição demográfica pelo qual estamos passando”

ADERIR AO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Edição 2018

A mudança de 2016 trouxe uma solução para a dívida estadual, tanto quanto ao serviço da dívida (parcelas), quanto ao saldo devedor, porque reduziu os juros de 6% para 4% e mudou o indexador para o IPCA.

No curto prazo, o novo acordo concedeu desconto de 100% nas primeiras seis prestações, que passaram a ser crescentes na razão 1/18 nos dezoito meses seguintes. No entanto o estado não conseguiu cumpri-lo após 1 ano e este ingressou com pedido de liminar que fora concedido pelo Supremo Tribunal Federal em julho/2017.

Precisamos aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, com seus benefícios e consequências decorrentes, pois é a única solução viável, tendo em vista os altos déficits previstos para os próximos anos sem a adesão a esse Regime.

Proposição: Aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e durante o período realizar grande ajuste nas contas, sob a pena de a situação ficar pior após 2024.

Justificativa: Sem a adesão ao regime de recuperação fiscal, o estado corre o risco de entrar em colapso fiscal, mantendo déficits anuais na casa de R\$ 7 bilhões no período 2019-2025, além de perder a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Como fazer: Levar a termo as reivindicações da Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as privatizações exigidas e as demais garantias impostas.

REVISÃO DOS ACÚMULOS DE PENSÕES

A pensão é um benefício de natureza substitutiva (para manter as necessidades dos dependentes), não devendo por isso, propiciar a elevação dos ganhos per-capita.

A Agenda 2020 há vários anos vem propondo mudanças na legislação visando a correção das distorções existentes. Finalmente, o governo do estado editou a lei nº 15.142, de 05/04/2018, que adaptou a legislação estadual à lei federal nº 13.135, de 17/06/2015, no entanto ainda observam-se funcionários recebendo remunerações acima do teto previsto no Art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Proposição: Respeitar o teto constitucional, impedindo o acúmulo de remunerações advindas de vínculo trabalhista ou oriundas de benefícios previdenciários, seja este advindo do setor público ou privado, acima do teto determinado pela constituição federal.

Justificativa: A maioria dos países adota as restrições citadas para a concessão de pensões. Elas representam 25% dos gastos com previdência no RS e cresceram continuamente até então, embora a quantidade de pensionistas tenha se reduzido.

Como fazer: Cumprir a Constituição Federal no tocante ao teto.

“Precisamos aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, com seus benefícios e consequências decorrentes, pois é a única solução viável, tendo em vista os altos déficits previstos para os próximos anos sem a adesão a esse Regime”

FIM DA INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA NA APOSENTADORIA

Atualmente, a incorporação de função gratificada (FG) na aposentadoria ocorre desde que o servidor tenha exercido por, no mínimo, cinco anos corridos ou dez intercalados, pela de maior valor, ou a que estiver titulando quando da aposentadoria. Isso está em desacordo com a Emenda Constitucional nº 41/2003, que estipula a média das maiores remunerações apuradas em 80% do período laboral, a contar de julho de 1994 ou a contar da data do ingresso no serviço público quando ele ocorrer após esta data. Estão sujeitos à média os servidores que ingressaram a partir de 01/2004, ou mesmo que tenham ingressado antes e no momento da aposentadoria não completarem 20 anos de serviço, dez na carreira e cinco no cargo. Fora desses casos não têm direito à média, ficando ainda, com a integralidade e paridade. Da mesma forma estão os servidores da Segurança que mantêm direito à integralidade e paridade independentemente da data de ingresso no serviço público, pois não foram atingidos pelas últimas reformas.

Proposição: Alterar esse dispositivo, adotando a média das remunerações recebidas, em consonância com o novo texto constitucional, para todos os servidores públicos, mesmo os que ainda gozem do benefício da aposentadoria integral.

Justificativa: Esta prática diverge da Emenda Constitucional nº41/203, conforme exposto anteriormente.

Como fazer: Encaminhar projeto de lei pertinente à Assembleia Legislativa estadual.

ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO

O atual plano de carreira do magistério estadual contém multiplicadores que, aliados a outras vantagens, podem elevar em cinco vezes o valor inicial da carreira (nível A1), mesmo assim não se cumpre o piso nacional. A consequência disso é a formação de um passivo trabalhista que, segundo a Secretaria da Fazenda, supera os R\$ 29 bilhões, bastando para isso que os professores ingressem na justiça e serem contemplados por sentença judicial favorável.

Proposição: Alterar o plano, como está estabelecido no Art. 6º da Lei nº 11.738/2008 (lei do piso). De forma a cumprir o piso nacional do magistério, dentro das possibilidades financeiras do estado, para não criar mais passivos trabalhistas.

Justificativa: Conforme exposto, não há a mínima possibilidade de cumprir o piso nacional com a manutenção do plano vigente.

Como fazer: Proposta de lei à Assembleia Legislativa do Estado.

MUDANÇA DO INDEXADOR DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

O piso nacional do magistério cresceu 53% acima do INPC entre janeiro/1999 e janeiro/2018. Em todos os anos, a contar de 2010, o piso cresceu acima do INPC, que é o índice adotado para reajustes salariais. Isso é insustentável para Estados e Municípios.

Variação do Piso nacional do Magistério e do IPCA						
Mês/ano	PNMag.	INPC	Variação		Variação relativa	
			PNMag	INPC	PNMag	INPC
jan/09	950,00	2.994,15			100,0	100,0
jan/10	1.024,67	3.124,76	7,9%	4,4%	107,9	104,4
jan/11	1.187,00	3.328,76	15,8%	6,5%	124,9	111,2
jan/12	1.451,00	3.516,11	22,2%	5,6%	152,7	117,4
jan/13	1.567,00	3.749,15	8,0%	6,6%	164,9	125,2
jan/14	1.697,37	3.946,44	8,3%	5,3%	178,7	131,8
jan/15	1.917,78	4.227,64	13,0%	7,1%	201,9	141,2
jan/16	2.135,64	4.705,75	11,4%	11,3%	224,8	157,2
jan/17	2.298,80	4.961,56	7,6%	5,4%	242,0	165,7
jan/18	2.455,52	5.054,62	6,8%	1,9%	258,5	168,8
Variação PNMg/INPC					53,1%	

Proposição: Vincular os reajustes do piso nacional do magistério a uma fração da menor variação da RCL entre os estados. Abrindo espaço para planos de remuneração variável entre os estados.

Justificativa: Os reajustes ao funcionalismo público devem estar relacionados com as condições orçamentárias de cada estado e município.

Como fazer: Alterar o indexador no Art. 6º da Lei nº 11.738/2008 (lei do piso) para a menor variação da RCL entre as Unidades da Federação.

“Os salários de algumas categorias de servidores públicos estão totalmente fora de mercado, sendo inclusive maiores que os similares em nível federal”

REDUZIR/LIMITAR OS ALTOS SALÁRIOS INICIAIS DE CERTAS CATEGORIAS

Há categorias de servidores públicos com remunerações iniciais superiores a R\$ 20 mil, como fiscais de tributos estaduais, auditores da Secretaria da Fazenda, procuradores e defensores públicos, em órgãos do Poder Executivo e nos Outros Poderes e órgãos especiais.

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Proposição: Adaptá-los às condições financeiras do Estado e ao mercado.

Justificativa: Os salários dessas categorias estão totalmente fora de mercado, sendo inclusive maiores que os similares em nível federal.

Como fazer: Reformar os planos estaduais de carreira, mediante negociação com as categorias, para remunerações compatíveis com as médias vigentes no mercado. Quando não haver similaridade entre as funções, estabelecer valores iniciais em que os vencimentos se direcionem ao teto no fim do período laboral, de modo que a remuneração atue de forma incentivadora para que os servidores se mantenham trabalhando dedicadamente até o momento da aposentadoria.

EXTINÇÃO DA LICENÇA-PRÊMIO

A licença-prêmio constitui-se num privilégio que precisa ser extirpado da lei brasileira, por ser uma vantagem injustificável e que só os servidores públicos têm. A Constituição de 1988 tornou-a ainda mais concessiva, ao substituir o benefício de seis meses por cada dez anos trabalhados para três meses a cada cinco anos trabalhados. Com o advento da Emenda 20/1998, a licença não gozada deixou de ser contada em dobro (tempo fito) para efeito de aposentadoria. Mas a licença-prêmio, embora na maioria dos casos, acabe não sendo gozada, ela fica para o final da carreira, reduzindo o prazo mínimo para a aposentadoria, podendo chegar a 1,5 anos, quando o servidor se aposentar com 30 anos de serviço público. Além disso, há ainda alguns órgãos que a pagam em dinheiro, embora de forma muito limitada. A aprovação em 1º turno da PEC 242/2015, que equipararia a legislação estadual à federal se aprovada em 2º turno, estabelecendo a licença para capacitação ainda seria insuficiente para corrigir as distorções.

Proposição: Eliminar da Constituição federal o instituto da licença-prêmio.

Justificativa: As razões enumeradas na introdução.

Como fazer: Reivindicar junto com os Estados interessados, mediante Projeto de Emenda Constitucional (PEC) a extinção da licença-prêmio em nível nacional.

“Vincular os reajustes ao funcionalismo público à capacidade de pagamento do poder público”

EXTINÇÃO DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DE REAJUSTES A SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS

A constituição estadual garante a concessão de reajustes salariais que mantenham o poder de compra dos servidores públicos do Rio Grande do Sul, no entanto não faz sentido que a constituição garanta aumentos de remuneração funcional independentemente das condições de caixa do Estado. Além da questão fiscal, importantíssima e imperiosa para o estado, a remuneração média do servidor público é bastante superior a verificada na iniciativa privada para pessoas com igual grau de qualificação. Desta forma, além de questões racionais e técnicas, a revogação se justifica também em razão de promover maior justiça e igualdade social.

Proposição: Revogar a necessidade de reajustes obrigatórios ao servidor público a fim de que seja discutida, periodicamente, a necessidade e a capacidade de reajustes salariais para os servidores.

Justificativa: Vincular os reajustes ao funcionalismo público à capacidade de pagamento do poder público.

Como fazer: Revogar o inciso 2º do artigo 33 da constituição estadual.



AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Edição 2018

A modernização da administração pública é fundamental para que seja iniciado um processo de reestruturação administrativa e fiscal do Estado no curto prazo. Novas empresas que operam com elevada base tecnológica, principalmente startups, vêm desenvolvendo soluções especialmente para o serviço público e têm potencial para atuar como um vetor importante no processo de elevação da eficiência tanto do serviço, quanto do gasto público. Criar um arcabouço jurídico que promova programas que conectem essas empresas com soluções inovadoras ao setor público se faz necessário para viabilizar essa sinergia. Alguns exemplos de outros estados podem servir de inspiração como o Pitch Gov.SP que resultou em uma plataforma de atendimento virtual ao cidadão mais eficiente. O SOL – Sistema Online de Licenciamento foi um pequeno exemplo, que precisa ser fortalecido, no Rio Grande do Sul de aplicação de tecnologia para reduzir a burocracia no processo de licenciamentos ambientais. Somente assim será possível planejar novos investimentos, essenciais para o crescimento do Estado no longo prazo.

Proposição: Implementar modelo de gestão pública com metas anuais de redução das despesas e identificação de agenda de prioridades, determinando indicadores de resultados para cada órgão além de agregar tecnologia aos processos internos a fim de reduzir a burocracia, reduzir a dependência de mão de obra em determinados departamentos que podem ser gradativamente automatizados e reduzir os custos também na compra de insumos.

Justificativa: É possível fazer cortes importantes dos gastos públicos, em especial no que tange as outras despesas correntes (ODC's), que entre os anos de 2008 e 2017, por exemplo, tiveram incrementos bastante superiores à inflação.

Como fazer: Implementar um marco regulatório, por meio da Assembleia Legislativa para regulamentar a sinergia entre o poder público e empresas com serviços inovadores de utilidade pública, além de levar a termo um plano de gestão que eleve a produtividade do trabalho dos servidores e também dos escassos recursos originados da carga tributária.

REDUZIR A TAXA DE REPOSIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

A maior aplicação de tecnologia nos procedimentos públicos internos e externos, combinado com o aumento da idade mínima para aposentadoria e os incrementos de produtividade auferidos através de medidas que incorporam o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) auxiliará no sentido de reduzir o crescimento vegetativo da folha de pagamentos.

Proposição: Reduzir a taxa de crescimento vegetativo da folha de pagamentos dos servidores públicos de 3% para 2,5%, compatível com um grau de reposição de 75%.

Justificativa: Uma redução do crescimento vegetativo da folha de pagamentos de 0,5 pontos percentuais no ano significa que a mesma crescerá 5,11% a menos no final de dez anos.

Uma reforma da previdência que retarde o tempo de aposentadoria é o principal fator de redução do crescimento vegetativo no longo prazo. No curto prazo, no entanto, a redução do grau de reposição e, portanto, do crescimento vegetativo da folha, se processa pelo aumento da eficiência funcional, procurando fazer mais com os mesmos servidores.

Como fazer: Estabelecer uma meta de reposição de servidores e segui-la.

“A modernização da administração pública é fundamental para que seja iniciado um processo de reestruturação administrativa e fiscal do Estado no curto prazo.”

EVOLUÇÃO POR MÉRITO NA CARREIRA

Por meio da evolução por mérito poderá se estabelecer estratégias que possibilitem avaliar de forma objetiva os servidores e as instituições públicas, permitindo recompensar quem apresentar maior produtividade e melhores resultados.

Proposição: Instituir a evolução por mérito nas estruturas administrativas e de gestão do Estado.

Justificativa: Metas meritocráticas servem de estímulo para se alcançar resultados previamente estabelecidos, gerando maior produtividade e eficiência dos servidores que, em contrapartida, serão recompensados por seu desempenho.

Como fazer: Implantar uma política de gestão de recursos que contemple o desenvolvimento das carreiras, a profissionalização dos gestores públicos, a premiação por resultados e por produtividade, entre outros exemplos de ações.

PUBLICIZAÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS NAS ATIVIDADES NÃO EXCLUSIVAS DO ESTADO

A absorção pelo setor público não-estatal das atividades não exclusivas do estado tem a finalidade de retirar do Estado o papel de executor ou prestador direto dos serviços, tornando-o regulador e/ou provedor destes.

Neste sentido, o Projeto de Lei 44/2016 propunha que organizações sociais sem fins lucrativos teriam a possibilidade de realizar atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à gestão, proteção e preservação do meio ambiente, à ação social, ao esporte, à saúde e à cultura e dispõe ainda sobre a regulação destas organizações a fim de que estas estejam dependentes do escrutínio da análise do poder público sobre sua conveniência.

Proposição: Aprovação do PL 44/2016.

Justificativa: A estratégia de publicização tem o objetivo de aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e a um custo menor.

Como fazer: Encaminhar para votação o Projeto de Lei no âmbito da Assembleia Legislativa.

PROGRAMAS QUE ENVOLVAM A SOCIEDADE NA FISCALIZAÇÃO

A elevação da carga tributária mediante o aumento de alíquotas se mostra inviabilizada pela pressão da opinião pública e pelos impactos derivados do aumento do custo de produção no Estado, o que afugentaria investimentos, com reflexos negativos relevantes na geração de emprego e renda a longo prazo. No entanto, programas que buscam expandir a base tributária, especialmente inibindo a sonegação, tendem a receber apoio social além de serem positivos para a promoção de competição justa entre os diversos agentes produtivos da economia. Trabalhos recentes têm se dedicado a medir impactos resultantes da maior fiscalização e de regimes tributários capazes de reduzir a sonegação da arrecadação ao longo da cadeia produtiva.

Proposição: Implementar um programa de devolução de parcela do ICMS efetivamente recolhido pelo estabelecimento comercial a seus consumidores, ou que habilite o consumidor a direcionar o percentual devolvido à organizações sociais.

“A estratégia de publicização tem o objetivo de aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e a um custo menor”



Justificativa: Estudos apontam que, no caso de São Paulo, o programa foi capaz de aumentar a eficiência da arrecadação. Um dos estudos aponta a elevação da arrecadação em até 20% em média no período analisado.

Como fazer: Reformular o sistema de incentivos presentes na Nota Fiscal Gaúcha fazendo com que os indivíduos possam receber parte do dinheiro pago na forma de tributo como mecanismo de estímulo à fiscalização por parte da população.

REVISÃO DA METODOLOGIA DE CÁLCULO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FPE – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS

O Rio Grande do Sul tem 5,5% da população nacional e contribui com 4,9% da carga tributária que forma o Fundo de Participação dos Estados (IPI e IR), no entanto recebia de retorno apenas 2,355% do Fundo. E com a última alteração (LC 143/2013) passou para 1,519% sobre as parcelas incrementais.

Proposição: Alterar os critérios de repartição dos recursos que constituem o Fundo de Participação dos Estados.

Justificativa: A distribuição dos proventos do Fundo de Participação dos Estados não leva em consideração o fato de que mesmo nos Estados mais desenvolvidos existem microrregiões deprimidas economicamente.

Como fazer: Encaminhar um Projeto de Lei Complementar por meio do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados ou outros fóruns com esta prerrogativa, que adequa os critérios de repartição das cotas do Fundo de Participação dos Estados levando em consideração as diferenças microrregionais referidas.

MUDAR OS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA DEFINIR OS REPASSES AOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, AO MINISTÉRIO PÚBLICO E À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO.

O atual critério de definição dos repasses de recursos feitos para os poderes, conforme estabelecido pelo Art. 156 da Constituição Estadual, promove condições desiguais entre o Poder Executivo e os demais poderes. A constituição estabelece que os repasses devem ser calculados a partir da expectativa de arrecadação tributária, de forma que, caso ocorra frustração arrecadatória, o Poder Executivo acaba por realizar os repasses de maneira integral diante da estimativa citada nos Orçamentos Anuais. Desta forma, o Poder Executivo arca com a diferença entre a arrecadação projetada e a arrecadação efetiva.

Proposição: Alterar o critério de repasse para que este seja vinculado à receita corrente líquida efetivamente recebida pelo Estado e não o valor constante da previsão orçamentária.

Justificativa: O atual critério resulta em um estrangulamento das finanças públicas do Poder Executivo, o que dificulta a resolução de problemas fiscais e a gestão pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo com a manutenção do atraso de salários ao Poder Executivo, cuja média salarial é inferior aos demais poderes.

Como fazer: Encaminhar Projeto de Emenda à Constituição à Assembleia Legislativa.

“O atual critério de definição dos repasses de recursos feitos para os poderes, conforme estabelecido pelo Art. 156 da Constituição Estadual, promove condições desiguais entre o Poder Executivo e os demais poderes”

RADAR DE PRIORIDADES

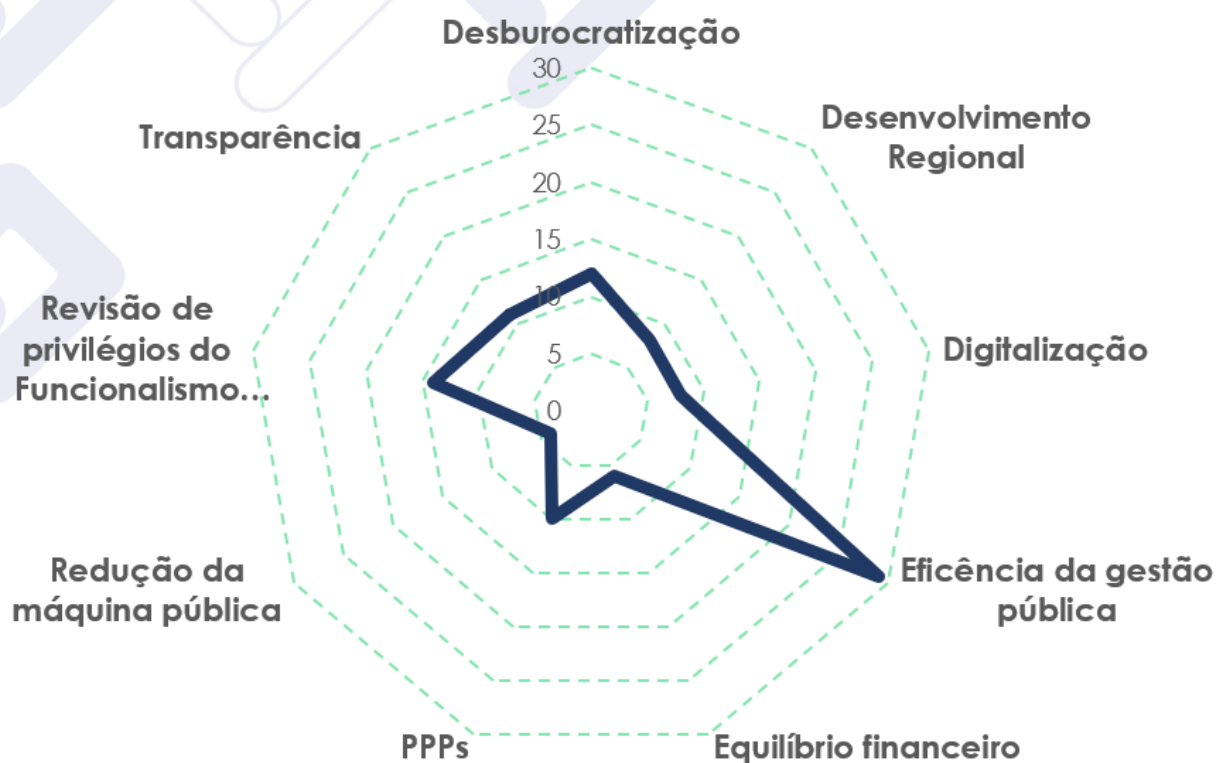


Gráfico elaborado com base em 117 propostas relacionadas ao tema Gestão Pública, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018

APÊNDICE:

A despesa estadual se processa de acordo com a seguinte equação:

$$RC = DF + 'v RC$$

Onde:

RC = receita corrente

DF = despesas fixas

'v = grau de vinculação da receita, que corresponde DV/RC , sendo:

DV = despesas vinculadas.

Substituindo pelos valores da tabela, temos:

$$RCO = 0,623 + 0,50 RCO$$

$$RCO (1-0,050) = 0,623$$

$$RCO = 0,623/0,50 = 124,6$$



INFRAESTRUTURA

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA FAVORECER A INFRAESTRUTURA DO RS

Reforçar a atuação da Secretaria dos Transportes

Gerar mecanismos de "funding" para investimentos em infraestrutura via todos os institutos afinentes a legislação, com ênfase para financiamento privado de infraestrutura pública, inclusive em concessões de manutenção, conservação e aumento de capacidade, além das que contam com demanda sustentável para implantação ou duplicação.

Instituir o Fundo Garantidor das PPPs.

Reorganização do DAER e EGR

Tornar a irrigação uma política pública permanente na área de Infraestrutura

Institucionalizar o PELT (Plano Estadual de Logística de Transporte)

Implementar o Plano Estadual de Habitações

Ampliar a influência e participação do Governo Estadual nas Políticas Federais de energia e buscar a autossuficiência energética do Estado através da sua matriz energética diversificada.

Ampliar e garantir a oferta (a preços competitivos) de Gás Natural no RS
Universalização do Saneamento Básico no RS

Implantar Política Estadual de gestão continuada no SEMA/FEPAM

Instalar sistemas de planejamento urbano

A Agenda 2020 a partir da análise do Fórum Temático de Infraestrutura compreende que o Rio Grande do Sul necessita, com urgência, resolver os problemas estruturais e operacionais que vem penalizando sua infraestrutura, comprometendo substancialmente a competitividade do Estado e limitando o seu desenvolvimento. A construção do presente trabalho contou com a contribuição técnica e institucional das entidades que compõem o Fórum de Infraestrutura da Agenda 2020 (representado por 188 entidades) e também o Fórum de Infraestrutura das Entidades do RS, este composto por SERGS, CREA-RS, SENGE, SI-CEPOT, OAB-RS, SINAENCO-RS, ABES-RS, AGEOS, SINDIBRITAS, COINFRA-FIERGS, SINDUSCON-RS, CAU-RS, SISECON-RS E IAB-RS.

Entre os objetivos priorizados no mapa estratégico da Agenda 2020 no tema de infraestrutura está a integração da rede logística, privilegiando os modais de maior eficiência, a garantia do uso eficiente e a disponibilidade de energia a preços competitivos, a universalização do saneamento básico, uma política robusta de irrigação no Estado e realização de investimentos, adotando as melhores alternativas de financiamento e recursos, considerando o custo de não fazer, bem como sugerindo alternativas de gestão para alterar o quadro histórico de insuficiência nas ações objetivas de investimento em infraestrutura no Estado.

GESTÃO E PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

Para o Rio Grande do Sul alcançar esses objetivos e avançar nas questões relacionadas a infraestrutura é imperativo que sejam adotadas ações voltadas à gestão. Quer dizer, administrar os recursos humanos e financeiros do Estado a partir de requisitos técnicos e com o propósito de obter os fins determinados em seu planejamento. Por conseguinte, criar um ambiente favorável a competitividade, fundamentado na GESTÃO e no PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO. Ao recuperar a cultura do Planejamento, estará se resgatando o aspecto da visão de Estado para Infraestrutura, pois estes investimentos, muitas vezes realizados sem a necessidade de recursos públicos, têm processos de maturação que transcendem governos, ou seja, uma vez iniciados devem ser concluídos sob pena de desperdício e sem retorno dos recursos públicos, fato recorrente no RS (exemplo presente duplicações das BRs 116/290/386).

Com o objetivo de fortalecer a infraestrutura do Estado, mais que um diagnóstico, o Fórum de Infraestrutura elencou uma série de proposições que, uma vez adotadas, irão alterar o quadro de incapacidade e deficiência que marcam a infraestrutura do Rio Grande do Sul. Reorganização da Secretaria dos Transportes, fortalecimento do Departamento de Irrigação da SEAPI, continuidade da política de saneamento pela CORSAN no âmbito da Secretaria de Obras, privilegiando profissionais devidamente capacitados e com atribuição legal para exercer as atividades, continuidade nos projetos contemplados no Plano Estadual de Logística e Transporte são exemplos de propostas que diminuiriam a precariedade da infraestrutura Rio Grande do Sul, gerando ganhos de produtividade e qualidade para toda a economia gaúcha. .

“O Fórum de Infraestrutura elencou uma série de proposições que, uma vez adotadas, irão alterar o quadro de incapacidade e deficiência que marcam a infraestrutura do Rio Grande do Sul”

O QUE QUEREMOS

Qualificar a gestão da infraestrutura

Reduzir o **custo logístico**

Institucionalizar o planejamento de longo prazo associando mecanismos de financiamento em todos os institutos aplicáveis

Investir nos **trechos prioritários**

Fomentar Investimentos em **Telecomunicações** no Rio Grande do Sul

Tornar o Estado **autossuficiente na produção de energia elétrica**, com potencial para ser exportador.

SITUAÇÃO ATUAL

Problemas estruturais e operacionais que penalizam a infraestrutura do Estado e reduzem a competitividade gaúcha.



1. REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Reestruturação da Secretaria dos Transportes, nos critérios em epígrafe propostos, sendo ainda estruturado um sistema de licitações próprio, independente da CELIC, em conjunto com SEPLAG, integrado com TCE e CAGE, podendo haver alternativa de ter a CELIC uma sucursal no contexto da Secretaria dos Transportes ou do DAER para apoio e efetivação destes investimentos.

2. ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA

Transformar o escritório de representação em Brasília em uma estrutura subordinada à Secretaria Geral de Governo, com objetivo específico de atuar de forma permanente na busca de recursos junto aos ministérios dos Transportes, das Cidades, da Integração Nacional, do Planejamento e Minas e Energia nas áreas de rodovias, portos, ferrovias, irrigação e saneamento e energia.

3. PLANO ESTADUAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE

Estabelecer um projeto de lei para o PELT-Plano Estadual de Logística de Transporte, de forma a haver uma continuidade dos investimentos e estes ocorram dentro de critérios técnicos de planejamento, estabelecidos no PELT quanto a valores e prioridades, desta forma tornando os investimentos em infraestrutura questão de Estado, transcendendo governos, pois sistemas de infraestrutura em todos os seus segmentos têm períodos de maturação muito além de períodos eleitorais. A gestão através de Planos Plurianuais já é uma prática em várias políticas públicas, como a de Recursos Hídricos, a de Saneamento, a de Resíduos Sólidos, criando uma cultura de gestão e facilitando a previsão dos investimentos do Estado, dando condições para que estes sejam planejados e atendidos pelas empresas do segmento, com mecanismos de financiamento permanentes e autoaplicáveis, como multas, CIDE e recursos privados nos institutos da Concessão e PPP.

“Estabelecer um projeto de lei para o PELT-Plano Estadual de Logística de Transporte, de forma a haver uma continuidade dos investimentos e estes ocorram dentro de critérios técnicos de planejamento”

4. PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÕES

Implantação do Plano Estadual de Habitações de Interesse Social, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Habitação, é um Plano de mais alta importância social, assegurando também grande geração de emprego e garantindo a atividade do setor econômico que mais gera empregos (construção civil).

5. IRRIGAÇÃO

Reforçar o Departamento de Irrigação da SEAPI, tornando a irrigação também uma política pública permanente na área de Infraestrutura, atuando de forma a cumprir as obras já em andamento com recursos federais, bem como priorizar os investimentos de irrigação já elencados e eleitos nos Planos de Bacia Hidrográfica, com destaque inicial para os vinte e quatro Sistemas da Bacia do Rio Santa Maria aprovados pelo respectivo Comitê de Bacia e AUSM (Associação dos Usuários), os sistemas aprovados no Plano de Bacia do Rio Gravataí e o Sistema São Sepé, bem como a conclusão das obras dos Sistemas Jaguari e Taquarembó, além dos canais destes sistemas, em conformidade com o plano de investimento no Estudo de Viabilidade junto ao Ministério da Integração Nacional, com a renovação e continuidade destes convênios Estado-União.



6. REESTRUTURAR O DAER

DAER – Reestruturar o DAER como uma Autarquia voltada prioritariamente a conservação e restauração de rodovias, transferindo para EGR as atribuições dos investimentos em novas rodovias, duplicações e implantação de trechos novos ainda não pavimentados, dentro das regras propostas quanto a atribuição da EGR no item a seguir. Permanecem com o DAER as atribuições de concessões de linhas de ônibus, rodoviárias, conservação de Obras de Arte Especiais e suprimento do batalhão da Polícia Rodoviária Estadual. Quanto a orçamento, estabelecer a exemplo de saúde e educação, um valor em lei para conservação, restauração e sinalização de rodovias, além de obras de arte especiais, da ordem de R\$ 300 milhões/ano, nas rubricas 001, 8015 e 8016, dos recursos de orçamento do Estado, alinhado com o Projeto de Lei do PELT. Inverter os percentuais de aplicação dos recursos de multas, hoje priorizados na PRE, pois objetivo de equipar esta corporação com estes recursos já foi alcançado.

Consolidar um banco de projetos a partir dos projetos já contratados e em andamento, priorizando a efetiva conclusão destes no prazo de 12 meses, transferindo este acervo quando concluso para a EGR, definida a seguir, a qual será responsável por todos os investimentos em novas rodovias.

Criar um banco de projetos para as ações de conservação e restauração de rodovias, sinalização e obras de arte especiais, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos no PELT e nos Termos de Referência já conclusos no DAER para estes serviços, ainda não efetivados, adotando de forma permanente estas ações, com hierarquização de investimentos de acordo com prioridades planejadas.

“Reinserir a concessão de rodovias nas alternativas de financiamento para expansão, modernização, manutenção e conservação da malha rodoviária estadual”

7. DEPARTAMENTO GAÚCHO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

EGR – Alterar os atributos da Lei 14197, de 31/12/2012, a qual criou a EGR, ampliando-se a área de atuação da EGR para “Departamento Gaúcho de Infraestrutura Rodoviária” – DGIR, sob o requisito legal de autarquia, de forma a esta passar a ter atribuição complementar de fazer a gestão de todos os investimentos em novas rodovias, ampliações de capacidade e duplicações, bem como alterar a forma de atuação desta nas rodovias presentemente pedagigadas, transformando esta atuação em gestão das rodovias concedidas, com financiamento privado, ampliando a malha presentemente objeto de gestão por remuneração do usuário, a partir de EVTEA’s que determinem esta possibilidade, inclusive em programas que priorizem a manutenção e conservação destas rodovias, eventualmente aumentos de capacidade. Ou seja, reinserir a concessão de rodovias nas alternativas de financiamento para expansão, modernização, manutenção e conservação da malha rodoviária estadual.

Também institua o processo de Parcerias Público Privadas no modal rodoviário, retomando a intenção de implantação da rodovia RS 010 que tem EVTEA estabelecido e que deve ser atualizado para ratificar ou não sua viabilidade de implantação. Promova a entidade reestruturada a gestão e governança de todos os recursos do Estado e União para investimento em novas rodovias, aumento de capacidade e duplicação, além dos recursos de financiamento dos organismos internacionais e BNDES, bem como licitar os trechos concedidos dentro das regras de mercado, com outorga em cada concessão para cobrir os custos de operação. Esta atuação deve ser integrada com o escritório de representação no Distrito Federal na busca e uso dos recursos federais para rodovias, sob a coordenação da ST, devidamente integrados com os planos de investimento do DNIT e prioridades do PELT, com ênfase para integração modal.



A partir destas diretrizes focar a ação em recursos para conclusão das obras de duplicação da BR-386, BR-290 e da BR-116 Sul, além das obras da nova travessia do Guaíba, todas estas presentemente com insuficiência de recursos para conclusão.

Criar um banco de projetos para ampliações de capacidade, duplicação e novas rodovias, de acordo com as prioridades estabelecidas no PELT e realizar as licitações para concessão das rodovias ao setor privado (pode-se seguir modelo concessões do governo federal em aplicação no presente), ampliando o atual espectro de rodovias concedidas, de acordo com parâmetros de viabilidade consagrados em todas as rodovias onde este instituto seja aplicável, buscando apoio nas entidades representativas da sociedade civil que tenham acervo e conhecimento aplicáveis.

Alterar a forma institucional da Entidade, de forma a que esta não esteja mais sujeita ao processo tributário que presentemente rege a EGR, tornando-se uma autarquia estadual não tributável.

8. PORTO DE RIO GRANDE

Dotar o Porto de Rio Grande, único porto marítimo do Estado, de uma gestão eminentemente técnica e profissional, incentivando a modernização de sua estrutura de forma a garantir serviços que propiciem ganhos de produtividade aos diversos usuários do porto. Garantir a manutenção e até o aprofundamento do calado oficial dos canais de acesso sem riscos para a entrada dos grandes navios graneleiros e de contêineres com sua plena capacidade de carga e com a meta de tornar-se um porto de referência no extremo sul do país. Levar a termo a ideia de liberar a atividade de mineração no âmbito dos eixos navegáveis, de forma a esta atividade ser uma PPP que mantenha os canais de navegação sem ônus ao poder público.

Estimular uma gestão técnica e profissional para o Porto de Rio Grande em função da enorme importância do mesmo para a o setor industrial e do agronegócio do RS. Garantir que os recursos financeiros lá gerados pela movimentação de cargas e uso das instalações portuárias possa ser utilizado para melhoria da sua estrutura e garantir as dragagens necessárias para a manutenção e até o aumento do seu calado oficial, onde não puder ser usado o instituto da PPP nos canais, não permitindo que ocorram riscos do rebaixamento desse calado e todas as graves consequências para a economia do RS potencializadas por este fato.

“Estimular uma gestão técnica e profissional para o Porto de Rio Grande em função da enorme importância do mesmo para a o setor industrial e do agronegócio do RS”

9. AÇÕES DE CARÁTER INSTITUCIONAL

Planejar ações de caráter institucional compatibilizando e propondo os Planos e Políticas Federais tendo em vista a sua oportunidade quanto aos benefícios e custos sociais associados e decorrentes, buscando com fontes sustentáveis a autossuficiência energética do Estado.

Buscar um estreito relacionamento com agentes do setor (EX.: EPE, ANEEL, ONS), objetivando canalizar para o Estado novos investimentos voltados à expansão da capacidade de transmissão e oferta de energia, tornando o estado um ambiente favorável ao desencadeamento e ao avanço das ações empresariais voltadas para esse segmento.

Fomentar a implantação no Estado de novos empreendimentos de Geração de Energia Elétrica de forma a utilizar a totalidade da diversificada matriz energética que o Estado detém, nestas, inserem-se a Energia Eólica, Hidrelétrica, Solar e priorizar a busca de equilíbrio na oferta de energia e melhoria na garantia de energia, a qual surge como altamente promissora a exploração das minas de carvão para a instalação de Usinas Termoelétricas, além das demais alternativas existentes, como recursos energéticos complementares, nos quais se inserem também o gás natural e biomassa.

10. PCH's, CGH'S e UHE's

Manter a atual política energética de implantação de PCH's, CGH'S e UHE's no Rio Grande do Sul, além de levar a termo o Plano Estadual de Fomento à Implantação de PCH's que está em desenvolvimento.

11. ENERGIA EÓLICA

Ampliar a política energética da fonte eólica através da participação do Governador do Estado em fóruns e congressos nacionais no setor, buscando atrair novos investidores e indústrias para se instalarem no RS, demonstrando que o Estado tem interesse em facilitar o avanço nesse setor, que possui um potencial de investimento superior a R\$ 20 bilhões.

Revisar e ampliar o Zoneamento Eólico Ambiental visando incluir áreas que não foram contempladas no estudo inicial, por aparentemente não apresentarem grande potencial eólico segundo o Atlas de 2001, revisado posteriormente no novo Atlas Eólico de 2016. Incluir esta diretriz no ZEE-Zoneamento Econômico Ecológico.

12. APOIO À MICRO E MACROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA

O Governo do Estado, em consonância com a Assembleia Legislativa deve manter e ampliar o apoio à MICRO E MACRO GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, dando continuidade na legislação fiscal de isenção para estes produtores de energia elétrica, além disso manter-se alerta às alterações e atualizações realizadas pela ANEEL (vide resolução 687 de 2015) e as medidas adotadas em outros estados a fim de viabilizar o crescimento deste tipo de projeto no Rio Grande do Sul, considerando a possibilidade de ampliar a faixa de isenção fiscal para até 5 MW.

Os benefícios desta forma de geração de energia elétrica com fontes renováveis (eólica, hídrica e solar) poderão ser usufruídos pelos consumidores industriais, comerciais, residenciais que pela localização possam produzi-la. Para os consumidores rurais teria um caráter especial, pois após o "Programa Luz para Todos" estes clamam por maior disponibilidade e qualidade de energia (força) para suas propriedades rurais, como forma de incrementar suas atividades. Além destes benefícios, a sociedade como um todo se beneficia pelo aumento da disponibilidade de eficiência da rede face à redução das perdas em razão da proximidade entre a geração e consumo da energia.

Seguir exemplos de sucesso nessa área, como a feita pelo Governo do Estado de Minas Gerais, através do Decreto nº 47.231, de 4 de agosto de 2017 que saiu na frente ao ampliar a isenção de ICMS para sistemas fotovoltaicos de 1MW para 5MW incentivando novos investimentos e atraindo fornecedores locais.

Além dos benefícios à sociedade Gaúcha no que se refere à ampliação da disponibilidade de energia elétrica, essa ação pode criar um ambiente favorável para que as Indústrias nacionais e estrangeiras que produzem painéis solares e demais componentes venham a se instalar no RS.

"Ampliar a política energética da fonte eólica, buscando atrair novos investidores e indústrias para se instalarem no RS, nesse setor que possui um potencial de investimento superior a R\$ 20 bilhões"



Tanto a produção local de painéis solares, como respectiva instalação no RS e demais Estados do Brasil, alavancaria outros segmentos de produção dos demais componentes necessários (estruturas metálicas, instrumentação, fios etc.) Tal situação, se concretizada, traria grandes benefícios sociais (empregos, etc.), bem como aumentaria a arrecadação de impostos pelo Governo.

13. AÇÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Manter e incrementar as AÇÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REDUÇÃO DOS DESPERDÍCIOS DE ENERGIA junto aos consumidores das classes: industrial, comercial, rural e institucional (governo e iluminação pública). Além dos benefícios diretos, reduzem a necessidade de novos investimentos em geração, transmissão e distribuição, que contribuem muito para a modicidade tarifária tão buscada.

14. PÓLO CARBOQUÍMICO

Tornar uma realidade o Projeto do Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul é, e sempre deve ser, uma meta da sociedade gaúcha, e de caráter prioritário para os governantes, pois possibilitará que a maior reserva de carvão do país torne-se uma alternativa energética eficiente e sustentável para o Estado. Esta diretriz viabilizará a internalização da produção de insumos importantes para o Pólo Petroquímico de Triunfo, como amônia, ureia, metanol e syngas o que consequentemente elevará a arrecadação tributária para os municípios das regiões das jazidas – Campanha e Baixo Jacuí, e também para o tesouro estadual. O Governo deve atuar na convergência entre os municípios no sentido de uniformizar os critérios de liberação dos empreendimentos.

15. GÁS NATURAL

SUPRIMENTO DE GÁS NATURAL para RS. Atuar junto ao Governo Federal para ampliar e garantir a oferta (a preços competitivos) de Gás Natural no RS, insumo fundamental para uma grande parte do setor industrial do Estado, Setor de Serviços e Residencial. Viabilizar a operação a GN da Usina Sepé Tiarajú e UTE – Uruguiana;

16. SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

O Estado tem em desenvolvimento o Plano Estadual de Saneamento. Desta forma, determinar a partir do Plano o papel do Saneamento e definir a política estadual na busca da universalização, tendo a CORSAN como protagonista e fazendo uso da representação no Distrito Federal para captação de recursos, priorizando a conclusão das obras já contratadas e/ou licitadas, fazendo uso dos projetos já existentes, mas criando um novo banco de projetos, em virtude de prioridades apontadas pelo Plano e/ou das necessidades da Sociedade, tendo em vista o tempo decorrido desde a conclusão dos projetos atualmente disponíveis, os quais podem estar defasados, dado o tempo transcorrido desde a sua elaboração.

Sendo a prioridade obtida com a hierarquização dos investimentos definidas no Plano Estadual, com a inclusão do financiamento privado como alternativa aplicável, através do instituto das Propostas de Manifestação de Interesse, inicialmente, nos investimentos necessários onde não for possível alocar recursos próprios da CORSAN ou não tenha possibilidade também da aplicação de recursos do CAF, BNDES, CEF, BID e Ministério das Cidades. Estruturar um acompanhamento da disponibilidade de recursos oriundos do Plano Nacional de Saneamento, que prevê 508 bilhões para o saneamento nos próximos 20 anos no Brasil, buscando que os recursos gerados no RS, arrecadados pelo Governo Federal, sejam aplicados no âmbito do próprio Estado, tendo como meta a universalização dos serviços de saneamento, conforme previsto no PLANSAB.

“Definir a política estadual na busca da universalização do saneamento, tendo a CORSAN como protagonista”

Quanto a Recursos Hídricos, a legislação estadual tem vigência de 20 anos sem que o Sistema Estadual defina quando começará a cobrar pelo uso da água, como determina a lei. Desta forma, priorizar a efetivação das medidas aprovadas nos Planos de Bacias Hidrográficas para que o processo de gestão cumpra os requisitos da lei e os investimentos priorizados nos planos se implantem com os recursos de outorga de uso. Criar e implantar a Agência de Região Hidrográfica, conforme previsto na legislação estadual, para que o Sistema de Recursos Hídricos possa tornar realidade os Planos aprovados pelos Comitês e CRH. Concluir as obras dos sistemas Jaguari e Taquarembó e levar a termo os investimentos em irrigação complementares a estes já previstos há duas décadas.

17. CORSAN

CORSAN, DADOS FINANCEIROS E CONTRATOS EXECUTADOS NOS ÚLTIMOS

ANOS: O quadro abaixo mostra alguns dados econômico-financeiros da Companhia Riograndense de Saneamento, atestando, ao mesmo tempo, a sua capacidade potencial para investimentos e a sua baixa taxa de aplicação de recursos, face a este potencial.

	2.017	2.016	(%)
LUCRO	382.678	207.872	84,09%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.014.000	1.908.907	5,51%
ATIVO TOTAL	4.785.730	4.271.294	12,84%
LAJIDA(*)			
em milhares de R\$	583.757	316.129	84,66%
percentual	22,76%	13,39%	
INVESTIMENTOS (Total)	352.206	314.727	11,91%
água	142.013	132.391	7,27%
esgoto	168.545	151.861	10,99%
outros	41.648	30.475	36,66%
RECEITA BRUTA	2.798.624	2.540.888	10,14%
FATURAMENTO	2.566.296	2.335.697	9,87%
água	2.407.857	2.195.204	9,69%
esgoto	158.439	140.493	12,77%
Nº Economias de água	2.639.000	2.584.000	2,13%
Nº Economias de esgoto	391.000	372.000	5,11%
Nº Municípios atendidos	317	316	0,32%

(*) LAJIDA - LUCRO ANTES DOS JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÕES E DESPESAS FINANCEIRAS

“Estruturar um acompanhamento da disponibilidade de recursos oriundos do Plano Nacional de Saneamento, que prevê 508 bilhões para o saneamento nos próximos 20 anos no Brasil”

CONTRATOS DE OBRAS, MATERIAIS E SERVIÇOS 2015	
NÚMERO DE CONTRATOS ASSINADOS	43
VALOR CONTRATADO EM 2015	R\$ 137.406.929,01
VALOR MEDIDO EM 2015	R\$ 20.347.655,02
VALOR MEDIDO ATÉ ABRIL 2018	R\$ 103.278.500,28
SALDO DOS CONTRATOS INICIADOS EM 2015	R\$ 34.128.428,73
CONTRATOS DE OBRAS, MATERIAIS E SERVIÇOS 2016	
NÚMERO DE CONTRATOS ASSINADOS	60
VALOR CONTRATADO EM 2016	R\$ 172.755.968,28
VALOR MEDIDO EM 2016	R\$ 25.838.886,44
VALOR MEDIDO ATÉ ABRIL 2018	R\$ 93.131.196,97
SALDO DOS CONTRATOS INICIADOS EM 2016	R\$ 79.624.771,31
CONTRATOS DE OBRAS, MATERIAIS E SERVIÇOS 2017	
NÚMERO DE CONTRATOS ASSINADOS	30
VALOR CONTRATADO EM 2017	R\$ 146.965.529,26
VALOR MEDIDO EM 2017	R\$ 13.569.952,00
VALOR MEDIDO ATÉ ABRIL/2018	R\$ 31.892.122,01
SALDO DOS CONTRATOS INICIADOS EM 2017	R\$ 115.073.407,25

Note-se que, dos contratos assinados em 2015, ainda restavam cerca de R\$34 milhões a realizar e, dos assinados em 2016, cerca de R\$ 80 milhões; considerando que estes dados são de abril de 2018, pode-se dizer que, dois anos depois ainda não estavam concluídas as obras, situação, aliás, bastante comum nas obras públicas estaduais e da capital do RS.

Outrossim, somando os valores medidos anualmente ter-se-á um total da ordem de R\$ 228 milhões, ao longo destes 3 anos, uma média de apenas R\$ 76 milhões por ano, não incluídos aí reajustes, o que mostra as dificuldades que a Companhia tem enfrentado, que independem da sua disponibilidade financeira; estas dificuldades passam por projetos defasados no tempo, obras contratadas por preços inexequíveis, atenção insuficiente dada às questões ambientais e falta de estrutura da Companhia para o acompanhamento e gerenciamento de um volume maior de obras.

É verdade que os valores tem vindo num crescendo nos últimos anos, mas é preciso que esta tendência se mantenha e que os valores a investir nos próximos anos cresçam significativamente, para acompanhar a demanda da Sociedade por saneamento de qualidade em todas as regiões e recursos hídricos em conformidade com os padrões exigidos pela Legislação.

Isto somente será alcançado, como é sabido, através da terceirização de tarefas especializadas, que podem e devem ser realizadas por empresas com experiência no Setor e através de concessões com participação efetiva da iniciativa privada.

“É preciso que os valores a investir nos próximos anos cresçam significativamente, para acompanhar a demanda da sociedade por saneamento de qualidade em todas as regiões”

18. CORSAN: CAPTAÇÃO DE RECURSOS E LICITAÇÕES

Até o final do primeiro semestre de 2018 a CORSAN estava em negociações adiantadas para a obtenção de recursos, totalizando R\$ 1,34 bilhões, valor que pode aumentar, em função da variação do dólar nos últimos meses. O quadro que segue mostra a situação em abril de 2018.

RECURSO	MUNICÍPIOS	INVESTIMENTO
BID (1)	SAA: SIAV, SICES, SIGRAC, SERRA, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul.	USD 213 milhões R\$ 697,3 milhões
CAF (2)	SES: Gramado e Canela.	USD 35 milhões R\$ 106,1 milhões
BNDES (3)	SES: Campo Bom, Santa Maria/Camobi, Torres, Jaguarão, Rio Grande e Xangrilá.	R\$ 191,7 milhões
IN 14 – MCIDADES (4)	SAA e SES: Imbé, Tramandaí e Xangrilá, Pedras Altas, Gravataí, Capão da Canoa e Rio Grande.	R\$ 222 milhões
AVANÇAR CIDADES 2017 (5)	SAA e SES: Panambi, Rio Pardo, Iraí, Seberi, São Sebastião do Caí, Alegrete e São Luiz Gonzaga.	R\$ 129,1 milhões
TOTAL		R\$ 1,34 bilhões

(1) Contrato em Negociação com a STN – Previsão 1º Semestre de 2018;

(2) Contrato em Redação Final – Assinatura Prevista para Abril de 2018 – Licitações em Andamento;

(3) Operação de Financiamento – Previsão para o 1º Semestre 2018 – Licitações em Andamento;

(4) Contrato Assinado em Dezembro de 2017 – Licitações em Andamento;

(5) Anuncio Oficial em 27/03/18 – fase de Contratação dos Recursos – Previsão 2º Semestre de 2018;

Há, ainda o Programa AVANÇAR CIDADES 2018, no qual estão previstos investimentos de R\$ 550,4 milhões em diversas cidades do Estado, totalizando R\$ 1,89 bilhões para novos investimentos.

Com relação às licitações em curso ou novas licitações, previstas para o segundo semestre ou, naturalmente, para andamento em 2019 e anos seguintes, este mesmo quadro mostra o que está previsto pela Companhia, misturando recursos novos e antigos:

“Reformas estruturais como a simplificação tributária, a redução da burocracia e a previsibilidade de normas e segurança jurídica são itens indispensáveis à melhoria do ambiente de negócios”

Processos Licitatórios Novos

RECURSO	INVESTIMENTO
PAC I – (CEF 2009)	R\$ 37.146.025,86
PAC II – FAT BNDES G1 e G3	R\$ 80.750.000,00
PAC II – OGU FUNASA G3 e 4ª seleção	R\$ 29.996.334,29
PAC II – FGTS CAIXA 3ª e 4ª Seleção	R\$ 290.673.849,04
PAC II – OGU CAIXA G1 G2, 3ª e 4ª Seleção	R\$ 340.260.614,53
IN 14 – MCIDADES	R\$ 115.286.071,26
CAF	R\$ 47.500.000,00
FOCEM	R\$ 6.155.316,56
AVANÇAR CIDADES 2017	R\$ 126.073.178,14
BID	R\$ 16.500.000,00
TOTAL RECURSOS FINANCIADOS	
RECURSOS PRÓPRIOS – FMGC – REPASSE FUNASA	R\$ 165.769.059,30
TOTAL	R\$ 1.256.107.448,97

Há ainda R\$ 100.433.386,30 em licitações realizadas no primeiro trimestre de 2018, e R\$ 379.160.686,49 de saldos contratuais a executar, relativos a contratos firmados até 2017.

Resumindo, a CORSAN conta com os seguintes recursos financeiros:

- R\$ 1.890 milhões (financiamentos novos ou em negociação)
- R\$ 950 milhões (financiamentos antigos, maioria PAC)
- R\$ 100 milhões (licitações realizadas no primeiro trimestre de 2018)
- R\$ 379 milhões (saldos de contratos em execução, contratos até 2017)

- 3.319 milhões.

A distribuição destes valores em licitações está assim distribuída:

- R\$ 379 milhões (licitações antigas, saldos de contratos até 2017)
- R\$ 100 milhões (licitações do primeiro trimestre de 2018)
- R\$ 950 milhões (licitações novas, abril a dezembro/2018, ref. financiamentos antigos)
- R\$ 306 milhões (licitações novas, abril a dezembro/2018, ref. novos financiamentos)
- R\$ 1.034 milhões (a licitar, a partir de 2019, ref. novos financiamentos)
- R\$ 550 milhões (a licitar, a partir de 2019, ref. Avançar cidades 2018)

- R\$ 3.319 milhões.

É evidente que a companhia necessitará ser apoiada por estrutura externa para dar conta de tamanha quantidade de obras, imprescindíveis, pois contemplam necessidades básicas e fundamentais da Sociedade gaúcha, abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto e, em consequência, diminuição de indicadores de doenças e mortalidade infantil, despoluição dos rios, arroios, lagoas e, enfim, diminuição dos alarmantes níveis de descuido com o meio-ambiente trazido pela falta de saneamento básico.

Esta falta de contratação de estrutura externa tem levado a Companhia, tanto por questões corporativas quanto por questões ideológicas, a desperdiçar possibilidades concretas de atendimento à população, pois a estrutura da CORSAN, por si só, não dá conta de realizar mais do que cerca de R\$ 200 a R\$ 250 milhões por ano, isto nos seus melhores anos.

19. OBRAS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR

É fundamental que sejam em primeiro lugar, levadas a termo todas as obras em execução, realizando até o final os respectivos contratos, e que sejam licitadas e executadas as obras que estejam arroladas nos processos de financiamento já assinados ou em vias de assinatura, evitando-se, deste modo, qualquer quebra de continuidade, tão nociva ao Estado. Existem recursos, existem contratos, as negociações já foram realizadas, ou estão em processo final, portanto é momento de se efetivarem estes investimentos, utilizando estruturas externas, para que tais contratações sejam concluídas dentro dos prazos razoáveis, o que, necessariamente implicará na necessidade da CORSAN mais do que dobrar sua capacidade de gestão, impossível apenas com a sua estrutura interna.

20. MEIO AMBIENTE

O Estado historicamente foi protagonista nas questões ambientais. A sugestão é uma política estadual robusta, uma gestão continuada na SEMA-FEPAM como vem sendo efetivado nos últimos quatro anos, na busca de qualificação e inovação nos processos de licenciamento, maior transparência na questão da implantação de medidas restritivas ao investimento, como o Plano de Manejo do Delta do Jacuí e a APA do Banhado Grande, de forma a haver maior participação da sociedade civil nestes processos.

“É evidente que a CORSAN necessitará ser apoiada por estrutura externa para dar conta de tamanha quantidade de obras, imprescindíveis, pois contemplam necessidades básicas e fundamentais da Sociedade gaúcha”

“Melhorar o espaço público de pedestres para uso seguro e acessível, implantar ciclovias, metas desejáveis para o aumento da mobilidade e da qualidade de vida e de saúde da população”

Levar a termo o ZEE, como instrumento da política de desenvolvimento sustentável do Estado, conforme previsto na legislação, permitindo uma maior transparência, regramento e segurança jurídica para os investimentos.

Dar continuidade ao processo de informatização da FEPAM e SEMA (Sistema SOL), de forma a que o sistema de meio ambiente do Estado tenha transparência e que os dados sejam otimizados e tenham pleno uso.

Implantar na FEPAM uma priorização de análise para os investimentos na área de infraestrutura, a exemplo do que ocorre em outras unidades da federação, de forma integrada entre Secretaria dos Transportes, SEMA e SDECT.

Dar a SEMA e demais órgãos vinculados o caráter de Secretaria estratégica, pertencente ao núcleo de gestão do Governo do Estado, com prioridade técnica e não política, a exemplo da Secretaria dos Transportes.

Quanto a Resíduos Sólidos, a Lei Estadual 9921 de 1993 já estabelecia Políticas para o Estado referentes aos Resíduos Sólidos, passados 21 anos não há nos órgãos públicos estaduais uma política de gestão de seus resíduos. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos encontra-se em elaboração e a recomendação é que na conclusão deste seja instituída de forma efetiva uma política estadual de resíduos sólidos sob a forma de lei, de tal forma que se busque garantir pelo Estado estrutura compatível de apoio aos municípios para a implantação do PERS, estruturando no Estado um órgão que participe dos consórcios públicos para a prestação de serviço na área de resíduos sólidos, possibilitando papel ativo deste na construção dos consórcios para esta atividade.

21. MOBILIDADE URBANA E PLANEJAMENTO URBANO

É indispensável privilegiar o transporte público de alto rendimento, para assegurar boa qualidade para os deslocamentos cotidianos casa-trabalho, os quais são a maior parte dos deslocamentos urbanos, articulados a rede multimodal que atenda à diversificação das motivações, horários e trajetos, característico da contemporaneidade. Inclui-se, melhorar o espaço público de pedestres para uso seguro e acessível, implantar ciclovias, metas desejáveis para o aumento da mobilidade e da qualidade de vida e de saúde da população.

Implantar nos municípios, estados e cidades metropolitanas Sistemas de Planejamento Urbano e Metropolitano permanentes, tratados como função de Estado; (ii) a criação de um Fundo Financiador de Estudos de Mobilidade; (iii) condicionar o investimento público em mobilidade à existência de Planos Urbanos e Metropolitanos de Mobilidade, elaborados de forma democrática e participativa, conforme princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Criar banco de Projetos executivos hierarquizados de maneira a atender a hierarquização aos Planos Urbanos e Planos de Saneamento, bem como as demandas do Programa de Investimento em Proteção de Desastres Naturais, ainda em fase de implantação pela METROPLAN, bem como levar a termo o investimento do Metrô de Porto Alegre, investimento que tem gestão no âmbito das três esferas de poder, o Município, o Estado e a União.

Levar a termo todos os investimentos em mobilidade urbana contratados como vinculação a Copa 2014, priorizando a efetividade destes investimentos no prazo mais exíguo possível, ou seja, investimento iniciado deve ser concluso com prioridade.

O modelo de ocupação do território urbano deve ser adequado ao planejamento de expansão das estruturas de transporte urbano das cidades e gerar a oferta mais estruturada de crédito às famílias, integrando também os investimentos do PMCMV aos planos diretores urbanos e de saneamento.



22. MINERAÇÃO

A mineração é o elo inicial de todos os insumos para construção civil, construção pesada e indústria de transformação. No entanto, o Estado não tem uma política de incentivo a operação sustentável deste importante e estratégico setor. Na prática, a mineração de agregados está impedida de promover um planejamento adequado de investimentos e de produção em áreas próximas aos mercados consumidores, pois esbarra em restrições legais que impedem o aproveitamento racional das jazidas, o qual se vincula também a falta de um ordenamento territorial, bem como a um regimento claro quanto ao pleno uso sustentável destes recursos. Sugere-se regramento a ser estabelecido por resolução do CONSEMA no contexto do zoneamento econômico e ecológico. Desta forma, propõe-se uma ação planejada e integrada entre DNPM, SEMA/FEPAM e Casa Civil, no intuito de efetivar uma ação estruturada e abrangente no âmbito do Estado para que os investimentos que tenham suporte nestes insumos (construção civil, infraestrutura e indústria) possam ser suportados dentro das melhores práticas sustentáveis. Seja efetivada a ideia de mineração nos canais de navegação, no intuito de desonerar o tesouro estadual de ações sistêmicas de dragagem com o instituto das PPPs.

23. AÇÕES INSTITUCIONAIS

Ação integrada da Secretaria dos Transportes, EGR e DNIT, integração e priorização das ações de licenciamento mediante convênio Secretaria dos Transportes-FEPAM, criação de um Conselho Consultivo nas secretarias estratégicas e demais Autarquias/ Companhias do Estado, com participação das representações similares ao Conselho Rodoviário do DAER.

Maior integração com programas federais e internacionais, como FGTS, CEF, BNDES, OGU, BID e BIRD.

Definir critérios para contratação de projetos mediante requisitos técnicos como prerrogativa predominante, inclusive a lei estadual de contratação de projetos proposta recentemente pelas Entidades do Fórum de Infraestrutura, criar uma estrutura de aprovação objetiva de projetos dentro das secretarias de governo e autarquias, mediante check list, responsabilizando em maior grau os autores e os respaldando em processos de contratação melhor estruturados, adotar o atestado técnico-operacional como requisito obrigatório para contratação de obras de infraestrutura, criação de parâmetros claros e precisos de regras de contratação que permitam o respeito aos princípios constitucionais e legais, garantindo maior isonomia e qualidade nesta contratação de serviços e obras de engenharia e arquitetura.

Criação de incentivos a inovação e fiscais/tributários para as Empresas do Estado na área de infraestrutura, como a fixação de Down Payment na assinatura do contrato (10% do valor da obra contratada mediante securitização) como regra editalícia, o que possibilitaria o início das obras pelas Empresas sem a necessidade de recorrer ao sistema financeiro. Também avaliar que o Estado se responsabilize pela compra e fornecimento de Produtos Asfálticos (CAP 50/70, Emulsões, CM30) como ação sistêmica, face aos entraves contratuais gerados pelos sucessivos incrementos de valor destes insumos pela Petrobrás sem solução pelos contratantes e com restrições de reequilíbrios dos contratos pelos órgãos de controle, além de inserção dos setores de construção civil e construção pesada nos programas de incentivo vigentes para setor industrial.

Integrar as políticas públicas na área de infraestrutura com os Órgãos de Controle (TCE, CAGE, PGE, MP). Hoje estas instituições têm conflitos com órgãos do executivo, tornar esta ação proativa e integrada.

“Integrar as políticas públicas na área de infraestrutura com os Órgãos de Controle (TCE, CAGE, PGE, MP). Hoje estas instituições têm conflitos com órgãos do executivo, tornar esta ação proativa e integrada”

24. TELECOMUNICAÇÕES

A demanda por capacidade instalada em termos de Infraestrutura de Telecomunicação não para de crescer no Estado e no País. A Infraestrutura de Telecomunicação deve ser tratada como prioridade no processo de desenvolvimento estadual tendo em vista sua função necessária para as diversas cadeias produtivas.

Não será possível modernizar a estrutura industrial gaúcha sem melhores serviços de Banda Larga para torná-la competitiva no ambiente da denominada Indústria 4.0. Especialistas na área estimam que o Rio Grande do Sul tem necessidade de duplicar sua rede, e as necessidades são comprovadas por uma pesquisa encomendada pela FAMURS sobre a qualidade da Telefonia Móvel e a Internet no Campo, onde os serviços de Telefonia Móvel são classificados como Ruim, Péssimo e Regular por 85% da população.

Quando o objeto de análise é a Internet no Campo, os resultados são, igualmente, ruins, onde, 80% da população considera os serviços prestados como Ruim, Péssimo ou Regular.

Dado o poder das Grandes Operadoras de Telecomunicações, de investimentos na casa dos bilhões de reais para cada uma, ano a ano, torna-se imprescindível facilitar a tramitação dos Processos Regulatórios para estas Operadoras, a fim de evitar a perda dos investimentos (privados) para outros Estados.

Neste sentido, o Fórum de Infraestrutura da Agenda 2020 entende que se justifica o empenho do Governo do Estado junto ao Setor de Telecomunicações a fim de viabilizar os meios para atender necessidades empresariais, governamentais e da população, tais como, Nota Fiscal Eletrônica - NFE na Área Rural, Banda Larga em Escolas e todos os Órgãos Estaduais, tais como, Defesa Civil, Segurança, Saúde, Administração Estadual em Geral; priorizando as seguintes ações:

- Agilizar o Licenciamento de Torres de Celular em prazos não superiores a 60 dias;

- Autorizar a implantação de cabos de fibra ópticas enterrados e/ou em postes de energia elétrica nas rodovias de jurisdição Municipal, Estadual e Federal, bem como, incentivar o uso de cabos ópticos tipo OPGW (cabos ópticos instalados em torres de transmissão de energia elétrica) sem custos adicionais às Operadoras;

- Apoiar iniciativas de prover acesso via Uruguai/Argentina por cabos de Fibras Ópticas, com a finalidade de libertar o RS de Acessos Exclusivos pelo norte do País, tornando o Estado, autônomo e provedor de Acesso em Banda Larga para o restante do País, além de apoiar e incentivar os Provedores Regionais de Internet, que estão presentes em 100% dos Municípios gaúchos;

- Satélite – SGDC para acesso a todos os Municípios do Estado:

- O Estado do Rio Grande do Sul, via Secretaria competente, deverá coordenar a solicitação para a inclusão de todos os Municípios do Estado para acesso ao Programa SGDC da TELEBRÁS. Atualmente, menos de 25% dos Municípios do Estado estão inclusos no Programa.

- FUST/FUNTEL – Fundos Federais de Telecomunicações para investimentos no setor:

- Pleitear verba dos Fundos FUST e FUNTEL, organizando Pré-Projetos para levar conexão de Banda Larga via cabos de Fibra Ópticas a todas as áreas carentes (Rural, Suburbanas, Urbanas), bem como, reforçar as conexões existentes atualmente;

- Apoiar e incentivar a implantação de Centros de Acessos Digitais em todas as áreas carentes de Banda Larga, possibilitando a conexão à Rede Mundial da Internet com velocidade e confiabilidade. Desta forma, Governo, Meio Empresarial (Micro Empreendedor Individual, Pequenas e Médias Empresas) bem como, a população em geral estarão conectados para usufruir os benefícios da Internet com celeridade, o que assegurará o desenvolvimento sócio econômico e cultural em todas as regiões do Estado.

“Não será possível modernizar a estrutura industrial gaúcha sem melhores serviços de Banda Larga para torná-la competitiva no ambiente da denominada Indústria 4.0. Especialistas na área estimam que o Rio Grande do Sul tem necessidade de duplicar sua rede”



A Rumo é a empresa detentora da concessão da Malha Sul que contempla as ferrovias localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O Nível de Serviço oferecido atualmente pela Rumo no estado do Rio Grande do Sul (2014/2015/2016), está aquém do praticado nos anos de 2007, 2008 e 2009, pois as estatísticas de cargas transportadas demonstram que houve uma redução significativa de cerca de 3 milhões de toneladas movimentadas anualmente.

Esta redução na carga transportada deve-se, principalmente, à diminuição de locomotivas e vagões em circulação no Estado, que foram deslocados para os outros estados, causando evidentes prejuízos à malha rodoviária gaúcha, que fica sobrecarregada, e aos produtores pelo aumento dos valores do frete.

Além da diminuição do número de vagões em circulação no estado, os que aqui permaneceram estão em péssimo estado e não são adequados ao transporte de grãos, exigindo a utilização massiva de mão de obra por ocasião da descarga, pois necessitam de recheio com rodo. A maioria dos vagões deveria ser destinada à sucata, fato reconhecido pela nova diretoria da Rumo quando recebeu o acervo da ALL logística. Esta realidade tem prejudicado a descarga de vagões no Porto do Rio Grande, formando imensas filas que se refletem, inclusive, na descarga do modal rodoviário.

Com o objetivo de melhorar esta situação, além da retirada de vagões não graneleiros do transporte de grãos para Rio Grande (ação que a Rumo diz já estar realizando), a Secretaria dos Transportes criou Grupos de Trabalho Ferroviário e Hidro portuário, dentre os quais o Grupo B 1 que trata da descarga dos vagões da Rumo no Porto do Rio Grande. Neste grupo está sendo estudada a possibilidade de implantação de um terminal destinado à operação e descarga de vagões que irá agilizar o ciclo de ida, descarga e volta atendendo assim aos anseios da Rumo e do Porto do Rio Grande.

Nas simulações propostas realizadas no Plano Estadual de Logística dos Transportes - PELT, além dos recursos necessários para aquisição de vagões e locomotivas novos, os investimentos previstos para o modal ferroviário foram projetados visando atingir dois objetivos. Primeiramente, a modernização e recuperação da malha atual existente concessionada à empresa Rumo. Neste caso, estão previstos investimentos principalmente na infraestrutura e superestrutura da linha. Há necessidade também de realizar um contorno ferroviário da cidade de Pelotas e a construção de um ramal totalmente novo ligando Caxias do Sul à linha atualmente existente. Caberá ao Governo do Estado, baseado nestes estudos, gerir e acordar com os órgãos federais responsáveis pelo setor e junto à concessionária Rumo a colocação destes investimentos necessários ao desenvolvimento do transporte ferroviário no estado no seu portfólio de projetos, bem como a realização dentro do horizonte projetado, sob pena de perder esta importante opção de transporte para a redução dos custos de logística no RS.

Um segundo objetivo seria a construção da Ferrovia Norte Sul. Esta ferrovia, que deverá ser construída pelo Governo Federal, interligará o Porto do Rio Grande a Santa Catarina, Paraná, e ao restante da malha brasileira. Este trecho sul da Ferrovia Norte Sul está com seu EVTEA concluído aguardando recursos para realização de seu projeto executivo. Como se trata de um projeto do Governo Federal, o papel do estado é trabalhar junto ao mesmo para encontrar fontes para o financiamento dos projetos e finalmente para sua construção. Lembrando sempre que a equipe do PELT sugeriu que a construção do trecho sul da citada Ferrovia inicie pelo Porto do Rio Grande em direção ao norte, com o objetivo de que este trecho ferroviário já possa ser utilizado na medida em que a ferrovia vai sendo concluída, pois poderá ir escoando a produção do estado que se destina ao nosso porto marítimo.

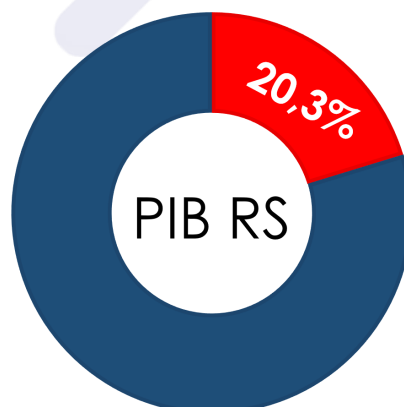
A empresa Rumo está gerenciando junto ao Governo Federal a antecipação da prorrogação do seu contrato de concessão que vence em 2027, por mais 20 anos, acenando com novos investimentos no modal.

No entanto, o Governo do Estado não deve permitir que isto ocorra sem que haja um comprometimento por escrito de que a empresa Rumo realizará os investimentos preconizados e relacionados no PELT no horizonte projetado no mesmo.

O Plano de Investimentos da Rumo deve ser aderente ao Plano de Investimentos previsto e projetado no PELT, sob pena de condenar o Estado a um atraso tecnológico considerável neste modal, fato que destoa do restante do país, pois serão eliminadas a maioria das linhas atualmente existentes.

REDUÇÃO DO CUSTO LOGÍSTICO

CUSTO DE LOGÍSTICA NO RS



Fonte: INTELOG

A busca da redução do custo logístico é o fulcro do conjunto de medidas em epígrafe apresentadas.

RADAR DE PRIORIDADES

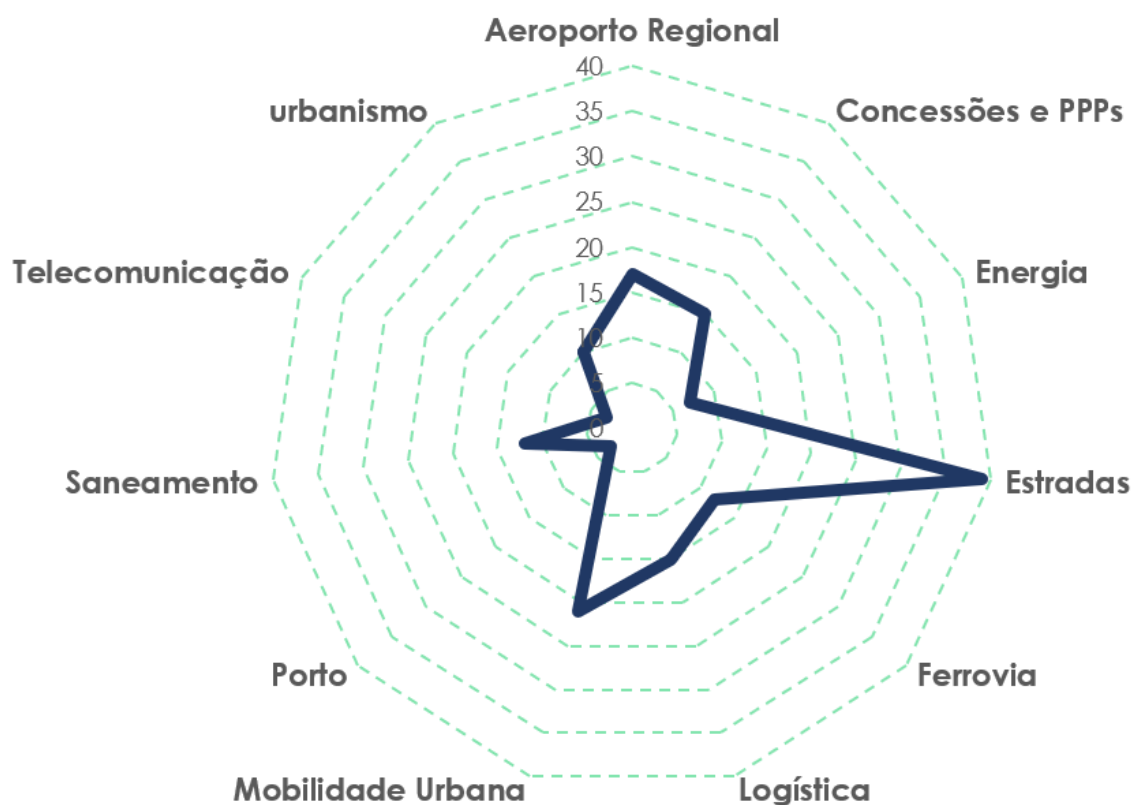


Gráfico elaborado com base em 156 propostas relacionadas ao tema Infraestrutura, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018



INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA APOIAR A CIÊNCIA, A INOVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO RS

Intensificar **cursos de formação em nível técnico e superior** relacionados à tecnologia

Estimular a conexão de empresas produtoras de tecnologias locais com APL's e cadeias produtivas regionais

Fortalecer o Programa de **Parques Científicos Tecnológicos**

Incentivar a criação de um **cluster** de Parques Científicos Tecnológicos

Constituir e multiplicar **ambientes propícios ao desenvolvimento da inovação**

Fortalecer o Programa de **Polos Tecnológicos**

Promover **estratégias globais de inovação** apoiadas aos ecossistemas de inovação.

Implementar ações de governo atreladas ao **financiamento para empresas de elevada base tecnológica**

Em uma época identificada como a era do conhecimento e da informação, é notório que a **inovação e o desenvolvimento tecnológico** são **diferenciais para o crescimento e para o aumento da competitividade** dos espaços econômicos em todo o planeta. Isto é, os componentes estratégicos para o desenvolvimento das economias passaram a se fundamentar na articulação institucional e na criação de competências, buscando com isso a criação de ambientes indutores de inovação.

LEI ESTADUAL DE INOVAÇÃO

Nesse sentido, o Rio Grande do Sul deu um passo importante com a implementação da Lei Estadual de Inovação, no ano de 2009, com o objetivo de estabelecer medidas de apoio à inovação tecnológica em empresas e centros de pesquisa. Outras políticas e programas deram sequência a lei, procurando assim disseminar a cultura da inovação e do desenvolvimento tecnológico no Estado. Cabe ressaltar a importância de atualizar esta lei estadual visando criar condições condizentes à importância da Inovação e Tecnologia no atual cenário econômico.

De acordo com o Fórum Temático da Agenda 2020, entre os principais objetivos no tema de Inovação e Tecnologia estão a execução de políticas de fomento e incentivo à inovação e tecnologia e a busca por maior integração entre empresas, instituições de pesquisa, universidades, sociedade e Governo em tecnologia de ponta.

AMBIENTES DE INOVAÇÃO

Além dessas estratégias, é fundamental a estruturação de ambientes de inovação. Ou seja, organizar locais onde os processos inovativos sejam favorecidos, diminuindo as distâncias entre os principais agentes e assegurando a infraestrutura necessária para a transferência de tecnologia e de conhecimento para a estrutura produtiva.

A educação de baixa qualidade principalmente referente às ciências exatas, o número escasso de técnicos, a falta de integração entre os agentes, as políticas e os programas de incentivos ainda insuficientes e bastante burocráticos, entre outras questões essenciais, são alguns dos **desafios** que o Rio Grande do Sul deverá enfrentar para transformar o Estado em um ambiente competitivo e favorável a inovação.

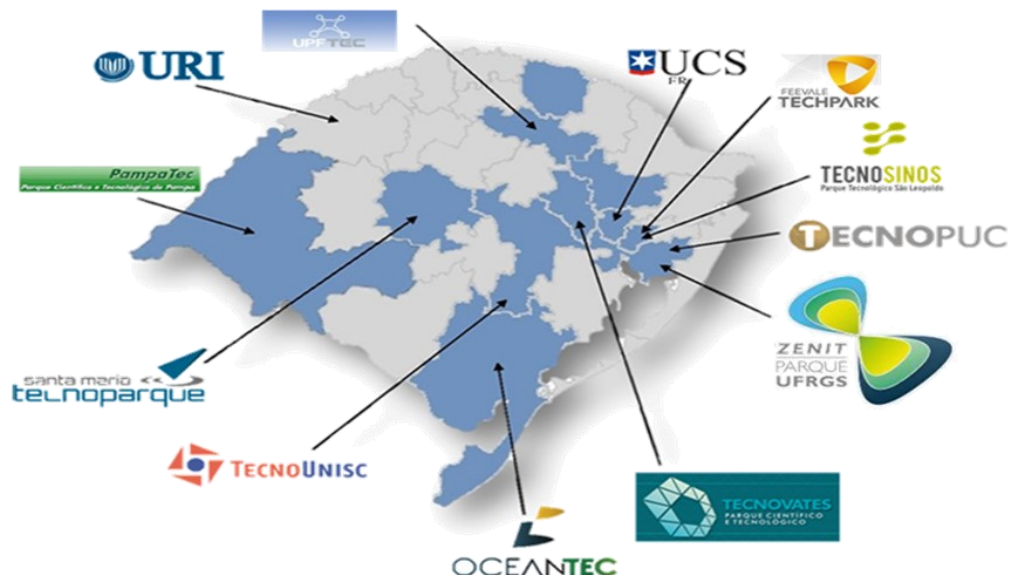
O QUE QUEREMOS

Estabelecer um **ambiente legal** propício, alinhado à **estrutura de financiamento** incentivadora e **gestão empreendedora inovadora** para propiciar a geração de conhecimento de forma que fortaleça o desenvolvimento da Ciência Tecnologia e Inovação no Rio Grande do Sul.

SITUAÇÃO ATUAL

O Rio Grande do Sul possui excelência em ambientes de inovação, contando com um programa de Polos Tecnológicos em diversas regiões do Estado promovendo o desenvolvimento de tecnologias inovadoras adequadas às diferentes vocações produtivas, apoiados por Parques Científicos Tecnológicos que fortalecem a geração de renda nas regiões e no estado.

MAPA DOS PARQUES CIENTÍFICOS TECNOLÓGICOS DO RS



“É fundamental a estruturação de ambientes de inovação. Ou seja, organizar locais onde os processos inovativos sejam favorecidos, diminuindo as distâncias entre os principais agentes”

Ainda assim, existem carências que dificultam a expansão dos ambientes de inovação no RS, tais como:

- enormes burocracias, em especial na área jurídica, incompatíveis com qualquer tentativa mais séria de transformar a Inovação em motor do processo de desenvolvimento do Estado;
- insuficiência de recursos humanos capacitados (TIC/biotecnologia/engenharias/ciências exatas);
- necessidade de ampliação e fortalecimento da formação em nível técnico;
- transferência de tecnologia e conhecimento entre institutos de pesquisa e agentes produtivos (empresas) insuficiente;
- produção científica predominantemente acadêmica com pouca geração de patentes;
- deficiências no ensino fundamental que busca a solução para antigas demandas (infraestrutura, remuneração de professores, acesso) descuidando-se das necessidades atuais;
- lacunas no ensino superior com currículos e práticas educativas desconectadas das necessidades atuais dos estudantes e dos mercados;
- falta de cultura de Pesquisa e Desenvolvimento alinhada a estrutura das empresas;
- insegurança jurídica, por conta de marcos regulatórios pouco claros.

Edição 2018

“Aprimorar a
evolução do
modelo de Parques
Científicos e
Tecnológicos”

O QUE FAZER

- Aprimorar a evolução do modelo de Parques Científicos e Tecnológicos (PCT's) de primeira e segunda geração que temos no Estado (incluindo TECNOPUC e TECNOSINOS, os dois maiores) para a terceira geração de PCT's e inserção na malha urbana das cidades e regiões;
- Constituir e multiplicar ambientes propícios ao desenvolvimento da inovação considerando as vocações regionais;
- Intensificar cursos de formação em nível técnico e superior relacionados à tecnologia;
- Introduzir, na educação básica, formas educativas que envolvam o aprendizado de tecnologia, bem como o desenvolvimento de programas de incentivo ao empreendedorismo tecnológico no âmbito escolar em parceria com os polos tecnológicos gaúchos;
- Garantir recursos para a FAPERGS como determinado pela Lei Complementar nº 9.103 de 1990;
- Recursos financeiros destinados à inovação devem manter o foco na inovação e no desenvolvimento tecnológico;
- Estimular a conexão de empresas produtoras de tecnologias locais com APL's e cadeias produtivas regionais;
- Implementar ações de governo atreladas ao financiamento para empresas de elevada base tecnológica;

Página 67

- Fortalecer o Programa de Parques Científicos Tecnológicos do RS ;
- Considerar a estruturação de um Parque Científico Tecnológico público, integrado a rede de parques privados, conforme exemplos mundiais;
- Incentivar a criação de um cluster de Parques Científicos Tecnológicos
- Fortalecer o Programa de Polos Tecnológicos;
- Promover estratégias globais de inovação apoiadas aos ecossistemas de inovação.

MODELO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO

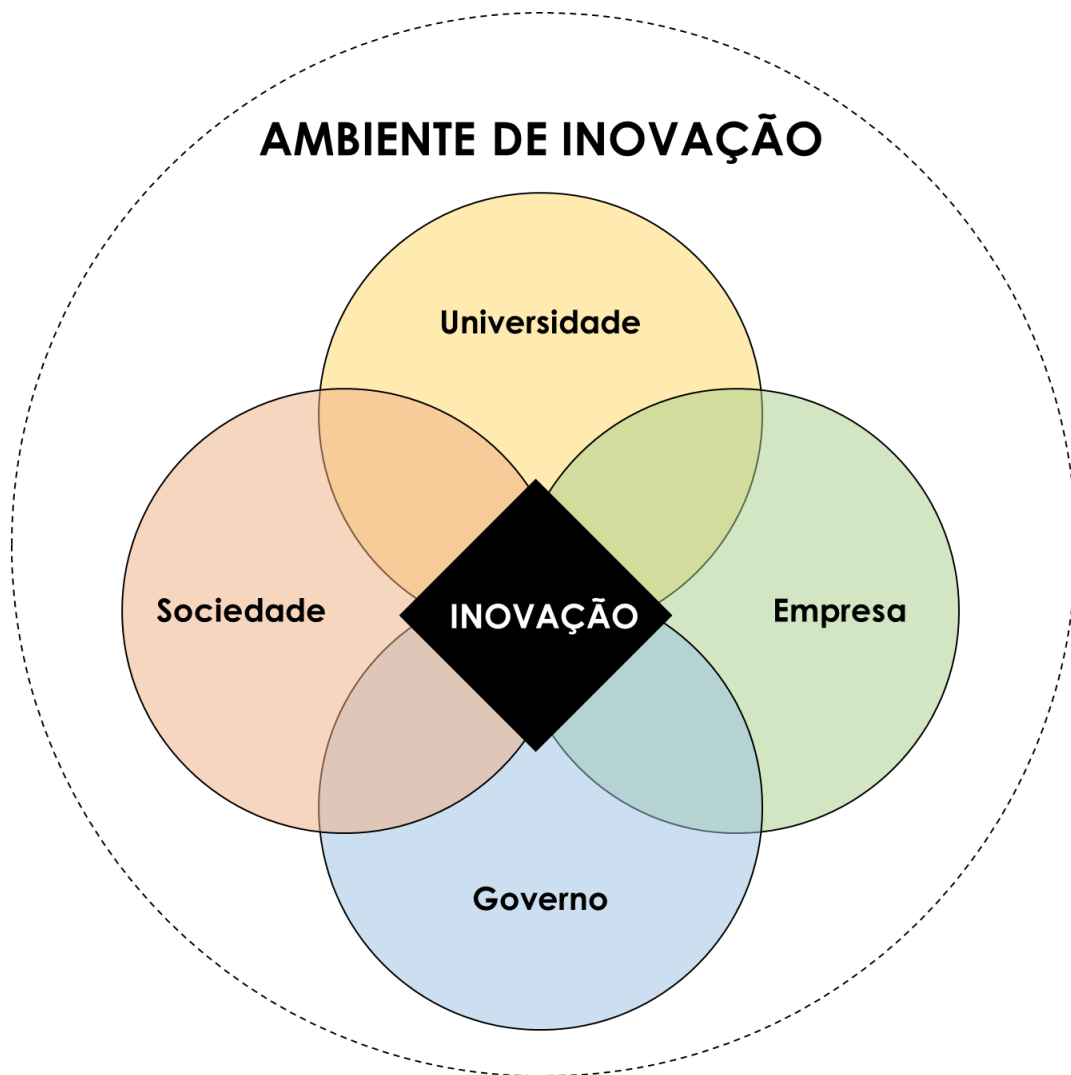




Gráfico elaborado com base em 60 propostas relacionadas ao tema Inovação, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018



MEIO AMBIENTE

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA O MEIO AMBIENTE

Gestão – aumentar a eficiência dos órgãos reguladores

Marco Regulatório – instituir regras claras e estáveis

Implantar uma política estadual de gestão continuada no **SEMA/ FEPAM**

Licenciamento ambiental - melhorar a qualidade com maior agilidade

Recursos hídricos – aperfeiçoar as normas legais para que os instrumentos da Política de Recursos Hídricos sejam aplicados com maior eficácia e agilidade

Mudanças climáticas – induzir a produção menos intensiva em carbono, garantindo o incremento da competitividade da indústria gaúcha

Biodiversidade – rever o marco legal que versa sobre o acesso a recursos genéticos, removendo os obstáculos da legislação atual, que representam um entrave ao desenvolvimento tecnológico do estado e do país

Resíduos sólidos – contribuir de forma continuada para a efetiva implantação da Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS e de seus instrumentos.

Atualização da Legislação Estadual Ambiental

As questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade, por sua relevância e influência, ocupam cada vez mais uma posição de destaque no debate sobre crescimento e expansão do estado. Deste modo, os voluntários da Agenda 2020 compreendem que o tema meio ambiente deve ser tratado como **fator estratégico** para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, considerando a sustentabilidade como o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente, desenvolvimento social e econômico.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Os principais objetivos do tema **Meio Ambiente** no Mapa Estratégico da Agenda 2020 são: equilibrar a **preservação do meio ambiente com o desenvolvimento social e econômico**, através de **regras claras e estáveis**, contando com **maior eficiência dos órgãos reguladores**, a consolidação da **política estadual de resíduos sólidos**, a garantia de **disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos** e a sensibilização dos diversos segmentos da sociedade através da educação ambiental.

Para que se cumpram os objetivos do mapa estratégico, é necessário que o poder público evolua no aprimoramento de seus processos de gestão, posto que é o ente responsável pela regulamentação das condutas ambientais no Estado. Além disso, é essencial que se promova a segurança jurídica no tema meio ambiente, a partir de ações e marcos regulatórios que impulsionem o desenvolvimento sustentável, considerando suas dimensões econômica, social e ambiental.



O QUE QUEREMOS

Garantir a **disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos** para o uso comunitário e para o exercício das atividades econômicas

Consolidar a implantação da **Política Estadual de Resíduos Sólidos**

O **equilíbrio** entre a **preservação** do meio ambiente e o **desenvolvimento** como uma política de estado

Gerar um **ambiente seguro** para a atração de novos investimentos e para a continuidade dos empreendimentos existentes no estado

SITUAÇÃO ATUAL

Os critérios que regem o licenciamento são alterados de acordo com as mudanças na gestão pública

Os processos de licenciamento são descentralizados, pois não estão circunscritos exclusivamente à FEPAM

Alguns dispositivos da legislação estadual conflitam com a legislação federal mais atualizada (Exemplo: Artigos da lei 11.520/2000)

Os períodos de validade estabelecidos para as licenças ambientais são curtos, o que aumenta a burocracia dos processos de licenciamento

Alguns comitês de bacias hidrográficas carecem de estrutura adequada para seu funcionamento

Não há cobrança sobre a captação de recursos hídricos e a disposição de efluentes nas bacias hidrográficas, de forma que faltam recursos para aplicar em processos de melhoria nas fontes que constituem as mesmas

Não existe um banco de dados que informe e referencie aspectos de qualidade e quantidade das fontes que compõem as bacias hidrográficas

Inexistem incentivos tributários e/ou creditícios para a consolidação da Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS

O QUE FAZER

ESTRUTURA E GESTÃO

1- **Informatização integrada** de todo o processo de licenciamento ambiental entre o órgão licenciador e as outras instituições envolvidas, bem como entre os entes federativos, com o objetivo de racionalizar e dar celeridade aos procedimentos, garantidos os sigilos por lei. Alguns mecanismos propostos são:

a) Ampliar a estrutura de suporte ao desenvolvimento do sistema informatizado – SOL (Sistema Online de Licenciamento) de forma a agregar simplicidade aos procedimentos e sempre mantê-lo atualizado sobre a situação dos licenciamentos.

b) ZEE e Zoneamentos Setoriais.

c) SIOUT – Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul

“O equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento como uma política de estado”



2- Fortalecer a SEMA e sua estrutura executiva, agregando a esta secretaria a condição de secretaria estratégica de governo definitivamente, a fim de aprimorar a forma de relacionamento do ente regulatório com as demais estruturas de estado possibilitando um melhor enfrentamento nas demandas governamentais.

3- Definir a liderança da SEMA e da FEPAM na figura do mesmo gestor, de forma a facilitar o processo decisório reduzindo as dissonâncias.

PROCEDIMENTOS

4- Compatibilização de regras e procedimentos de caráter geral para o licenciamento ambiental dos entes federativos, de modo a conferir coerência e previsibilidade, como:

- a) uso dos mesmos critérios de porte, potencial poluidor e natureza do empreendimento ou atividade como referenciais para sua classificação em todo o País;
- b) uniformização e alongamento dos prazos de validade das licenças ambientais, como previsto na legislação federal, considerada sua classificação, sendo para isto necessário alterar o § 1º do Art. 56 da lei 11.520/2000;

5- Simplificação do licenciamento de micro e pequenas empresas por meio de processo auto declaratório, considerado o porte, o potencial poluidor e a natureza do empreendimento ou atividade.

6- Simplificação do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades considerados de baixo impacto ambiental por meio de processo auto declaratório.

7- Foco nas atividades de planejamento, monitoramento e fiscalização por parte do órgão licenciador, com a adoção de procedimentos mais céleres, como:

- a) racionalização do processo de emissão das licenças por meio de um sistema auto declaratório, no qual a empresa alimenta uma plataforma informatizada de monitoramento junto ao órgão licenciador, reportando seus resultados e assumindo a responsabilidade por eventuais irregularidades;
- b) criação de incentivos aos empreendimentos que adotem medidas voluntárias que possibilitem um melhor desempenho ambiental, tais como a redução no tempo de análise das licenças, descontos nas taxas do licenciamento e aumento no prazo de validade das licenças através de alterações ao Código Estadual do Meio Ambiente;
- c) Fortalecer a fiscalização do órgão ambiental de forma que, por meio de amostragem, verifique o cumprimento das licenças e premie aqueles que as cumprem.

8- As condicionantes do licenciamento devem guardar relação direta com os impactos previamente identificados no estudo ambiental que subsidiou o processo, acompanhadas de justificativa técnica.

9- Criação de regime especial para empreendimentos de infraestrutura de interesse social e utilidade pública que seja mais célere e menos oneroso, fortalecendo o licenciamento prévio, que efetivamente avalia a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade, e, conseqüentemente, simplificando as demais fases.

10- Definição dos itens de composição da taxa de licenciamento ambiental, incluindo serviços prestados pelo órgão licenciador e demais órgãos envolvidos no processo de licenciamento, de modo a garantir transparência e proporcionalidade entre o valor pago e o serviço prestado.

11- Adequação das normas estaduais e municipais às regras da Lei 9.985/00 (SNUC) e de seu regulamento, a fim de evitar distorções nos valores exigidos para a compensação ambiental, garantindo que sejam observados:

“Fortalecer a
fiscalização do
órgão ambiental
de forma que, por
meio de
amostragem,
verifique o
cumprimento das
licenças e premie
aqueles que as
cumprem”

- a) o valor de até 0,5% fixado na norma nacional;
- b) a exigência da compensação ambiental apenas para empreendimentos e atividades causadoras de significativo impacto ambiental;
- c) a exclusão, no cálculo da compensação, dos investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento.

12- Dedução de outras medidas compensatórias exigidas no processo de licenciamento do valor total da compensação ambiental.

13- Garantia da participação do empreendedor, caso seja do seu interesse, nas decisões de destinação dos recursos da compensação ambiental.

14- Autonomia para a atuação preventiva e imediata do empreendedor em casos de acidentes ou em situações emergenciais e imprevisíveis de risco iminente, mediante comunicação às autoridades competentes.

15- Definição dos itens de composição da taxa de licenciamento ambiental, fazendo um ajuste quando houver no empreendimento mais de uma atividade sendo exercida,

ESTUDOS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

16- Elaboração de glossário de definições ambientais, termos de referência, manuais de estudos ambientais, notas técnicas e outros documentos, aprovados e publicados pelo órgão licenciador, com base na classificação dos empreendimentos e atividades, que orientem de forma clara, objetiva e conclusiva a realização do estudo exigido, garantida a participação do setor empresarial envolvido.

17- Aprimoramento e uniformização de conceitos e regras que orientem a realização de audiências públicas, consultas e oitivas às comunidades que ocupam a área de influência direta do empreendimento ou atividade.

18- Uso efetivo de instrumentos de planejamento que orientem, simplifiquem e agilizem o licenciamento ambiental, bem como reduzam a subjetividade dos critérios que norteiam a emissão das licenças.

RECURSOS HÍDRICOS

19- Aperfeiçoar as normas legais para que os instrumentos da Política de Recursos Hídricos sejam aplicados com maior eficácia e agilidade na melhoria da qualidade da água e no acesso aos recursos hídricos, aumentando a eficiência na aplicação dos recursos arrecadados por meio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Consolidar as garantias para aplicação dos recursos arrecadados na respectiva bacia hidrográfica, ratificando os princípios de descentralização e participação que norteiam a Política Nacional de Recursos Hídricos.

20- Criar um banco de dados, que seja abastecido sistematicamente, para munir a sociedade e os agentes atuantes, sobre a condição da água dos diversos mananciais. Transformar o Banco de Dados em um dos instrumentos do processo de identificação de áreas carentes de melhoria da qualidade através da implantação de sistema de tratamento e gerenciamento da demanda de cada bacia.

21- Estabelecer uma taxa de utilização dos recursos hídricos brutos, que são públicos, e também para a disposição de efluentes nas bacias hidrográficas, de forma que o recurso arrecadado por esta taxa fique a cargo dos respectivos comitês de bacia para que os mesmos direcionem sua aplicação na recuperação e preservação das respectivas bacias hidrográficas.

“Aperfeiçoar as normas legais para que os instrumentos da Política de Recursos Hídricos sejam aplicados com maior eficácia e agilidade na melhoria da qualidade da água e no acesso aos recursos hídricos”



22- Criar sistema para outorga de lançamento de efluente, que permitirá o lançamento de acordo com a vazão dos corpos hídricos e planos de bacias, facilitando o processo de outorga de lançamento e permitindo a identificar a capacidade de diluição da carga orgânica e inorgânica lançada nos corpos hídricos.

Edição 2018

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

23- Induzir a produção menos intensiva em carbono, garantindo o incremento da competitividade da indústria gaúcha, através do incentivo a aquisição de novas tecnologias ou alteração das existentes que representem uso intensivo de carbono.

Atentar para que novas proposições mantenham coerência com o previsto na Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e em seus decretos reguladores. Acompanhar o processo de regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissão – MBRE e dos mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação e Aumento do Manejo Sustentável e dos Estoques de Carbono das Florestas dos Países em Desenvolvimento – REDD + nas proposições legislativas, considerando riscos e oportunidades para a indústria.

24- Promover incentivos públicos para a elaboração e implantação de projetos com potencial de geração de energia a partir de resíduos, visando incrementar o uso de biogás como fonte alternativa de energia renovável.

BIODIVERSIDADE

25- Rever o marco legal que versa sobre o acesso a recursos genéticos, removendo os obstáculos da legislação atual, que representam um entrave ao desenvolvimento tecnológico do estado e do país. A regulamentação da matéria tem impacto direto em setores como biotecnologia, fármacos e cosméticos, entre outros, representando uma alternativa sustentável à exploração da biodiversidade gaúcha. A revisão da legislação de acesso deve se concentrar nos seguintes temas:

- a) cadastro para o acesso de recursos genéticos (em contraposição à burocrática autorização exigida);
- b) repartição de benefícios pela exploração econômica do patrimônio genético;
- c) regularização das atividades de acesso aos recursos genéticos.

ÁREAS CONTAMINADAS

26- Estabelecer uma lei estadual é indispensável para que o problema das áreas contaminadas seja enfrentado de forma eficaz no estado. Esse é um problema de solução complexa, e sem uma lei aplicável as empresas permanecerão sujeitas à insegurança jurídica das variadas interpretações discricionárias por parte dos agentes públicos. A experiência internacional nos mostra que a melhor forma de atacar o problema é por meio da gestão das áreas contaminadas órfãs pelo Poder Público, e do financiamento público das ações remediadoras.

“Estabelecer uma lei estadual é indispensável para que o problema das áreas contaminadas seja enfrentado de forma eficaz no estado”



RESÍDUOS SÓLIDOS

27- Contribuir de forma continuada para a efetiva implantação da Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS e de seus instrumentos. Em consonância com as diretrizes da PERS, assegurar que princípios de proporcionalidade e razoabilidade sejam observados e que a competitividade da indústria gaúcha não seja adversamente afetada. Para tal, a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias devem ser estimulados, com o objetivo de tornar as empresas e seus produtos mais recicláveis e sustentáveis. Os instrumentos econômicos são parte integrante e fundamental para a implantação da PERS, portanto, incentivos tributários e creditícios por meritocracia serão necessários para o fortalecimento das cadeias de reciclagem e para apoiar as ações dos diversos atores envolvidos nos acordos setoriais para logística reversa de embalagens e produtos descartados pós-consumo. Além disso, o governo do estado deve incentivar a inclusão de empresas em acordos setoriais com vista a “Logística reversa”, além de apoiar tecnicamente os municípios a se adequarem a PERS.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Lei Estadual nº 9.519/1992 – Código Florestal Estadual

28- Alterar Art. 6º.

Redação Sugerida: As florestas nativas e demais formas de vegetação natural de seu interior são consideradas bens de interesse comum, sendo proibido o corte e a destruição parcial ou total dessas formações sem autorização prévia do órgão ambiental competente.

29- Alterar Art. 10.

Redação Sugerida: As florestas nativas que apresentam, no inventário florestal, volume inferior ao valor médio determinado, pelo órgão ambiental competente para a formação florestal inventariada, não poderão ser exploradas.

30- Revogar o Art. 23.

Redação Sugerida: A intervenção em vegetação nativa em área de preservação permanente poderá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, sendo facultativo a elaboração de EIA-RIMA mediante parecer técnico fundamentado em conformidade com a legislação vigente.

31- Revogar o Art. 33.

Redação Sugerida: A intervenção e o manejo florestal de espécies nativas constantes nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção e/ou protegidas por lei poderá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, mediante parecer técnico fundamentado.

32- Alterar o Art. 35.

Redação Sugerida: O órgão ambiental competente deverá proibir ou limitar o corte das espécies vegetais consideradas em via de extinção, raras ou endêmicas, delimitando as áreas compreendidas no ato.

33- Alterar o Art. 36.

Redação Sugerida: Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte por ato do Poder Público, ouvido o órgão ambiental competente, por motivo de sua localização, raridade, beleza, importância científica ou interesse cultural ou histórico

“A inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias devem ser estimulados, com o objetivo de tornar as empresas e seus produtos mais recicláveis e sustentáveis.”



34- Revogar o Art. 38.

Redação Sugerida: A intervenção e o manejo florestal no Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica poderá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, mediante parecer técnico fundamentado em conformidade com a legislação vigente.

35- Revogar o Art. 40.

36- Revogar o CAPÍTULO IV

37- Alterar o Art. 44.

Redação Sugerida: O Poder Público Estadual promoverá o inventário florestal e zoneamento ecológico-econômico do Estado, divulgando os dados à sociedade.

38- Alterar o Art. 46.

Redação Sugerida: O órgão ambiental competente promoverá anualmente, juntamente com outras instituições públicas e privadas, a semana do meio ambiente.

Lei Estadual nº 10.688/1996 – Altera artigo 38 da Lei Estadual nº 6.519/1992.

39- Alterar o Parágrafo 1º.

Redação Sugerida: Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão competente, quando necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, através de aprovação de estudo e respectivo relatório de impacto ambiental.

Lei Estadual nº 11.520/2000 – Código Estadual do Meio Ambiente

40- Revogar Art. 53.

Redação Sugerida: A intervenção em vegetação nativa em área da Reserva da Biosfera poderá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, sendo facultativo a elaboração de EIA-RIMA mediante parecer técnico fundamentado em conformidade com a legislação vigente.

41- Alterar o Parágrafo único do Art. 55.

Redação Sugerida: Quando se tratar de licenciamento de empreendimentos e atividades localizados em até 03 km (três quilômetros) do limite da Unidade de Conservação deverá também ter autorização do órgão administrador da mesma.

§ 1º - Quando se tratar de licenciamento de empreendimentos e atividades localizados na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação (UC) deverá ser objeto de autorização ou anuência do órgão competente administrador ou do gestor da mesma.

§ 2º - A Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação deverá ser definida no seu Plano de Manejo aprovado e vigente, ou atender a legislação vigente aplicável.

42- Alterar o Art. 77.

Redação Sugerida: Serão de responsabilidade do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e audiência pública, além do fornecimento ao órgão ambiental competente de cópia digital.

43- Alterar o Art. 88.

Redação Sugerida: Todo o empreendimento com atividade de alto potencial poluidor e com medida porte grande ou excepcional, ou processo de grande complexidade ou ainda de acordo com o histórico de seus problemas ambientais, deverá realizar auditorias ambientais periódicas, às expensas e responsabilidade de quem lhe der causa.

Parágrafo único – O órgão ambiental competente deverá notificar o empreendedor em face da necessidade de auditoria ambiental, e para outras situações não caracterizadas no “caput” deste artigo, poderão ser exigidas auditorias ambientais, a critério do órgão ambiental competente.

44- Alterar o Art. 91.

Redação Sugerida: Serão de responsabilidade do proponente do empreendimento ou atividade todas as despesas e custos referentes à realização da auditoria ambiental, além do fornecimento ao órgão ambiental competente de cópia digital.

45- Alterar o Art. 96

Redação Sugerida: Art. 96 - O período entre cada auditoria ambiental não deverá ser superior a 5 (cinco) anos, dependendo da natureza, porte, complexidade das atividades auditadas e da importância e urgência dos problemas ambientais detectados.

46- Alterar o Art. 190

Redação Sugerida: Cabe ao órgão competente pelo patrimônio paleontológico e arqueológico, abarcando o patrimônio histórico, artístico e natural, identificar, qualificar, quantificar e informar à sociedade a localização geográfica dos seus bens acautelados em face do licenciamento ambiental de empreendimentos.

Parágrafo único – O órgão ambiental competente deverá informar o órgão competente pelo patrimônio paleontológico e arqueológico diante do licenciamento ambiental de empreendimentos que possam comprometer os bens acautelados.

RADAR DE PRIORIDADES



Gráfico elaborado com base em 56 propostas relacionadas ao tema Meio Ambiente, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018



SAÚDE

Edição 2018

ALTERNATIVA PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE NO RS

ACESSO – Desenvolver um modelo de atenção que reúna o Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Suplementar, a fim de alcançar a universalização com base na atenção integral.

GESTÃO – Modernizar os serviços através da utilização intensiva de tecnologia de informação e comunicação.

QUALIDADE ASSISTENCIAL – Enfrentar as questões de qualidade e segurança, melhorar os processos clínicos, fortalecer a gestão clínica e assegurar que as evidências sobre as melhores práticas se incorporem na prestação de serviços.

FINANCIAMENTO – Cumprir a Legislação Constitucional que define os percentuais a serem aplicados pelas esferas de governo Federal (10%), Estadual (12%) e Municipal (15%) quanto aos recursos aplicados à saúde, desconsiderando as despesas previdenciárias.

Em 2018 o Sistema Único de Saúde (SUS) completou 30 anos de funcionamento. Essa política pública, ao incorporar o conceito de direito à saúde, instituiu o princípio da universalização do atendimento no território brasileiro. Isso influenciou a organização e a oferta dos serviços de saúde, mas evoluiu muito pouco na regulação do acesso aos serviços de média e alta complexidade. Isso mostra a escassa capacidade de colaboração e coordenação do sistema de saúde como um todo.

A visibilidade pública e as obrigações não cumpridas das políticas públicas de saúde criaram expectativas não atendidas por variadas razões, dentre as quais se destacam:

- a) baixo financiamento do setor,
- b) deficiente regulação administrativa e assistencial,
- c) baixa capacidade de atração de profissionais,
- d) gestão precária dos diversos equipamentos de saúde.

O PIOR PROBLEMA DO ESTADO SE LOCALIZA NA SAÚDE

Pesquisa recente realizada no Estado, sobre a percepção da população em relação às políticas públicas, identificou que o pior problema do Estado se localiza na saúde (citada por 79% dos entrevistados), seguido pela segurança pública com 59%. Em um patamar menor constam as drogas, sendo apontadas como um problema por 17% dos entrevistados. A questão das drogas, que se encontra associada à violência (insegurança gerada pelo tráfico de drogas) e saúde, aponta a necessidade de ações intersetoriais associadas (saúde, educação, segurança, esportes, etc.).



A Agenda 2020 tem identificado lacunas persistentes no acesso aos serviços de saúde, na qualidade assistencial, na gestão e no financiamento. Essas insuficiências decorrem, dentre outros fatores, dos seguintes:

- a) condução parcial da gestão do sistema de saúde,
- b) insuficiência financeira governamental diante dos objetivos universais,
- c) evolução demográfica que torna a população cada vez mais envelhecida,
- d) desenvolvimento tecnológico.

O QUE QUEREMOS

A **Universalização** da Saúde no RS

SITUAÇÃO ATUAL

A Agenda 2020 almeja que o Estado seja “o melhor lugar para se viver e trabalhar”. A saúde, um bem público indispensável, ocupa posição privilegiada e necessita de uma abordagem inovadora que reconheça os múltiplos recursos dos dois macrosistemas - o Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Suplementar - criando-se um Sistema de Saúde Público capaz de garantir a universalização do acesso a todos os gaúchos.

O principal argumento deste relatório alude à necessidade de corrigir rumos e assumir novos posicionamentos que promovam e produzam respostas positivas, a fim de que sejam atendidos os reclamos da população e, conseqüentemente, eleve-se o grau de satisfação. Abrange a atenção básica consistente e interconectada com a atenção de média e alta complexidade. Essa tarefa fundamental exige um novo modelo de saúde em que os serviços sejam mais acessíveis e próximos tanto quanto possível. Isso requer, por parte do Poder Governamental, grande capacidade de articulação e coordenação entre os equipamentos de saúde do Sistema Estatal, da Saúde Suplementar e de outras referências intersetoriais.

Existem pontos de atenção à saúde, isolados e sem comunicação uns com os outros, e que, por conseqüência, são incapazes de prestar uma atenção contínua à população. A atenção básica, por exemplo, não se comunica fluidamente com a atenção de média e alta complexidade, além do que esses níveis não se articulam entre si, nem com os sistemas de apoio, nem com os sistemas logísticos.

A desordenada expansão do sistema de saúde nacional, centrado exclusivamente nos serviços próprios e contratados produziu um esvaziamento da inteligência de gestão e conhecimento epidemiológico na saúde. Conseqüentemente, torna-se imperativo que os gestores públicos – representados pelos dirigentes estaduais e municipais, retomem e fortaleçam a capacidade de coordenação e colaboração, de tal forma que os recursos coletivos respondam às necessidades de saúde da população. Isso se fará por meio de um “sistema sem muros”, eliminando barreiras de acesso entre os diversos níveis de atenção - do domicílio para o hospital, dos generalistas para os especialistas - ligados por corredores virtuais que ultrapassem, de fato, as fronteiras municipais com vistas à utilização eficiente dos recursos e ampliação das oportunidades de cuidados adequados.

Os gastos totais em saúde no Estado têm crescido nos últimos anos, o que é louvável (Vide Quadro 1). Entretanto, o aumento dos gastos registrado em 2013 se deve a uma mudança de método no cálculo adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, que acabou incorporando gastos indiretos, como por exemplo os vinculados aos servidores inativos da área de Saúde. Portanto são necessários mais recursos e principalmente maior eficiência no uso, a fim de que a universalização da saúde seja alcançada.

“A saúde, um bem público indispensável, ocupa posição privilegiada e necessita de uma abordagem inovadora que reconheça os múltiplos recursos dos dois macrosistemas - o Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Suplementar”



Quadro 1: Percentual de aplicação pelo governo estadual em saúde, período de 2006 a 2017, RS.

Edição 2018

Ano Base	% a ser aplicado EC 29, LC 141/12	% aplicado
2006	12	7,4
2007	12	6,8
2008	12	7,5
2009	12	7,2
2010	12	7,9
2011	12	8,1
2012	12	9,7
2013	12	12,5
2014	12	12,7
2015	12	12,2
2016	12	12,2
2017	12	12,2

Fonte: Balanço Geral do Estado e Relatório Resumido de Execução Orçamentária

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) divulgou um balanço dos investimentos feitos pelos municípios gaúchos em saúde no período de 2012 a 2016. Pelo levantamento, 496 de todas as 497 cidades gaúchas gastam os 15% da receita municipal com saúde, conforme o exigido pela Constituição.

Embora tenha ocorrido acréscimo no montante de recursos aplicados em saúde no Estado, o fato relevante é que esse aumento não alterou, de forma expressiva, alguns indicadores de saúde. Por exemplo, praticamente não alterou a frequência anual de óbitos infantis (Vide Quadro 2).

Quadro 2: Mortalidade infantil, período 2010 a 2016, RS.

Ano	Mortalidade Infantil
2010	1.492
2011	1.581
2012	1.500
2013	1.494
2014	1.529
2015	1.501
2016	1.439

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistemas de Informações sobre Mortalidade – SIM.

“496 de todas as 497 cidades gaúchas gastam os 15% da receita municipal com saúde, conforme o exigido pela Constituição”

Observou-se um aumento do número de casos de tuberculose no Estado, além de ser a segunda Unidade da Federação com mais casos novos de AIDS, chegando em 2017 a 12,2 casos por 100.000 habitantes (Sinam/Datasus).

A área hospitalar convive, cotidianamente, com o fenômeno da superlotação nas emergências, situação que conduz ao argumento imediato e simples de que faltam leitos. De fato, existem limitações para a prática das internações, contudo isso decorre de três fatores habitualmente associados:

- a) desigualdade de acesso aos serviços existentes,
- b) deficiente gerenciamento do uso de leitos disponíveis,
- c) defasagem tecnológica, e
- d) remuneração deficitária dos serviços.

Adicionalmente, entende-se que as listas de espera (filas com tempo de espera indefinido e incompatível com o sofrimento dos pacientes) para consultas especializadas, exames e cirurgias é consequência exclusiva da racionalização de recursos no setor.

Quadro 3: Número de Leitos SUS, RS

Ano	Número de Leitos de Internação	Número de Leitos Complementares	Leitos Totais
2014	21751	1893	23644
2015	22138	2032	24170
2016	21766	2114	23880
2017	21454	2155	23609
2018	21307	2103	23410

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde do Brasil – CNES

Quadro 4: Internações por ano e média mensal no RS

Ano	Nº de Internações	Média Mensal
2014	763362	64614
2015	758854	63238
2016	749136	62428
2017	751345	62612

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS

“Uma gestão que potencialize os diversos recursos disponíveis e articule soluções conjuntas para as demandas que, financeiramente, são insustentáveis para os prestadores privados em função da falta de escalabilidade dos custos”

O QUE FAZER

A Agenda 2020 entende que a saúde precisa mudar e para isso é necessário:

1- Posicionamento da Secretaria Estadual da Saúde como agente articulador dos diversos recursos, públicos e privados, assim como de outras instâncias governamentais e comunitárias, no sentido de patrocinar uma gestão que potencialize os diversos recursos disponíveis e articule soluções conjuntas para as demandas que, financeiramente, são insustentáveis para os prestadores privados em função da falta de escalabilidade dos custos.

2 - Desenvolvimento de redes assistenciais interconectadas que permitam o uso possível dos recursos de saúde – Sistema de Saúde Estatal, Sistema de Saúde Suplementar e outros equipamentos sociais – em cada Macrorregião, dentro de um enfoque centrado no paciente/usuário, possibilitando acesso a todos os níveis assistenciais. Para que isso se concretize é necessário qualificar as redes de serviços e coordenar o acesso, com respostas adequadas às necessidades dos usuários nos âmbitos da promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos.

3 - Diminuição da racionalidade dos recursos por parte do Poder Público, associado a uma melhor eficiência de sua utilização.

PROPOSTAS DA AGENDA 2020 PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO RS

PILAR 1: ACESSO

Vincula-se basicamente aos direitos da população. Ela reclama as extensas e demoradas filas para consultas especializadas, exames e procedimentos, dificuldades para obter medicamentos e baixa resolubilidade dos problemas de saúde, além dos cidadãos se sentirem desrespeitados, o que expressa o grau de insatisfação com a forma como são atendidos e a baixa eficácia dos serviços. Entretanto, é necessário estabelecer limites, uma vez que os recursos são finitos para um determinado momento e realidade.

1- Desenvolver um modelo de atenção que reúna e articule o Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Suplementar. Dessa forma se alcançará a universalização através de um Sistema de Saúde Público que tem como propósito a equidade.

2- Universalizar o atendimento prestado pelo SAMU, sem distinção se a remoção do paciente/usuário será efetuada para serviços da rede pública ou privada.

3- Aprimorar a utilização da capacidade instalada da Rede Hospitalar pública e privada, em particular com a ampliação de leitos de UTI.

4- Aperfeiçoar a regionalização dos serviços de saúde estendendo as redes de média e alta complexidade com incorporação de tecnologia adequada a todas as Macrorregiões de Saúde.

5- Promover ajustes na política de saúde mental com o propósito de corrigir distorções geradas pela aceleração do processo de desinstitucionalização, assim como fortalecer os equipamentos de saúde mental que assegurem assistência de urgência, atendimento ambulatorial especializado e multidisciplinar. Adicionalmente, recomenda-se que os hospitais gerais ofereçam unidades psiquiátricas com capacidade para prestar assistência multidisciplinar, bem como outros recursos assistenciais.

“Aperfeiçoar a regionalização dos serviços de saúde estendendo as redes de média e alta complexidade com incorporação de tecnologia “

PILAR 2: GESTÃO

Verifica-se baixa produtividade dos serviços oferecidos pelo Sistema de Saúde Estatal e dissociação entre este e a Saúde Suplementar, desde a atenção básica até a atenção de média e alta complexidade, o que desafia a inteligência dos gestores públicos no sentido de encontrar modelos de gestão de serviços que aumentem a autonomia gerencial, premiem a eficiência e remunerem os prestadores de acordo com os resultados alcançados. É necessário que os serviços se modernizem através da utilização intensiva de tecnologias de informação e comunicação que permitam, por exemplo, o agendamento eletrônico de consultas médicas e a existência de registros eletrônicos para o acompanhamento, produção e análise de dados e tendências do setor, o que possibilitará o planejamento e controle mais eficientes e eficazes. Além disso, é preciso estabelecer uma produtiva interconexão do Sistema de Saúde Estatal com o Sistema de Saúde Suplementar, uma vez que cerca de 2/3 dos leitos hospitalares pertencem à iniciativa privada. A interconexão entre o Sistema Estatal e o Sistema Suplementar pode funcionar como vasos comunicantes, equilibrando o macrossistema em benefício da universalização da saúde.



Promover ações que conduzam todas as unidades de saúde a utilizarem indicadores de qualidade e segurança, articulados aos existentes nos níveis nacional e internacional

6- Fortalecer o Sistema de Saúde Público estimulando a interconexão entre o Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Suplementar através do seguinte: a) identificação de oportunidades do setor suplementar no investimento e na prestação de serviços, b) priorização do planejamento e regulação do setor suplementar no atendimento público de saúde (por exemplo, estabelecendo critérios para a qualificação dos prestadores, bem como mecanismos de controle e de remuneração eficientes), c) viabilização do intercâmbio de informações assistenciais entre os prestadores do Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Privado, d) alinhamento e compartilhamento do planejamento dos recursos necessários, tanto para o Sistema de Saúde Estatal quanto para o Sistema de Saúde Suplementar, através do diálogo permanente entre as operadoras de saúde e a Secretaria Estadual da Saúde, e) integração dos dados de produção assistencial do Sistema de Saúde Estatal e Sistema de Saúde Suplementar, possibilitando o desenvolvimento de estatísticas populacionais de saúde para o planejamento e execução de ações.

7- Estimular o aumento da competitividade, produtividade e de ganhos de eficiência e de economia de escala para o Sistema Estatal e Sistema Suplementar.

8- Desenvolver parcerias público-privadas (PPP), com compartilhamento de riscos operacionais e financeiros.

9- Instituir uma política efetiva de educação e comunicação pública em saúde, aplicável ao Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Suplementar, que garanta a todos a promoção de ações individuais e coletivas, para evitar doenças transmissíveis e não transmissíveis e a prevenção contra os principais fatores de risco, incluindo aqueles de ordem comportamental, social e econômica, relacionados ao trabalho, às condições de moradia e ao meio ambiente, assim como orientações para a utilização eficaz da rede de serviços de saúde.

10- Dispor de uma política consistente de regulação administrativa e assistencial com foco na garantia do acesso, controle de fluxo, agilidade e qualidade do atendimento aos usuários.

11- Implantar, em parceria com instituições educacionais e de pesquisa, com tradição no setor, programas abrangentes de desenvolvimento institucional e de capacitação de gestores e especialistas, em todos os níveis.

PILAR 3: QUALIDADE ASSISTENCIAL

É necessário enfrentar sistematicamente as questões de qualidade e segurança, melhorar os processos clínicos, fortalecer a gestão clínica e assegurar que as evidências sobre as melhores práticas se incorporem na prestação de serviços.

12 - Estimular a implantação de protocolos e diretrizes assistenciais que garantam a melhor qualidade do cuidado, com observância aos princípios éticos e de autonomia profissional.

13- Incentivar a participação em programas de acreditação dos serviços de saúde com foco em resultados assistenciais.

14- Promover ações que conduzam todas as unidades de saúde (Sistema de Saúde Estatal e Saúde Suplementar) a utilizarem indicadores de qualidade e segurança, articulados aos existentes nos níveis nacional e internacional, valorizando com incentivos e subsídios a busca da excelência assistencial e as melhores práticas.



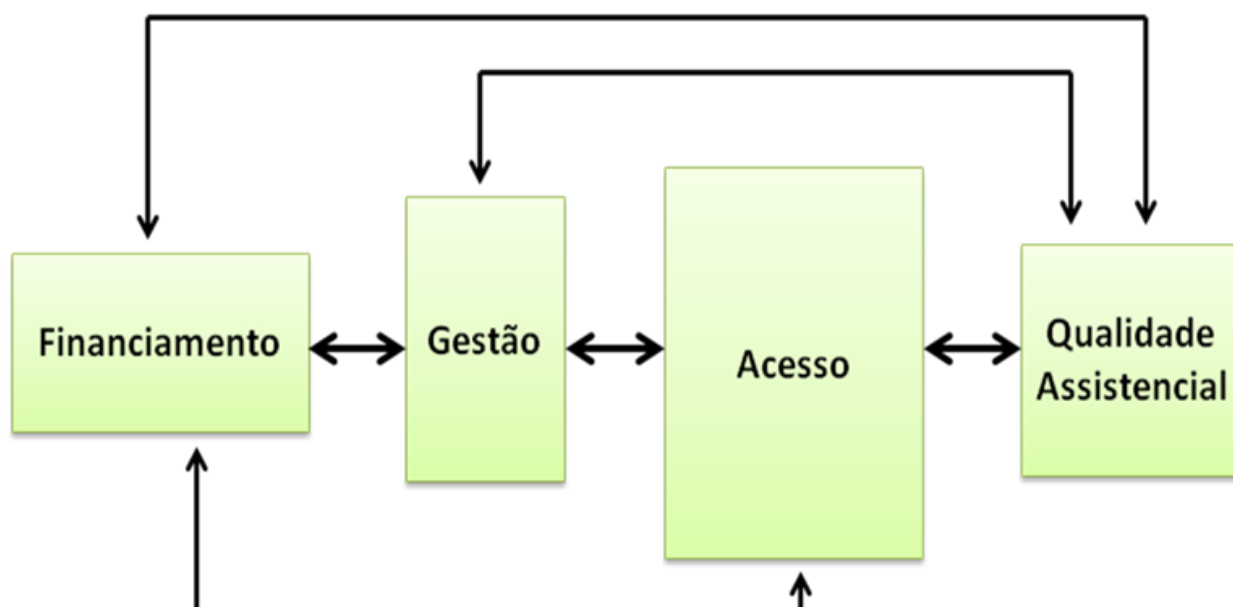
A deficiência de recursos e a ineficiência da utilização dos mesmos são fatores que potencializam a dificuldade em cumprir a universalização das ações e serviços de saúde.

15- Cumprir a Legislação Constitucional que define os percentuais a serem aplicados pelas esferas de governo Federal (10%), Estadual (12%) e Municipal (15%) quanto aos recursos aplicados na saúde, desconsiderando as despesas previdenciárias e utilizá-los de forma mais eficiente.

16- Instituir incentivos fiscais, financeiros e linhas de crédito subsidiadas e equalizadas pelo Tesouro do Estado, para alcançar as metas de universalização dos cuidados de saúde.

17- Criar programas de desoneração tributária do ICMS e do ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza) para a ampliação/qualificação da capacidade instalada, aquisição de equipamentos para a renovação tecnológica dos parques assistenciais, com contrapartida social e, ainda, para medicamentos em programas prioritários direcionados a grupos de risco biológico e social, assim como para diagnóstico e tratamento de idosos e portadores de patologias de longa duração ou incapacitantes.

Eixos estratégicos de interpretação do desempenho da prestação de serviços de saúde e suas interações



POSICIONAMENTO DA AGENDA 2020 SOBRE QUESTÕES ESPECÍFICAS RELEVANTES

REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Racionalidade:

Existe base constitucional para que as ações e serviços de saúde sejam disponibilizados à população de modo regionalizado e hierarquizado, com o atendimento integral às pessoas no território nacional, tanto em ações preventivas quanto assistenciais. A regionalização é uma estratégia complexa de ordenamento territorial, que pressupõe dimensionamento das necessidades da população de uma determinada região e o mapeamento dos serviços existentes e dos que são necessários.

O conceito de municipalização da saúde é entendido por muitos como sinônimo de um sistema de saúde municipal completo, ou a miniatura de um sistema de saúde, condição que em 30 anos de vigência do Sistema Único de Saúde não se concretizou. Os municípios não são capazes de dispor de todos os serviços de saúde por um simples motivo: a necessidade de economia de escala para a oferta de bens e serviços de média e alta complexidade.

Proposta:

Ampliar e fortalecer o ordenamento dos serviços de saúde mais complexos em polos regionais.

Isso exigirá pelo menos quatro componentes associados:

- a) gerenciamento superior estratégico de um complexo sistema de fluxos de referência e contra referência com base informatizada;
- b) implantação de uma rede de serviços de complexidade crescente, de acordo com o perfil epidemiológico e as respectivas necessidades identificadas da região considerada;
- c) criação de incentivos que viabilizem o princípio da solidariedade entre os municípios que demandam e os que ofertam os serviços;
- d) habilidade política e gerencial dos gestores no sentido de abrandar as diferenças político/partidárias, a fim de concretizar a distribuição dos serviços de saúde de forma hierarquizada.

“A regionalização é uma estratégia complexa de ordenamento territorial, que pressupõe dimensionamento das necessidades da população de uma determinada região e o mapeamento dos serviços existentes e dos que são necessários”

Racionalidade:

Os hospitais de pequeno porte são meios incapazes de técnica e financeiramente atender as necessidades que as populações esperam deles. Por conta disso, é mais apropriado racionalizar gastos, torna-los instrumentos de prestação de serviços mais simples voltados para as necessidades imediatas da população que serve.

Proposta:

Transformar os hospitais de pequeno porte em centros de serviços de saúde de acordo com o nível tecnológico disponível. Isso permitirá uma concentração de ações que estejam de acordo com as possibilidades das estruturas de baixa tecnologia e as necessidades da região.

REINTERPRETAÇÃO DOS FUNDAMENTOS LEGAIS/ CONSTITUCIONAIS RELACIONADA AO DIREITO À SAÚDE.

Racionalidade:

O conceito de "dar tudo para todos" não tem sustentação econômico-financeira. Assim torna-se necessário instituir um modelo assistencial que esteja ao alcance das possibilidades de sustentação do Sistema de Saúde Público, o que pressupõe uma associação entre o setor estatal e o setor privado.

Propostas:

Permitir que o usuário escolha o serviço ou o médico, uma vez que o modelo nacional determina que o critério seja exclusivamente territorial.

Adotar uma política de pagamento complementar na utilização dos serviços oferecidos pelo Sistema de Saúde Estatal (Pauta Federal).

Considerar a possibilidade de planos de saúde simplificados, de tal forma que haja uma suplementação individual aos cuidados prestados.

FINANCIAMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS.

Racionalidade:

O acesso universal aos serviços de saúde é um desejo almejado por toda população. Entretanto esse desafio pressupõe a superação de questões econômico-financeiras e gerenciais de elevada complexidade.

A ênfase que se deposita nas medidas econômicas e financeiras decorre do fato que os recursos se encontram abaixo do mínimo razoável, o que dá a falsa impressão de que eles, por si só, serão capazes de trazer sustentação ao sistema. Indiscutivelmente são fundamentais para a prestação de uma assistência qualificada e segura, mas precisam estar associados a um novo redesenho dos serviços e promoção da saúde, o qual possa controlar os custos, reduzir os desperdícios e aumentar a eficiência e eficácia.

Proposta:

Substituir a divisão entre o Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Privado por um sistema universal, introduzindo a concorrência gerenciada como um mecanismo de condução do Sistema de Saúde Público.

um novo
redesenho dos
serviços e
promoção da
saúde, o qual
possa controlar os
custos, reduzir os
desperdícios e
aumentar a
eficiência e
eficácia



Esta abordagem requer quatro iniciativas fundamentais:

Entender, com clareza, a transição para um Sistema de Saúde Público, o qual interligará o Sistema de Saúde Estatal e o Sistema de Saúde Suplementar, concretizando a universalização das ações e serviços de saúde.

Instituir novos mecanismos financeiros e incentivos baseados em resultados. A salvação financeira do sistema, contudo, dependerá da vontade política para introduzir a saúde em todas as políticas, promoção efetiva e uma ação combinada com os usuários, os profissionais de saúde e a sociedade em geral.

Envolver os diversos grupos interessados - cidadãos, médicos, demais profissionais de saúde, professores, empresários, bem como gestores das três esferas de governo – municipal, estadual e federal.

Desenvolver um sistema de acompanhamento de ações e serviços de saúde apoiado em mensuração e dados.

RADAR DE PRIORIDADES

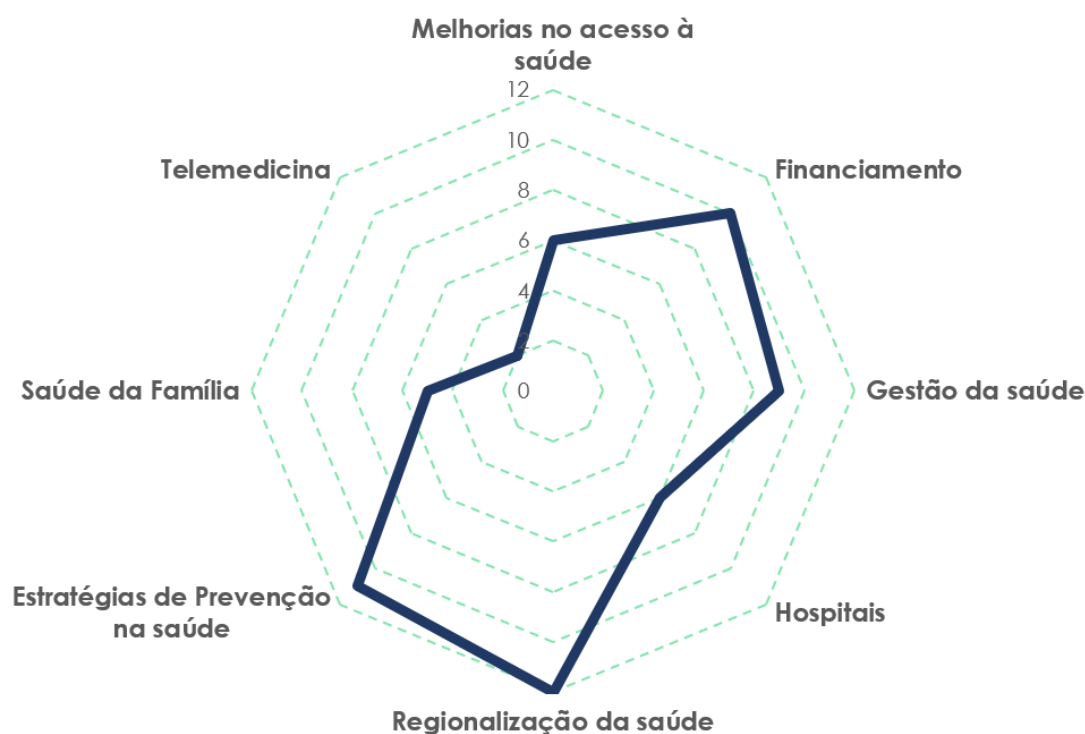


Gráfico elaborado com base em 65 propostas relacionadas ao tema Saúde, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018



SEGURANÇA

Edição 2018

ALTERNATIVAS PARA TRATAR O TEMA DA (IN) SEGURANÇA

Priorizar a prevenção sem abdicar da repressão quando necessária e imprescindível

Dedicar atenção especial ao **reaparelhamento constante** dos Órgãos envolvidos na proteção da sociedade e na Valorização dos seus integrantes

Tratar o aparato de Segurança da sociedade de forma sistêmica com ênfase na **integração total de Órgãos, Estruturas e Sistemas Operacionais, públicos e privados**

Ampliar a **participação dos municípios e da sociedade** na Prevenção Primária da violência

Priorizar o aumento **de vagas para o sistema prisional** (10% ao ano) e mudanças na legislação para evitar o chamado retrabalho, o "prende-solta"

Assumir maior protagonismo, na questão das drogas, que envolva as três dimensões do problema: a Social, de responsabilidade de toda a sociedade, a policial no combate ao consumo e tráfico e a de Saúde Pública, nos dependentes químicos.

A sensação de segurança é uma questão que influencia significativamente a qualidade de vida de toda a sociedade e seu nível de desenvolvimento econômico, devendo ser tratada pelos gestores como um tema estratégico, de acordo com uma política de Estado.

Em uma pesquisa recente sobre a percepção da população gaúcha a respeito do seu Estado, o tema **violência** foi reconhecido como o **segundo pior problema do Rio Grande do Sul**, sendo citado por 59% dos entrevistados como um dos principais problemas, atrás apenas da Saúde, citada por 79% dos entrevistados.

Ou seja, desenvolver soluções efetivas e sustentáveis para os problemas da segurança pública é um dos grandes desafios dos gestores públicos. Considerar a **segurança** de forma **sistêmica e integrada**, buscando a implantação de uma agenda comum, com planejamento de longo prazo, que comprometa todos os órgãos da Segurança do Estado, e afins, e envolva a sociedade é uma das recomendações dos voluntários do **Fórum Temático de Segurança da Agenda 2020**.

Somente com transformações arrojadas será possível alterar o cenário da segurança pública no Estado e reduzir as taxas de criminalidade e violência. Instituições agindo de forma isolada e sem planejamento não darão conta deste desafio.

O QUE QUEREMOS

Políticas de **prevenção** à violência e a criminalidade.

Integração dos sistemas de segurança público, privado e afins.

Reaparelhamento constante dos Órgãos e Estruturas, bem como a valorização dos seus integrantes.

SITUAÇÃO ATUAL

- Pouca integração entre os agentes da segurança.
- Sistema prisional inadequado com superlotação.
- Impunidade que retroalimenta e estimula a criminalidade.
- Descrença no aparato de segurança (sensação de insegurança).
- Sistema deficiente de proteção às comunidades.

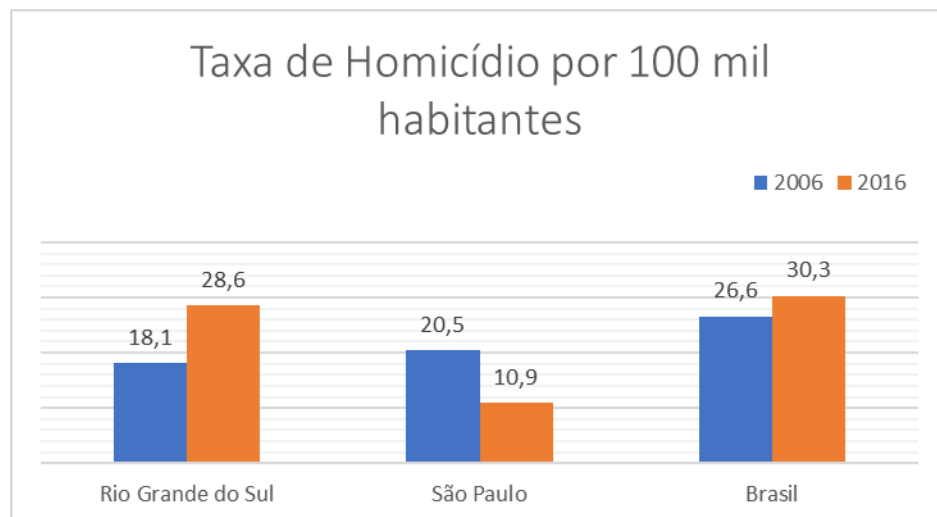
HOMICÍDIOS

“Tratar o aparato de Segurança da sociedade de forma sistêmica com ênfase na integração total de Órgãos, Estruturas e Sistemas Operacionais, públicos e privados”

Entre 2006 e 2016, o Rio Grande do Sul teve um crescimento na taxa de homicídios por 100 mil habitantes muito superior à São Paulo, que conseguiu diminuí-la, e também superior apresentou taxa de crescimento superior à média brasileira. O mesmo ocorre nos indicadores de homicídios totais, conforme observado na tabela e gráficos abaixo.

UF/País	Rio Grande do		São Paulo		Brasil	
Ano	2006	2016	2006	2016	2006	2016
Taxa de homicídios	18,1	28,6	20,5	10,9	26,6	30,3
Variação (02/12)		58%		-47%		14%
Número de Homicídios	1.983	3.225	8.377	4.870	49.704	62.517
Variação (02/12)		62,6%		-41,9%		25,8%

Fonte: Atlas da Violência/2018/SIM/SVS/CGIAE



Fonte: Atlas da Violência/2018/SIM/SVS/CGIAE

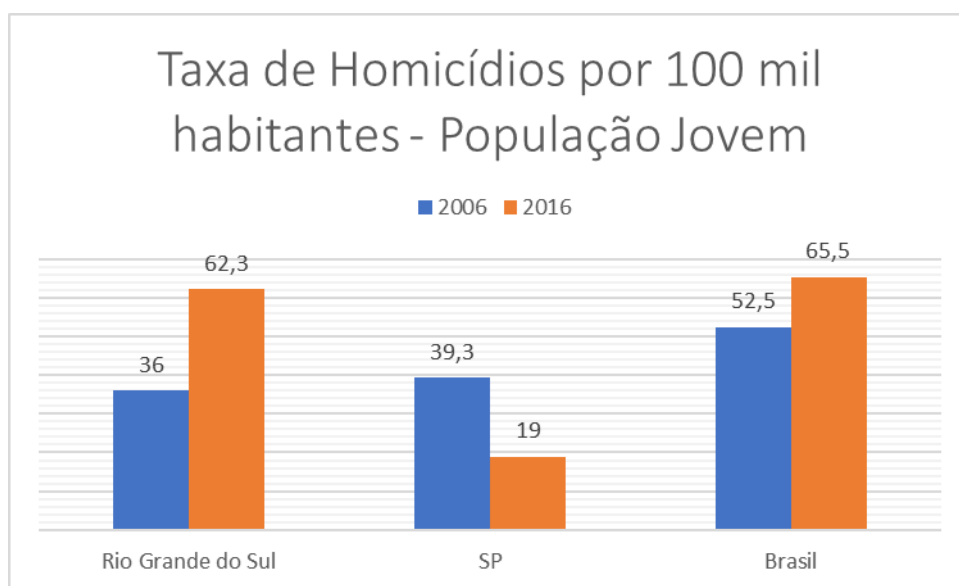


Quando analisados os dados da população jovem (15 a 29 anos de idade), os resultados são parecidos com os da população total. No Rio Grande do Sul o crescimento da taxa de homicídios por 100 mil habitantes é bastante superior à São Paulo, que novamente reduz sua taxa, e a média do Brasil, como constatado na tabela e gráficos abaixo.

Os homicídios relativos à população jovem representam 49,9% dos homicídios no Rio Grande do Sul, 41% dos homicídios de São Paulo e 53,7% dos homicídios no Brasil.

UF/País	Rio Grande do Sul		São Paulo		Brasil	
Ano	2006	2016	2006	2016	2006	2016
Taxa de homicídios 100 mil hab.	36	62,3	39,3	19,0	52,5	65,5
Variação (02/12)		73%		-52%		24,8%
Número de Homicídios	980	1608	4285	2017	27251	33590
Variação (02/12)		64,1%		-52,9%		23,3%

Fonte: Atlas da Violência/2018/SIM/SVS/CGIAE

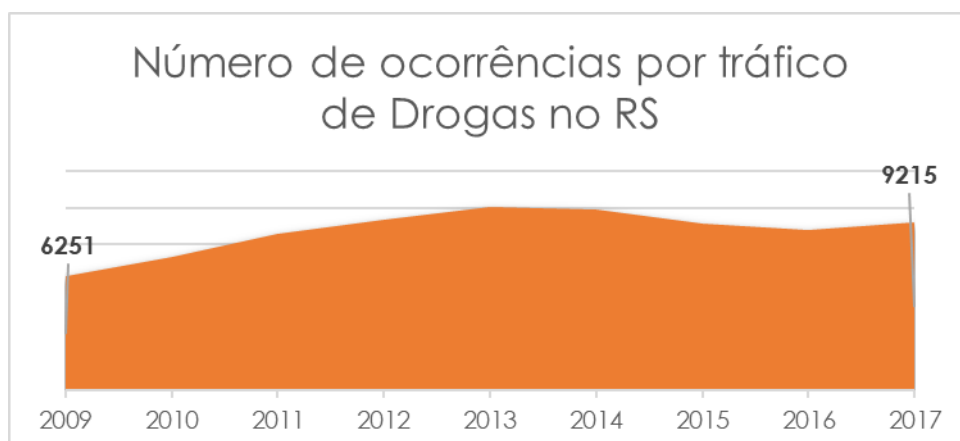


Fonte: Atlas da Violência/2018/SIM/SVS/CGIAE

“No Rio Grande do Sul o crescimento da taxa de homicídios por 100 mil habitantes é bastante superior à São Paulo”

TRÁFICO DE DROGAS

Com relação aos números do tráfico de drogas no Estado, os resultados também são desfavoráveis, basta ver que houve um aumento na ordem de 47% no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul, conforme se observa no gráfico que segue.



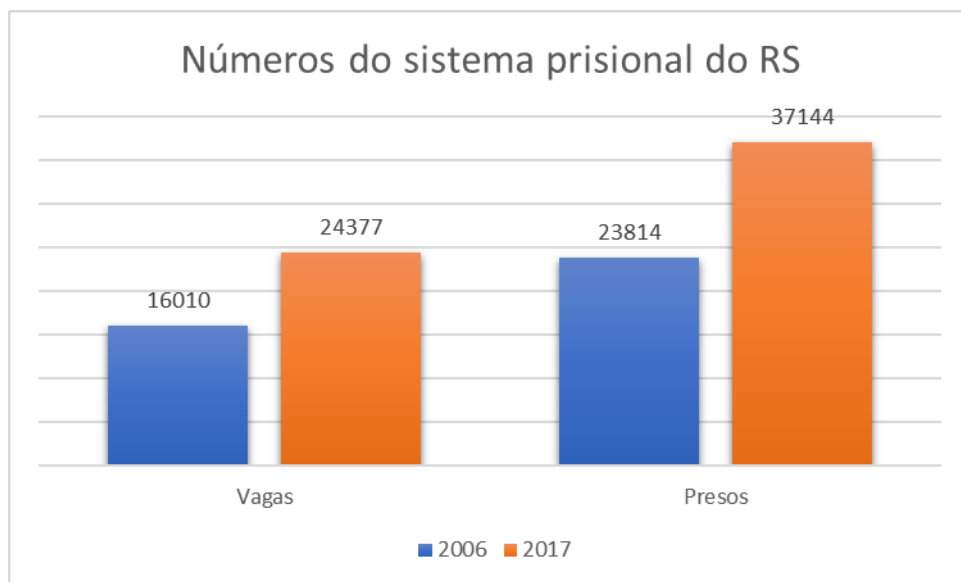
Fonte: SSP/RS

SISTEMA PRISIONAL

A oferta de vagas disponibilizada para a massa carcerária também é um desafio para o Estado. O número de presos no RS em 2006 era de 23.814, e o número de vagas 16.010. Em 2017 esse número avançou para 37.144 presos, e as vagas foram ampliadas para 24.377. Quer dizer que enquanto a população carcerária cresceu em 13.330 pessoas, as vagas foram acrescidas num montante de 8.367, ampliando o déficit prisional para 12.767 vagas. Além do déficit ser ampliado, as condições de gestão do sistema foram agravadas, a ausência do poder do Estado no interior dos presídios levou ao avanço das facções criminosas, que, no Rio Grande do Sul, estruturam-se com características bastante pontuais. É importante assegurar a credibilidade da justiça, especialmente diante dessa condição de violação sistemática de direitos fundamentais que se observa.

Neste sentido, alternativas como o instituto das Parcerias Público-Privadas, são interessantes para alavancar recursos e realizar os investimentos necessários no estado para alcançar padrões mais dignos no atendimento dos apenados. Além disso, uma forma alternativa de relacionamento entre o Poder Público e o setor privado é a gestão compartilhada. A gestão compartilhada consiste em um modelo na qual cada parceiro mantém sua identidade institucional, dirigindo esforços para fins comuns e integrados.

“Reformas estruturais como a simplificação tributária, a redução da burocracia e a previsibilidade de normas e segurança jurídica são itens indispensáveis à melhoria do ambiente de negócios”



O QUE FAZER

- Fortalecer as estruturas envolvidas na proteção do cidadão.
- Destinar recursos financeiros e humanos necessários ao bom funcionamento das instituições de segurança e afins.
- Integrar os sistemas e órgãos de planejamento em todos os níveis:
 - Áreas de atuação operacionais devem ser as mesmas
 - Deve haver troca de conhecimento entre os agentes
 - Valorizar os profissionais dos órgãos de segurança e afins
- Incentivar a atividade de Inteligência Policial para mapear as áreas de incidência criminal e auxiliar nas operações de repressão à violência e a criminalidade, principalmente vinculadas ao crime organizado, seguindo as melhores práticas internacionais de enfrentamento a delitos (*follow the money*), por exemplo.

- Investir em tecnologia com a aquisição de “softwares” (identificação automática de pessoas, individualmente e em movimento, reconhecimento de imagens e padrões; sistemas de captação, armazenamento, recuperação e identificação de dados biométricos; bloqueio de comunicações móveis em presídios e outros locais; detecção de objetos perigosos como armas, bombas, tiros, dentre outros) para aperfeiçoar as técnicas policiais de investigação, junto com a chamada “Polícia Técnica” (IGP).
- Integrar os Bancos de Dados dos organismos envolvidos com a Segurança Pública, para se ter respostas em tempo real.
- Ampliação do sistema de videomonitoramento na capital e em cidades do interior, com Centros de Controle e Acompanhamento.
- Inovar adotando novos mecanismos de gestão do sistema prisional, a exemplo dos mecanismos de Gestão Compartilhada e PPP's.
- Ampliar a lista de crimes passíveis de registro pela Delegacia Online da Polícia Civil, com aporte tecnológico para aprimorar os processos de investigação.
- Trabalhar na prevenção primária ou prevenção social da violência, que são as causas que levam ao cometimento de delitos, por intermédio de adequadas políticas públicas voltadas ao campo social/assistencial e educacional.

PROPOSTA DE GOVERNANÇA



RADAR DE PRIORIDADES

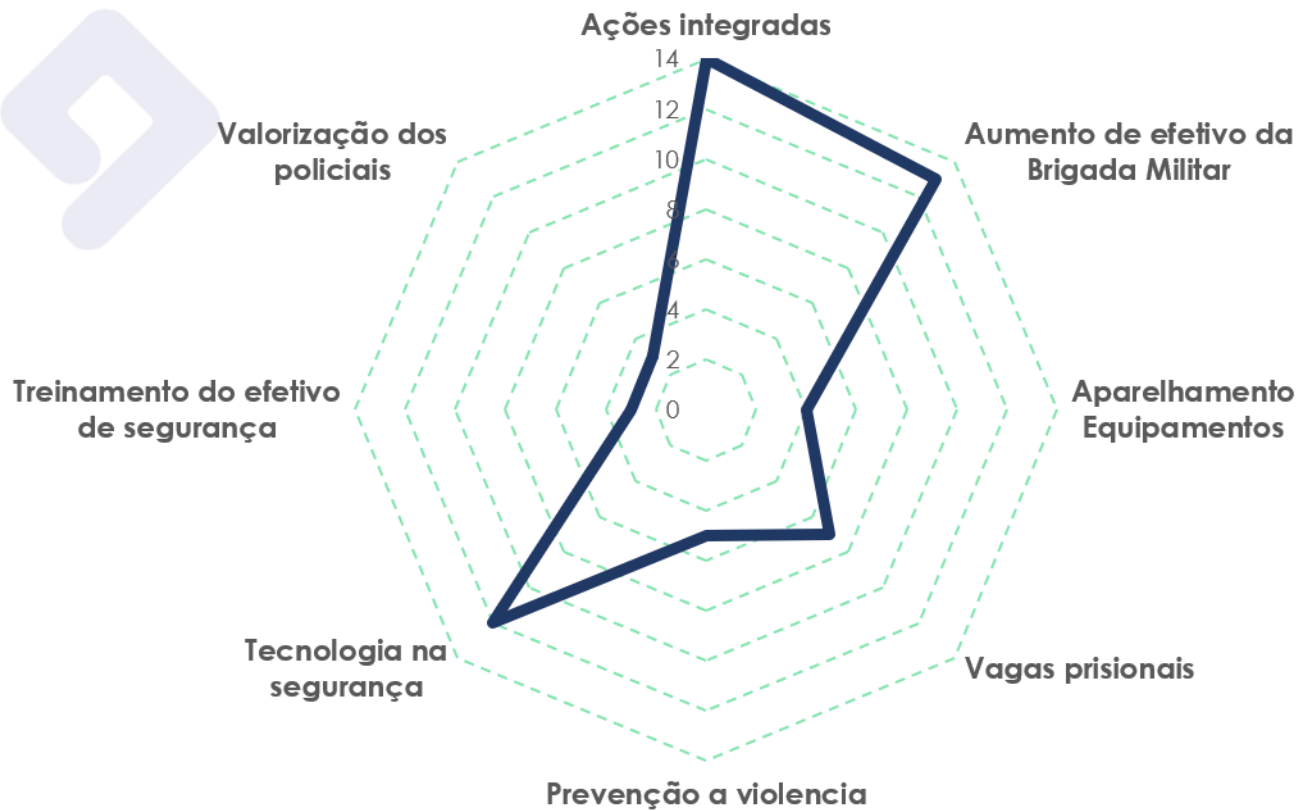


Gráfico elaborado com base em 69 propostas relacionadas ao tema Segurança, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018



RADAR DE ÁREAS TEMÁTICAS

Edição 2018

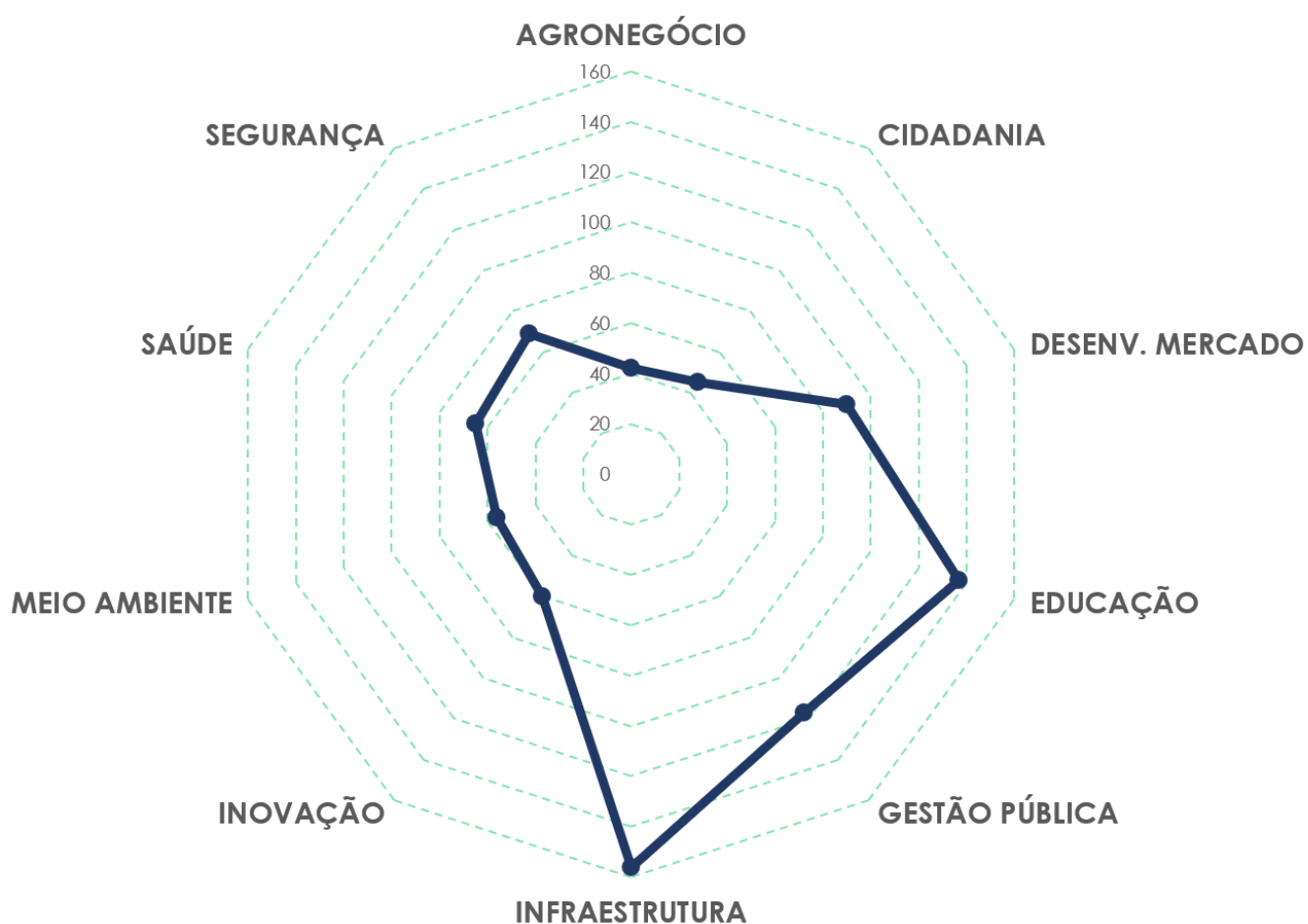


Gráfico elaborado com base em 837 propostas relacionadas aos temas dos Fóruns Temáticos da Agenda 2020, coletadas nos eventos Desafios Regionais e Desafios do RS, realizados pela Agenda 2020 em 2018

VOLUNTÁRIOS

ANDRÉ NUNES	ALINE PRANDI	ANTÔNIO BOTELHO CIPRIANI
ADELMO GERMANO ETGES	ALINE PRESTES DE JESUS	ANTONIO CARLOS DA FONSECA FAL- LAVENA
ADEMAR DE GASPERI	ALLAN NUNES POUBEL	ANTONIO CARLOS DE CARVALHO BACCHIERI DUARTE
ADEMAR MARQUES	ALOISIO MILESI	ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PALÁ- CIOS
ADEMIR JOSÉ DA COSTA	ALVAREZ COSTA DA SILVEIRA	ANTÔNIO CARLOS DELAVI GAMA
ADMAR POZZOBOM	ALVAREZ SILVEIRA	ANTÔNIO CARLOS JORDÃO
ADRIANA DA LEVE	ALVARO ALOISIO BOURSCHIEDT	ANTÔNIO CARLOS PALUDO
ADRIANA DE CASTRO RODRIGUES KRUM	ÁLVARO FERNANDES LOTTERMANN	ANTONIO LONGO
ADRIANA GATTI PEREZ	ÁLVARO MELO	ANTONIO M FONTES ARRUDA
ADRIANA JUSTIN CERVEIRA KAMPFF	ALZIR ALUISIO BACH	ANTONIO MARCOS FONTES DE ARR- DA
ADRIANA S PINTO	AMARALINA XAVIER	ANTÓNIO NATAL DE BARBA
ADRIANO DE BACCO	AMARILDO LUCATELLI	ANTÔNIO NEWTON CORRÊA DA LUZ
ADRIANO LUÍS BEUREN	AMAURI	ANTONIO PAULO REGINATO
ADRIANO MARCELO DE BACCO	ANA LUCIA MACIEL	ANTÔNIO QUINTO NETO
ADRIANO NAVES DE BRITO	ANA PAULA WICKERT	ANTONIO RAFAEL C PEZZELLA
ADRIANO SANTOLIN	ANA RITA FERREIRA SCHENKEL	ANTONY ROVER BAPTISTA
AGOSTINHO PETROLI	ANA VARELA	ANUBIS GRACIELA DE MORAES ROS- SETTO
AHLEX SALDANHA ESTEVES LEITE	ANAJARA MOREIRA DE GODOI	AQUILES DAL MOLIN JR.
AIDO BERTUOL	ANDERSON BOHRER	ARNO DALLMEYER
AIRTON CORREA SCHUCH	ANDERSON DE FREITAS	ARTHUR BENDER
AIRTON VINHAS	ANDERSON DOMINGOS	ARTHUR ROCHA BAPTISTA
ALARICO VALLS DE MORAES	ANDERSON PRELELUE SOARES	ATILIO ZANOTTO NICHELE
ALCEU TERRA NASCIMENTO	ANDERSON STRADA	AUGUSTO CESAR MANICA
ALDO DELLA ROSA	ANDRÉ ALLGAYER	AURO DE QUADROS MACHADO
ALDOIR MORAIS	ANDRÉ ATARÃO	
ALESSANDRA	ANDRÉ BORGES	
ALESSANDRA BRITO	ANDRE MACHADO	
ALESSANDRO BECKER	ANDRÉ NUNES	AYRTON PINTO RAMOS
ALEX SANDER BARCELOS RETAMOSO	ANDRE RONCATTO	BERNARDO BARBOSA IBARGOYEN
ALEXANDRE BASSI	ANDREA AZEVEDO DE OLIVEIRA	BERNARDO TURMINA CASAGRANDE
ALEXANDRE BECK DE SOUZA	ANDREA LUNARDELLI	BIL LARA
ALEXANDRE BUGIN	ANDREAS	BRUNA CAMARGO ROIG
ALEXANDRE CARLOS CUNHA	ANDREI COMERLATO	BRUNA CENCI
ALEXANDRE DEBACO	ANDREIA MONTES	BRUNO EUGÊNIO MAHL
ALEXANDRE HORN	ÂNGELA BALDINO	CANDIDA CERVIERI
ALEXANDRE ROVINSKI ALMOARQUEG	ANNA HENNES	CANDIDA MARIA CERVIERI
ALEXANDRE TESSARI	ANTÔNIO AUGUSTO MAYER DOS SAN- TOS	CÂNDIDO ADALBERTO DE BASTOS BRASIL
ALICEU ODAIR KLIN	ANTONIO AUGUSTO PETRY	CÂNDIDO BRASIL
ALINE BUENO		

VOLUNTÁRIOS

CARLA FÁTIMA PEREIRA DA SILVA	CHARLES B. LEMOS	DANIEL DALLASTA
CARLOS ALBERTO AITA	CHARLES DONADA	DANIEL FABRE AFONSO
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE PEIXOTO	CHRISTIAN BONILHA	DANIEL FÜNKLER BORELLI
CARLOS ALBERTO PEIXOTO	CHRISTIAN CALDEIRA SANTOS	DANIEL GRASSMANN
CARLOS ALBERTO SILVEIRA	CIDA ISRAEL	DANIEL PAIM
CARLOS ANTONIO ANSCHAU	CINARA CONSTANTE	DANIEL PAZ SAUT
CARLOS BÚRIGO	CLAITON GONÇALVES	DANIEL RIGON
CARLOS DA SILVA GARCIA	CLARISSA FINGER	DANIEL SANTORO
CARLOS ECKHARD	CLARK BALBUENO SARMENTO	DANIELA
CARLOS EDUARDO LOPES DA SILVA	CLAUDEMIR BRAGAGNOLO (BRAGA)	DANIELA CARDEAL
CARLOS EGYDIO LEHNEN	CLAUDIA	DANIELA CARDOSO GODINHO
CARLOS HENRIQUE CASTRO	CLAUDIA ABREU	DANIELA COPAT
CARLOS HENRIQUE DA CUNHA CASTRO	CLÁUDIO ALLGAYER	DANIELLE ROCKENBACH
CARLOS HENRIQUE PIPPI	CLAUDIO DUFECH CASTILHOS	DARCI GIOVANELLA
CARLOS JOSÉ ANTONIO KÜMMEL FÉLIX	CLAUDIO FRANZ	DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS
CARLOS JOSÉ PONZONI	CLÁUDIO INÁCIO BINS	DÉBORA WALTER WANDERLEY
CARLOS RENATO BARBOSA DA SIVA	CLAUDIO JOSÉ ALLGAYER	DEIWID AMARAL DA LUZ
CARLOS RENÉ ALVES	CLAUDIO PEITER	DENIS PIZZATO
CARLOS S.GARCIA	CLAUDIO RICARDO PEREIRA	DENISE FOCARDI CARDOSO GALLIO
CARLOS ZIGNANI	CLÁUDIO SEFERIN	DERLI ANTONIO DA SILVEIRA
CARMEN ANGELA STRALIOTTO DE ANDRADE	CLAUDIO WEISSHEIMER ROTH	DIANA DELLA MÉA DA SILVA
CAROLINA CARVALHO TRINDADE	CLAUDIOMIRO FARIAS	DIANA ENGEL GERBASE
CAROLINA DIAS	CLEBER DE CASTRO SOUTO	DIEGO ADAM
CAROLINE ADORNE DA SILVA	CLEBER SOUTO	DIEGO DE FARIA
CAROLINE DA FONSECA CECHIN	CLEISON MÂNICA	DIEGO FERNANDEZ
CAROLINE MACHADO DE OLIVEIRA AZEREDO	CLODIS XAVIER	DIEGO MIOLO
CASSIANE TAUFER	CLOVIS AIRES DE ALENCAR NETO	DIEGO PIAZZA
CÁSSIO ROBERTO	CLOVIS BENONI MEURER	DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
CECÍLIA GHELLAR FÜRST	CORINHA BEATRIS ORNES MOLLING	DIOSER RICARDO SAN MARTIN GORGES
CECILIA GRINBERG HERYNKOPF	CRISTIANO VENTURINI	DORIANE FÁTIMA FERRARI
CELIA BEATRIZ MARIN	CYLON ROSA NETO	DOUGLAS DE MENDONÇA THOMPSON
CELSON COUTO	DAGOBERTO LIMA GODOY	DOUGLAS SANTOS DA SILVA
CÉSAR	DAIANE FOLLE	DRA. MARGARET TSE
CÉSAR ATHAIDES FIGUEIRA TORRES	DALLA COSTA	EDERSON VIEIRA
CESAR SILVA	DANIDANI BARCELLOS FANTI	EDIO ELÓI FRIZZO
CEZAR LUIZ MULLER	DANIEL ALBANI	EDUARDO ADAM LANZ
	DANIEL AMADIO	EDUARDO ALVIM
	DANIEL ANDRIOTTI	EDUARDO CAPELLARI
	DANIEL BITTENCOURT ANDRIOTTI	

VOLUNTÁRIOS

EDUARDO CIDADE	EVANDRO PUHL	FREDERICO GOLDMANN
EDUARDO FARINA	EVANDRO SILVA	GABRIEL COLLE
EDUARDO FERNANDEZ	ÉZIO REZENDE	GABRIEL PRESTES
EDUARDO OLIVERA	FABIA SCHIMANSKI	GABRIEL SIMIONI RITTER
EDUARDO PIZONI	FABIANA BRUM BRAGA	GABRIELA CRISTINA DEMEDA
EDUARDO RESENDE SECCHI	FABIANE KLEIN DIAS	GEANINE JPATHAUSKI
EDUARDO RODRIGUES DE FREITAS MACHADO	FABIANO GOLDONI	GELSON ALFREDO DALBERTO
EDUARDO STAROSTA	FABIO CUNHA	GEOVANE CRAVO
EDUARDO VOLPATO	FABIO STEREN	GERALDO MARINI
ELIANA BORTOLON	FABÍOLA PETRY	GERALDO PEREIRA JOTZ
ELIANA SARDI BORTOLON	FABRICIO ARAUJO	GERSON DARLAN
ELIANDRO FARIAS	FATIMA CRISTINA CAXINHAS DAUDT	GETÚLIO RODRIGO
ELIANE FERNANDES	FELIPE DIESEL	GEZEBEL TOMAZI TESSARI
ELIANE MÁRCIA HUTHER	FERNANDA	GIANCARLO DONATO
ELIANE TONDO PEREIRA	FERNANDA BARTH	
ELISANDRA DA ROSA LUVIER	FERNANDO ANDREATTA TORELLY	GIL KURTZ
ELISANDRA FACHI	FERNANDO DALL'AGNESE	GILBERTO BRAGA WANDERLEY
ELISETE PIONER	FERNANDO DUTRA	GILBERTO RIBEIRO
ÉLISON MONTAGNER	FERNANDO FAGUNDES MILAGRE	GILMAR CESAR VIEIRA MARQUES
ELIVELTO NAGEL DA ROSA FINKLER		GILMAR JOSÉ ROSSI
ELTON GIALDI	FERNANDO LUCCHESI	GILMAR MANTOVANI MAROSO
ELTON PAULO GIALDI	FERNANDO MARINI	GILNEI GABARDO
ELTON SANTIAGO BLINI	FERNANDO MENEZES	GILNEI RIGOTTO
ELVIO RENATO RANZI	FERNANDO POSSER PINHEIRO	GILVAN DA ROCHA ROSSI
ELVIRA LANTELME	FERNANDO SILVEIRA	GIOVANA DELLA PASQUA
ELVIS MOGNHON	FERNANDO THOMAZ FARIAS	GIOVANA ULIAN
ELVISNEI CAMARGO CONCEIÇÃO	FILIPE TOLEDO	GIOVANI WEIS
EMERSON PAIXÃO	FLÁVIA SANTOS	GIULIANO SOARES
EMÍLIO ANDREAZZA	FLAVIANE TRENTIN	GLÁDIS STRINGHINI
EMILIO RISTOW	FLÁVIO BORGES	GUILHERME DE OLIVEIRA BANDEIRA
ENEIA VERDI	FLÁVIO HAAS	GUILHERME GUARAGNA
ENILSON GONÇALVES	FLÁVIO VELEDA MACIEL	GUILHERME HOPPE
ENOR ALMEIDA	FRANCISCO BATISTA	GUILHERME LEIPNITZ
ERLEI MELGAREJO	FRANCISCO BRANDAO SEGER	GUILHERME MORAES VARGAS
ERVINO DEIN	FRANCISCO BUENO	GUILHERME POZZOBOM
ERY BERNARDES	FRANCISCO QUEIROZ BERMUDEZ	GUILHERME SARI
ESTER DOS SANTOS	FRANCISCO QUEIROZ JUNIOR	GUILHERME SAYDELLES BICCA
EUCLIDES SIRENA	FRANK WODHEAD	GUSTAVO BONOTTO
EURICO BENEDETTI	FREDERICO ARNALDO GOLDMANN	GUSTAVO HIRT
EVANDRO CÁSSIO SALVADOR	FREDERICO COSENTINO	GUSTAVO INÁCIO DE MORAES

VOLUNTÁRIOS

HAMILTON ROMANATO RIBEIRO	JAIME RODRIGUES	JORGE AURÉLIO ALVES QUIRINO
HAROLDO AMARAL JUNIOR	JAIRO GONÇALVES TALARICO	JORGE DA CUNHA LOPES
HEITOR ANDRE TARTARO	JAMES CARVALHO	JORGE DAVID MEZZOMO
HEITOR JOSÉ MULLER	JANAINA	JORGE EMERSON RIBAS S. DE LIMA
HELEN VIVIAN CANTELLI PORTO	JANAINA FRANCISCATTO AUDINO	JORGE GAVRONSKI
HÉLIO HENKIN	JANDIR LUIZ LANSINI	JORGE GERDAU JOHANNPETER
HÉLIO RENÉ LOPES DA ROCHA	JANDIRA KAEZALA	JORGE LEITE
HÉLIO ROCHA	JAQUELINE DUTRA BRAMBILA	JORGE RIGONI
HELMUTH BERNDT	JEAN CARLOS FERRAREZE	JORGE ROBERTO FERREIRA CAVALHEIRO
HENRIQUE ANICETO KUJAWA	JEANCARLOS ARALDI	JORGE VICENTE RIBEIRO
HERTON GILVAN CAMINHA GOERCH	JEFERSON LUIZ FARIA SOARES	JOSE ALBERTO LEAL
HUGO SANTANA	JEFFERSON MOSSI	JOSÉ ALFREDO NAHAS
HUMBERTO CÉSAR BUSNELLO	JOAKIM DORNELES	
HUMBERTO LUIZ RUGA	JOÃO ALBERTOMORSCH	JOSÉ ANÍLTON DE LIMA SOARES
HUMBERTO TOMAZI GODOY	JOAO ALEXANDRE MENEGAZ	JOSE ANTONIO VOLTAN ADAMOLI
IGOR CUNHA	JOÃO AMÍLCAR	JOSE CARLOS CARLES DE SOUZA
ILDA GENECI DA SILVA	JOAO BATISTA FERREIRA	JOSÉ CARLOS CERVIERI
ILDO ENOR RODRIGUES DE ALMEIDA	JOÃO BATISTA MEDEIROS DA SILVA	JOSÉ CARLOS RIBAS RABELLO
INÊS AMARO		JOSÉ CARLOTO
	JOÃO CARLOS DE CARVALHO E SILVA RIBEIRO	JOSÉ GERALDO OZELAME
INEZ EGGERS	JOÃO CRISTIANO LOPES LEÃO	JOSE LUIZ BORTOLI DE AZAMBUJA
INGRID OLIVEIRA SANTOS COSTA	JOÃO DOS SANTOS MOREIRA	
IONE ANTONIETA DALLA ROSA	JOÃO FABIANO RODRIGUES DE SOUZA	JOSÉ MAURILIO
	JOAO FARINA NETO	JOSE NEWTON DUARTE GOMES
IRACI LUCHESE VASQUES	JOÃO FISCHER	JOSE PAULO MARINHO
IRIA CABRERA	JOÃO FORTINI ALBANO	JOSE RENE DE OLIVEIRA
IRINEU CASSEL	JOÃO GABBARDO DOS REIS	JOSÉ RICARDO CALZA CAPOVAL
IURA KURTZ	JOÃO LUIZ DOS SANTOS MOREIRA	JOSÉ ROCHA
IVAN CEZAR BERTUOL	JOAO LUIZ WEBER	JOSÉ ROCHA
IVAN LUIZ TONIAZZI	JOÃO MOREIRA JR.	JOSE RONALDO LEITE SILVA
IVANA GENRO	JOÃO PAULO DE ABREU	JOSÉ VALERÃO WOTTER
IVANA GENRRO FLORES	JOÃO PEDRO WILSON DIAS	JOSE VARGAS BRAZIL
IVÂNIO ANGELO ARIOLI	JOÃO ROCHA	JOSÉ ZORTE'A
IVANIR ANTONIO GASPARIN	JOÃO RUY DORNELLES FREIRE	JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
IVANIR FORESTI	JOÃO VICTOR NUNES	JOSUÉ LONGO
IVO MELLO	JOELMA MAINO	JUAREZ DE SOUZA
IZABEL MATTE	JOELMA SANTOS	JÚLIO CÉSAR LAMIM MARTINS DE OLIVEIRA
IZABELA LEHN DUARTE	JORGE ANTONIO GOYER KRALIK	
IZAIR POZZER	JORGE ARTHUR HIRT MOREIRA	JULIA MEDIN LIVIERA
JACKSON MARTINS		JULIA SILVEIRA MARTINS

VOLUNTÁRIOS

JULIANA DE AZEVEDO BERNARDES	LÍLIA REGINATO DE MELLO	MADELEINE R. M. HILBK
JULIANA FERRARI	LILIAN MATSUBARA	MADELEINE SCHEIN
JULIANO CASARA	LISIANE MARQUES SOARES	MAGDA POLIPPO
JULIANO LAZZAROTTO	LUCAS ELIZALDE	MAGELA JUST
JULIANO SOARES DA SILVA	LUCAS FUHR	MAIANI HOELTZ LAMEIRA
	LUCAS SCHIFINO	MAICON LUIZ ANSCHAU
JULIO CESAR FERREIRA DOS SANTOS	LUCAS SELBACH	MANOLO FREDIANI LIMA
JULIO CÉSAR FERST	LUCIA ELBERN	MARC DEITOS
JULIO CESAR PORCIUNCULA DA SILVA.	LUCIA REJANE DA ROSA GAMA MA-	MARCELO BARANSKI FERES
JÚLIO FERST	DRUGA	MARCELO BECKER
JULIO KIRCHHOF	LUCIANA DA SILVA	MARCELO FRANCIOSI
JÚLIO XANDRO HECK	LUCIANA DAUNIS ZANETTI	MARCELO GAZEN
JUSSARA CANABARRO	LUCIANA ROCHA	MARCELO MENDES ARIGONY
JUSSARA KALIL PIRES (PRESIDENTE)	LUCIANE DA CUNHA LOPES	MARCELO PAES
KARIM MISKULIN	LUCIANE IWANCZUK STEIGLEDER	MARCELO SIMÕES PIRES PICARELLI
KARINA REBELO	LUCIANO AZEVEDO	MARCELO VINICIO SOUZA DE FARIAS
KARINE RUY	LUCIANO D'ANDREA	MARCIA CAPELLARI
		MÁRCIA FERRONATO
KENNY BASSO	LUCIANO GIOVANNINI	MARCIANO BATISTELO
KLAUS OLIVEIRA	LUCIANO SCHUCH	MARCIO CHIARAMONTE
LAÉRCIO MACULAN	LUCIANO SILVA DA SILVA	MARCIO COLTRO
LAÉRCIO POMPERMAYER	LUCIANO VILANOVA	MÁRCIO LÜDERS DOS SANTOS
LAIRA SEUS	LUCIMAR RONCAGLIO	MARCIO MACHADO
LAUDIR MIGUEL PICCOLI	LUCIMARA MINOZZO	MARCIO PATUSSI
LAURA CAMPAGNA BASSO	LUIS AELTO DA FONSECA	MÁRCIO PEREIRA DAS NEVES
LAURA FERRAZ BAICK	LUIS CARLOS SCHNEIDER	MÁRCIO RICARDO STAFFEN
LAURO ANDRÉ RIBEIRO	LUÍS FELIPE MALDANER	MARCO ANTONIO MAJOLO
LEANDRO BENITES DA SILVA	LUIS PAULO	MARCO ANTONIO MOURA DOS SAN-
LEANDRO DA SILVA LEGUISSAMO	LUIS ROBERTO ANDRADE PONTE	TOS
LEANDRO DUARTE MOREIRA	LUIZ ALBERTO FERNANDES GOMES	MARCO AURÉLIO KIRSCH
LEANDRO LONGHI	LUIZ ANTÔNIO SAGEBIN ALBUQUERQUE	MARCO FOLETTO
LEANDRO PRESTES VIANA	LUIZ CARLOS BUTIER	MARCO JACOBSEN
	LUIZ CARLOS ZANCANELLA	MARCO KAPPEL RIBEIRO
LEANDRO VIGNOCHI	LUIZ CARLOS ZANCANELLA JUNIOR	MARCOS BERWIG HANNA
LEOCIR GLOWACKI	LUIZ CARRER	MARCOS DAVI BACEGA
LEONARDO SCHREINER	LUIZ DAHLEM	MARCOS EDUARDO HOFFMANN AMA-
LEONARDO TEIXEIRA SPINDLER	LUIZ FELIPE LUNARDINI	RAL
LETICIA BRAGA DE ANDRADE	LUIZ FRANCISCO BOSSLE DA COSTA	MARCOS GIORDANI
LETIERI TEIXEIRA	LUIZ JACOMINI	MARCOS JULIANO HUBNER
LÍBERA GREZELI DE BARROS NEVES	LUIZ LUZZARDI	MARCOS MAZONI
	LUIZ SALA-	MARCOS REINLADO DRESCH



VOLUNTÁRIOS

MARCOS ROBERTO DOS SANTOS	MILTON MILAN	PAULA CRISTINA IORIS DE OLIVEIRA
MARCOS TEIXEIRA	MIRIAM ESTIVALETE	PAULA MACHADO CORRÊA
MARCUS ANTONIO D'ARRIGO	MIRIANE VARGAS DOS SANTOS	PAULA NICOLINI
MARCUS VINICIUS SOUSA DUTRA	MOACIR BORTOLOTO	PAULO AFONSO PEREIRA
MARGARETE TOMAZINI BENDER	MOACIR DA SILVA JR	PAULO ALTMAYER GONÇALVES
MARIA ANASTASIE DA SILVA	MOIRA ANSOLCH	PAULO BIGOIS JÚNIOR
MARIA BEATRIZ MONTEIRO	MORONI	PAULO CESAR PICHTEL
		PAULO DUTRA
MARIA CECÍLIA KOTHER	MOZARTE SIMÕES DA COSTA JUNIOR	PAULO FAM
MARIA ELAINE TARELLI	MÚCIO DE CASTRO NETO	PAULO FERNANDO PERICO
MARIA INÊS ANDREOTTI PEREIRA LARA	NAIR MARTINENKO	PAULO HENRIQUE CORRÊA BRUM
MARIA MENIN	NATALIA CANEVER	PAULO KENDZERSKI
MARIA PIRES PRATES	NATÁLIA DA SILVA BORGES	PAULO MARCELO TIGRE
MARIA RIBAS	NATALIA LAGO	PAULO RENATO MENZEL
MARIANA LARGURA	NATHALIA PAULETTO CORÁ	PAULO RICARDO GRIEBELER
MARIÂNGELA MACHADO	NATTÁLIA MILAN	PAULO ROBERTO DE AGUIAR VON MENGDEN
MARILDA DE AMORIM CALVET	NÉLCI	PAULO ROBERTO FRAGA ZUCH
MARÍLIA COSTA MOROSINI	NELI SANTOS DA SILVEIRA	PAULO SÉRGIO DA SILVA
MARILU BENINCA DE DAVID	NELSON FERNANDO	
MÁRIO ROSITO	NERI BASSO	PAULO TIGRE
MARISTELA CUSIN LONGHI	NESTOR HECK	PEDRO CEZAR SACCOL FILHO
MARISTELA TOMASI CHIAPPIN	NESTOR STEFANI	PEDRO UARTE
MARIZA ABREU	NICANOR MATIELLO	PRICILA PACHECO
MARIZE SCHONS	NILO RODRIGUES DE MATOS JUNIOR	PRISCILA NESELLO
MARK G UDLER	NILSON LAGO	RAFAEL ANDREIS
MARLÉA RAMOS ALVES	NILSON PINTO CORRÊA	RAFAEL BIBLIO
MARLON POMPERMAYER	NILZA ZAMPIERI	RAFAEL FERNANDES
MARTIM SARAIVA BARBOZA	NORBERTO HILMAR FRANCA SILVEIRA	RAFAEL GUERRA
MATEUS SOHNE	NORMÉLIO DAVID ECKERT	RAFAEL KNAAK
MATHEUS DA ROSA LUVIER	NORMELIO ZANOTTO	RAFAEL PACHECO
MAURÍCIO AIRES VIEIRA	NORTON LENHART	RAFAEL PICCOLI
MAURÍCIO ANTUNES		RAFAEL RODRIGUES MENNET
MAURÍCIO DALBOSCO	ORCI PAULINO BRETANHA TEIXEIRA	RAFAEL SITTONI GOELZER
MAURÍCIO KUNZ	OSCAR MAFESSONI	RALFE OLIVEIRA ROMERO
MAURO DELUCHI SCHULER	OSMAR BOTTEGA	RAPHAELA SEFTON
MAURO FETT SPARTA DE SOUZA	OSVALDO VASCONCELLOS VIEIRA	RAUL JOSÉ FERREIRA DIAS
MAX LEANDRO AMARAL SINGER		REGINA HELENA DA SILVA BUENO
MENZEL	PATRIC STRAPAZZON	REGINA HERNANDES
MILENA BASSANI	PATRÍCIA FRIZZO	REINALDO VIEIRA DE CASTRO
MILTON ANDRÉ STELLA	PATRICIA PALERMO	

VOLUNTÁRIOS

RENATA PRESTES	RODRIGO RODRIGUES AVILA GONZA- GA	SIDNEI CIPRIANI
RENATA WEBBER DREHMER	ROGER AQUINO	SILMAR JOÃO SILVA LEITES
RENATO ALDAIR MENEZES DA SILVEIRA	ROGÉRIO CAPOANI	SILON JUNIOR PROCATH DA SILVA
RENATO CHAGAS	RONALD KRUMMENAUER	SÍLVIA CRISTINA DE ARAÚJO FLORES
RENATO HANSEN	RONALDO MABILDE LAGUE	SILVIA KORNDORFER RANGEL
RENATO LUIZ DA SILVA	RONNIE PETERSON COLPO MELLO	SILVIO BERTOLINI PASIN
RENATO MUZI DA SILVA	ROSANA TOCCHETTO	SILVIO LUIZ SALAZAR DA SILVA
RHUDA BADWAN	ROSANE MAIA MACHADO	SILVIO SANDRIN
RICARDO ANTUNES SESSEGOLO	ROSÂNGELA MUNIZ BARRETO	SIMONE DOVAL
RICARDO HINGEL	ROSÂNI BOEIRA RIBEIRO	SINESIO CERQUEIRA
RICARDO LAUTERT	ROSE OLIVEIRA	SOEDI CÁRMEN ROSO
RICARDO LUIZ REIS GUSMÃO	ROSE RIBEIRO	SOENI BELLE
RICARDO MUNZERT	ROSMAR RISSI	SOLANGE ROSSETTI
RINALDO DAL PIZZOL	RUBEN BISI	SOLIMAR AMARO
RITA FERNANDES	RUDIMAR PEDRO	SOLIMAR DOS SANTOS AMARO
RITA PATUSSI	RUI GONÇALO DE MELO PIRES	SONIA BIER
ROBERTA GREENFIELD	RUI JUNG NETO	SÔNIA CUNHA FAGUNDES
ROBERTO ANGONESE	RUTE RASKOPF GRESSLER	SÔNIA MARIA NOGUEIRA BALZANO
ROBERTO CARRARO	RUY LOPES FILHO	SONIA MARIA SEADI VERISSIMO DA FONSECA
ROBERTO FERNANDES DE ANDRADE	SALETE CADORE	
ROBERTO GABRIEL TOSON	SALETE CARVALHO	SOUVENIR TORRES MACHADO
ROBERTO ZUCH	SAMANTA DEMETRIO	STEFFANI DAPPER
ROBIN PAGANO	SAMIR PERSON	SUSANE CRISTINA KOCHHANN
ROBSON CAMARGO LIMA E SILVA	SAMUEL RIBEIRO DE DEUS	SYLVIA BLANCO BOJUNGA
ROBSON CAVALCANTE	SANDRA LAGES	SYLVIA BOJUNGA
RODRIGO AUGUSTO MENON	SANDRA REGINA	TAIANA LEMOS
RODRIGO BARROS	SANDRA SEBEN ZORNITA	TATIANE CHEROBIN ROSA
RODRIGO BELTRAO	SANDRO EVERAL REDOLFI	TELMO DA ROSA
RODRIGO BONFANTI	SANDRO STREIT	TEREZINHA GALDINO DA SILVA AZZO- LIN
RODRIGO COSTA DE SOUZA LIMA	SARA ELIZET DUZAC CARDOSO	THAÍS HERMES
RODRIGO DE SOUZA CORRADI	SÉRGIO BALDISSEROTTO	THAÍSA LEAL DA SILVA
RODRIGO DECIMO	SÉRGIO COELHO DA SILVA	THALES KROTH DE SOUZA
RODRIGO HOFFMANN	SERGIO CÓSSIO	TIAGO
RODRIGO LUZARDO	SÉRGIO LUIZ JAHN	TIAGO GÖRSKI LACERDA
RODRIGO MARQUES	SERGIO MACHADO	TIAGO TURRA
RODRIGO NUNES MARQUES	SÉRGIO RICARDO FERNANDES DE AQUINO	TITO LIVIO GORON
RODRIGO PARISOTTO	SÉRGIO ROBERTO KIELING FRANCO	TYELE ANTONACCI
RODRIGO RAFAEL VILLARREAL GOU- LART	SERGIO RUFFINI	UBIRATÃ REZLER
	SÉRGIO TURRA	VAGNER GARCEZ

VOLUNTÁRIOS

VAGNER GARCEZ	YOSHIAKI YAMAMOTO KIYAMA
VALDIR ATILIO BIANCHETTI JUNIOR	ZECA MARTINS
VALDIR MIGUEL LANGBECK SOARES	ZELDA SANTOS DA SILVA
VALDIR PIETROBON	ZENO BATISTELLA JUNIOR
VALTER LUIS DA COSTA NAGELSTEIN	
VANDERLEI DE OLIVEIRA FARIAS	
VANDERLEI MESQUITA	
VANESSA C. CARRARO	
VANESSA GUERREIRO	
VERA LANGE	
VERA TERESINHA DANIEL STRINGHINI	
VICK MARTINEZ	
VICTOR AUGUSTO KOCH	
VICTORIA DE FERREIRA RIBEIRO	
VIDAL AUREO MENDONÇA	
VILMAR FERNANDES BRESSAN	
VILSON ANTONIO DA COSTA ARRUDA	
VILSON MARCIMINO SERRO	
VILSON ROMERO	
VINICIUS BENFICA DIAS	
VINICIUS STEINDORFF	
VIRGÍNIA RESCHKE DA SILVA BIGLIA	
VITOR AGOSTINI	
VITOR FRANCISCO DALLA CORTE	
VITOR HUGO ZENATTO	
VITOR LUIZ DANELLI	
VIVIAN LANGER	
VIVIANE SOARES DOS SANTOS	
VLADIMIR WINCK PACHECOROSSETTO	
WAGNER MELO	
WALKER MASSA	
WALTER LIDIO NUNES	
WALTER OMAR BRAVO ESPINDOLA	
WALTER RAUEN	
WESLEY CARDIA	
WILLIAM ZANELLA	
WILLIAN ASSIS	
WILSON PEDRO LILL	
YARA PEREIRA	

ENTIDADES

10º COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RS	CCI GERENCIADORA DE RISCO LOGÍSTICO
2º TABELIONATO DE BENTO GONÇALVES	ASSOC.DOS ARTISTAS PLÁSTICOS DE SANTA MARIA	CCOMUNICA ASSESSORIA
AAPECAN	ASSOCIAÇÃO ATIVISTA ECOLÓGICA	CDL NH
ABC ESCOLA DE VIGILÂNCIA	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CARAZINHO - ACIC	CDL RIO GRANDE
ABENC RS ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ENGENHEIROS CIVIS	ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO-RS	CDL URUGUAIANA
ABG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS DE PORTO ALEGRE	CEEE
ABIMOVEL	ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DOS GESTORES AMBIENTAIS - AGGA	CENTRO EMPRESARIAL DE FLORES DA CUNHA
ABRH-RS	ASSOCIAÇÃO SANTA CRUZ NOVOS RUMOS	CERTO PLAN. ESTRATÉGICO
ACI-NH/CB/EV	BANCO DE ALIMENTOS - REGIÃO DO CALÇADO/RS	CERVIERI ENGENHARIA
ACISA	BANRISUL	CHIMARRITO
ACIU - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE URUGUAIANA	BCB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	CIA DO SONO
ACM-RS	BE GOOD	CIC BENTO GONÇALVES
AÇO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO	BERNARDES CONSULTORES S/S LTDA	CIC GARIBALDI
ACPA	BETUNEL TECNOLOGIA EM ASFALTOS	CICLO CURSOS E EVENTOS
ADCE	BIGLIA ADVOCACIA	CIEE-RS
ADESCAN	BIOSPLENA INTELIGÊNCIA URBANA	CIPRIANNI
ADESM- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA	BOMAG MARINI EQUIPAMENTOS LTDA	CIUPOA
ADICII DESENV HUMANO	BORTOLINI	CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE
ADVB	BRANCH NORTE GAÚCHO PMI-RS E CLÍNICA KOZMA	COASA
ADVOCACIA ROCHA BAPTISTA	BRASKEM	CODESMA
AGAS - ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE SUPERMERCADOS	BRDE	CODEVARC - CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO CAÍ
AGEOS - ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE OBRAS DE SANEAMENTO	BRETANHA & MACHADO ADVOGADOS	COINFRA FIERGS
AGERGS - AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS.	BRIGADA MILITAR	COÍRIS TRANSFORMAÇÃO HUMANA QUE GERA RESULTADOS
ÁGUA, TERRA E AR, SOLUÇÕES AMBIENTAIS	BRINKS TRANSPORTE DE VALORES	COLÉGIO SINODAL TIRADENTES
AJE POA	BUREAU VERITAS	COMERCIAL ZAFFARI
ALFA IDEIAS - INSTITUTO PARA O DESENV. SOCIAL E PROJETOS SUSTENTÁVEIS	CACISM	COMPANHIA CARRIS PORTO ALEGRENSE
ALFAIATE . CONSULTORIA EM ESTRATÉGIA	CÂMARA BRASILEIRA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA	COMPECH
APL METAL CENTRO	CÂMARA DE COMÉRCIO DA CIDADE DO RIO GRANDE	COMTIGRES-COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES , IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
APORT EMPRESARIAL	CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS CAXIAS DO SUL	COMUDE AGUDO
ARI	CÂMARA DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL	COMUSA - SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO
ARO MINERAÇÃO	CÂMARA DE VEREADORES DE PF	CONAJE - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS EMPRESÁRIOS
ARUANDA.AFROBRAS.CONFRUBRAS.	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VACARIA	CONCEX/FIERGS
ASCON VINHEDOS	CÂMARA VEREADORES SANTA MARIA	CONSTRUTORA E INCORPORADORA INCOBEN
ASMOBPA	CASA ROSA SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS	CONSTRUTORA GIOVANELLA
ASPEN CAPITAL	CASA VIDA	CONSULADO ARGENTINO
ASSARG - CRA/RS	CASCO BLINDAGENS ESPECIAIS	COREDE CENTRAL
		COREDE HORTÊNSIAS
		CORSAN

ENTIDADES

CRANSTON CONSULTORIA EM SEGURO MARÍTIMO	FEHOSUL	HAFENTEC PROJETOS PORTUÁRIOS LTDA.
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	FEPAM	HANNA CONSULT
CRUZ VERMELHA BRASILEIRA	FGTAS/SINE RIO GRANDE	HEY PEPPERS
CSG ADVOGADOS	FIERGS	HORN CONSULTING
CTIL LOGISTICA	FISMA	HOSPITAL BANCO DE OLHOS DE PORTO ALEGRE
CTISM UFSM	FITARELLI RH	HOSPITAL DE CLINICAS
CTO CONSULTORIA	FLUXO ASSESSORIA CONTABIL E EMPRESARIAL LTDA	HOSPITAL TACCHINI
CURA	FMB TURISMO LTDA	HOTEL ALMANARA
DADO BIER	FOLETTI PARTICIPACOES	HUMAN COACHING
DALLASTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	FOMETTAT	IAHC/ACREDITAÇÃO
DE GASPERI EMO IMOB E PART LTDA	FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21	IAHC/FASAUDE
DEFII	FÓRUM PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE URUGUAIANA	IBI
DGE SOLUÇÕES RENOVÁVEIS	FORZA COMUNICAÇÃO	IFRS
DIELO SEGURANÇA	FTEC	IFRS CAMPUS BENTO GONÇALVES
DILLON BIOTECNOLOGIA	FTS CONSULTORIA VITIVINÍCOLA	IMED
DIMED SA	FUI PRESO	IMOBILIÁRIA VERDI
E C ENGENHEIROS CONSULTORES SS	FUNDAÇÃO CONSEPRO DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA DE BENTO GONÇALVES	IMOBILIÁRIA VILA RICA
ECC+ CONSULTORIA EM GESTÃO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO	FUNDACAO GERAÇOES	INFRAERO
EMATER	FUNDAÇÃO PROAMB	INOVE
EMBRAPA TRIGO	FUNDAPARQUE	INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNO. DO COURO, CALÇADO E ARTEFATOS
ENECE CONTABILIDADE	FUNDATEC	INSTITUTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
ENERGER	FUNDIMISA/ DELTAPARINVEST	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA
ENGENHOSUL OBRAS LTDA.	FURG	INSTITUTO HUMANITAS
ENGESUL ENGENHARIA LTDA.	G2VIRTUS	INSTITUTO JAMA
ENGEVIAS	GAT LIONS INTERNACIONAL EQUIPE GLOBAL	INSTITUTO MC DE EDUCAÇÃO SOCIAL
EQUIPANDOSONHOS	GECAP/UFSM	INSTITUTO NACIONAL DA PRÓSTATA
EROSI COMPRAS	GERDAU	INSTITUTO R. DAL PIZZOL
ESCALA	GL ELETRO ELETRONICOS LTDA	INSTITUTO SÃO LEOPOLDO 2024
ESCOLA COESP / PROTON INTELIGÊNCIA	GOLDMANN - NEGÓCIOS & PARTICIPAÇÕES LTDA	INSTITUTO SKILL
ESCOLA INFOSERV	GOLDSZTEIN	INTELLIGENTIA ASSESSORIA EMPRESARIAL
ESFERA	GRÁFICA BENTO	INTELOG.NET
ESPERIENZA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	GRUPO ESCOTEIRO ANHANGUERA 96/RS	IRGA
ETA VIAMÃO	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC	JAMWORK ESTÚDIO DE DESIGN
EXITUS	GRUPO MGL	JGZ CONSULTORIA EMPRESARIAL
EXOGROUP	GRUPO RBS	JOLO EMPREEND NEG. IMOBILIÁRIOS LTDA.
FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA (FACCAT)	GRUPO SOUZA LIMA	JORNAL CIDADE
FACULDADES JOÃO PAULO II	GRUPO UNIÃO PATRIÓTICA DE CAXIAS DO SUL	JORNALISTA
FARMÁCIAS SÃO JOÃO	GTI SUL	JVS CONSULTORIA
FB CONSULTORIA	GWKAIZEN	KAEZALA ADVOCACIA
FCDL-RS		KATY CALÇADOS
FECOMÉRCIO-RS		
FEDERASUL		

ENTIDADES

KEY JUMP	OBSERVASINOS	BURGO
KUHN DO BRASIL	OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PORTO ALEGRE	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAROBE
NÚCLEO DA MULHER EMPREENDEDORA DE RIO GRANDE	OBSERVATÓRIO SOCIAL NOVO HAMBURGO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO
LABORATÓRIO WIDAL PACHECO	ONSEG SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LAMIM ADVOGADOS	PARCEIROS VOLUNTÁRIOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO
LANSINI & ANELE ASSES. EMPRESARIAL	PARMÍSSIMO ALIMENTOS LTDA.	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
LASER OUTSOURCING DE IMPRESSAO LTDA ME	PARTAGE SHOPPING RIO GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
LAVORO - JOHN DEERE	PARTIDO NOVO	PREFEITURA MUNICIPAL DOIS IRMÃOS
LEHN DUARTE ADVOGADOS	PEDREIRA E CONCRETOS CAXIENSE	PREFEITURA NOVA HARTZ
LIFE DAY SAÚDE	PEDRO HENRIQUE PETERS UARTHE - ME	PRESENTE RADICAL
LIGA DA DEFESA NACIONAL	PELOTAS PARQUE TECNOLÓGICO	PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
LIONS CLUBE SANTA FLORA	PENSAR	PRESIDENTE AD URUGUAIANA
LL RÓTULOS	PETRY DESEMPARAÇOS ADUAN LTDA	PRESIDENTE DA ARFRS
LS PRODUÇÕES	PGT	SOCIEDADE DE ENGENHARIA DO RS - SERGS
M2B CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	PIETROBON E CIA LTDA	PROGERE
MAGAV - SEGURANÇA ESTRATÉGICA	PIONER E LOPES JOALHERIA E ÓPTICA LTDA	PROLAR
MAIUS	PLUGSOFT INFORMÁTICA	PROSPEKTO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA
MAMMA GEMA TRATORIA	PLURIMETAL INDUSTRIA METALURGICA LTDA	PROSPEKTO LTDA
MARCOPOLO	PMI - BRANCH NORTE GAÚCHO	PROVOKO
MARINI CONSTRUÇÕES	PMI RS	PSL PARTIDO SOCIAL LIBERAL
MBACOP - CONSULTORIA & PARTICIPAÇÕES	PMRG	PUCRS
MECSUL	PODAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	QUANTIQ
METROPLAN	PODEMOS	QUINTA DA ESTÂNCIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	POLÍCIA CIVIL	RÁDIO SÃO MIGUEL
MML DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO	POLICIA FEDERAL	RANDON
MOBIS	PREFEITURA DE SAPIRANGA	RASTRACKER RASTREAMENTO E GESTÃO DE FROTA
MOLDART	PREFEITURA DE LAGOA VERMELHA	RCB CONSULTORIA
MORAR IMÓVEIS	PREFEITURA DE MARAU	REDE BRASIL SOLAR
MORSCH CONSTRUÇÕES	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL	REDE MARISTA
MOSAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	PREFEITURA DE ESTEIO	REFINARIA DE PETROLEO RIOGRANDENSE
MOTIVA MÓVEIS	PREFEITURA DE SANTA MARIA	REGINP/TECNOPUC
MÓVEIS CARRARO	PREFEITURA DE TAPEJARA	RENOLI VEICULOS
MOVERGS	PREFEITURA DO RIO GRANDE - RS	REVISTA VOTO
MPA-DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PREFEITURA MUNICIPAL	ROBINSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
MULTIMÓVEIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES	S T I ALIMENTAÇÃO CX DO SUL
MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES - SEFIN	PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA	SAFEWEB
MZ COMUNICACAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARI	SANTA CRUZ NOVOS RUMOS
NEW TRADE COMUNICAÇÃO LTDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE JÚLIO DE CASTILHOS	SANTA MARIA TECNOPARQUE
NOVOO REINVENÇÃO CONTÍNUA		
NOVOTEL		
OAB-RS		

ENTIDADES

SANTANA TERRAPLENAGEM	SINDMÓVEIS	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
SÃO JUDAS TADEU	SINDUSCON NH	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
SÃO MIGUEL	SINDUSCON RIO GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SCHEIN GESTÃO EMPRESARIAL	SINDUSCON-RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
SDAERGS	SINOPSYS EDITORA E SISTEMAS LTDA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
SDSTJDH	SIRECOM NORDESTE RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG
SEBRAE PLANALTO	SIRECOM VINHEDOS -RS	UNIVERSIDADE FEEVALE
SEBRAE SERRA GAÚCHA	SKOPO CONSULTORIA	UNIVERSIDADE FRANCISCANA -UFN
SEBRAE SINOS, CAÍ E PARANHANA	SMC	UNIVERSIDADE LA SALLE
SEBRAE-RS	SMED	VIAMÃOQUEQUEREMOS
SEDUC/RS	SOCIEDADE DE ENGENHARIA DO RS - SERGS	VIAVIDA PRÓ-DOAÇÕES E TRANSPLANTES
SEGH UVA E VINHO	SOCIEDADE RÁDIO CULTURA RIOGRANDINA LTDA	VIPAL BORRACHAS
SENAC NH	SOGIPA	VISÃO AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO
SENAC SANTA MARIA	SOL DE TOSCANA EVENTOS	VLSUL PROJETOS E NEGÓCIOS
SENAC URUGUAIANA	SOLLOS	VOSSA ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO
SENAC/RS	SOUZA CONSULTORIA LTDA	VOTCOM SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO
SENAI - FIERGS	SPLORA	WGS ADVOGADOS
SENGE-RS	SQUADRA GESTÃO DE RISCOS	YARA BRASIL
SERVICON	STARTSE	ZEGLA IND. DE MÁQUINAS DE BEBIDAS LTDA
SESC	STARTUP WEEKEND SANTA MARIA	ZZZ TOUR
SESI/RS	SUL MEU PAIS	
SEVERO EDUCAÇÃO FINANCEIRA	SULGAS	
SHOPPING PRAÇA NOVA SANTA MARIA	SULPETRO	
SIMMME	SUPERMERCADO GUANABARA SA	
SIMPLÁS	SUSPENSY	
SIMPLAVI	TANTUM INOVAÇÃO	
SIMPLES SOLUÇÕES DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	TB FORTE	
SINAPRO-RS E INTEGRADA COMUNICAÇÃO TOTAL	TECNOSINOS	
SIND ATAC DE LOUÇAS	TOCCHETTO ADVOGADOS	
SIND. COM. VAREJISTA PRODS. FARMACÊUTICOS NO RS SINPROFAR	TODESCHINI S/A	
SIND.DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO RGSUL	TOM ASSESSORIA PEDAGOGICA	
SINDGASTRHÔ	TONDO SA	
SINDHA - SINDICATO DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DE POA E REGIÃO	TOP MARCAS CONFECÇÕES LTDA	
SINDIBENTO	TV BANDEIRANTES	
SINDICAM-URUGUAIANA	TV PAMPA	
SINDICATO DOS GUARDAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	
SINDICATO EMPRESARIAL DE GASTRONOMIA E HOTELARIA REGIÃO UVA E VINHO	UFSM	
SINDILOJAS BENTO	ULBRA / ULBRATECH	
SINDILOJAS CAXIAS	UNILASALLE	
SINDILOJAS SANTA MARIA	UNIMED LITORAL SUL/RS	
	UNIMED PLANALTO MÉDIO	
	UNISINOS/UNIPAMPA	
	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	

